Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Segunda-feira 1.7.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 683 / € 1,50 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

PORTUGAL
Martínez define a estratégia para o "mata-mata", mas sem revelar o sistema

Resultados
Inglaterra 2 - Eslováquia 1
Espanha 4 - Geórgia 1

PÁGS. 4-7

AUTÁRQUICAS
118 PRESIDENTES ATINGEM LIMITE DE MANDATOS. PCP TEM MAIS DE METADE EM "FIM DE CICLO"

MUDANÇAS Mais de 39% dos presidentes de câmara do PSD atingiram o limite de três mandatos. No PS são mais de 36% e no CDS metade dos eleitos. Na limitação de mandatos, 40% das autarquias mudam de partido. PCP é o que, percentualmente, pode perder mais câmaras.

PÁGS. 8-9

1927-2024
MANUEL CARGALEIRO
UM ARTISTA PORTUGUÊS NO MUNDO

PÁGS. 24-25

NUNO BRITES / GLOBAL IMAGENS

Polícias
Sindicatos não travam protesto convocado pelo Chega. PSP reforça segurança no Parlamento
PÁG. 10

França
Extrema-direita sai na frente e pede uma maioria absoluta no domingo
PÁG. 19

Catembe
O filme português mais censurado volta em livro e DVD
PÁG. 27

Rent-a-car
Preço do alguer de carros cai até 30% por excesso de oferta
PÁG. 18

REPORTAGEM FERIDOS DE GUERRA UCRANIANOS EM PORTUGAL PÁGS. 12-13

Editorial

Bruno Contreiras Mateus
Diretor interino do Diário de Notícias

Quem tem medo das eleições autárquicas?

Desde as últimas legislativas que a política nacional tem caminhado de eleição em eleição com uma disputa de espaço entre esquerda e direita. O perigo maior é de desfoque da principal prioridade no momento, que é governar. Não podemos estar a pensar na política nacional de ato eleitoral em ato eleitoral, com campanhas e contracampanhas, sem atender primeiro às verdadeiras necessidades do país em áreas estruturais e que exigem reformas profundas.

Reconheço, porém, a necessidade da esquerda de se reafirmar, de reconquistar o espaço que tem perdido nos últimos anos, e de a direita moderada criar limites, para evitarmos cair em populismos e extremismos que corroem a política e a sociedade.

O movimento que surgiu nestes últimos dias de união das esquerdas é um reflexo desta necessidade, de uma afirmação que se quer saudável, com políticas de equilíbrio e equidade na sociedade, quando se enfrentam grandes desafios tanto no nosso país como na Europa.

Ainda que o repto tenha partido do Livre, que convidou as lideranças do PS, BE, PCP e PAN a "pensar já o próximo ato eleitoral esperado, nomeadamente as eleições autárquicas de 2025", Pedro Nuno Santos, mantendo-se secretário-geral do PS, terá novamente grande responsabilidade na tentativa de inversão deste ciclo – mais ainda atendendo ao seu passado enquanto secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no primeiro governo de António Costa, de novembro de 2015 a 18 de fevereiro de 2019, na ligação do Executivo com a 'geringonça'. Se os partidos de esquerda aceitam esta reunião, este é também um voto de confiança em Pedro Nuno Santos.

As autárquicas de 2025 (em setembro ou outubro) serão particularmente desafiantes para o PS, que mais presidentes de câmara terá de trocar (54, mais 10 do que o PSD) por limitação de mandatos, segundo a análise feita pelo DN. Mas o apetite eleitoral faz-se também em autarquias mais disputadas, como a do Porto, onde o independente Rui Moreira está também no seu último mandato, ou a Câmara de Lisboa, que Carlos Moedas ganhou ao socialista Fernando Medina – e que, naturalmente, será ponto de honra para os socialistas recuperá-la.

Reconheço a necessidade da esquerda de se reafirmar, de reconquistar o espaço que tem perdido nos últimos anos, e de a direita moderada criar limites, para evitarmos cair em populismos e extremismos que corroem a política e a sociedade.

O PCP nas próximas autárquicas está também obrigado a segurar as 19 câmaras que lidera – e em 11 delas os presidentes estão em fim de ciclo. Mas Paulo Raimundo lembra que tem um projeto "distinto de todos os outros", o que poderá querer dizer que pretendem ir às urnas sozinhos, num ambiente local onde assumem alguma confiança eleitoral.

Os partidos estão convictos em afirmar que não têm medo de eleições, que estão preparados para a avaliação dos portugueses nas autárquicas, pouco depois de o PS ter conseguido uma vitória tangencial nas europeias. Mas a política nacional, porém, tem de sair deste modo combativo. Não se pode partir para a discussão do Orçamento do Estado para 2025 a olhar para um ato eleitoral ainda longínquo. E neste momento em particular não se pode ignorar o peso crescente que a extrema-direita tem vindo a conquistar e que só se combate com políticas justas e equilibradas e mantendo um discurso assertivo na defesa dos princípios da democracia.

OS NÚMEROS DO DIA

34

POR CENTO
O partido de extrema-direita União Nacional (RN), de Marine Le Pen e seus aliados, ganhou a primeira volta das eleições legislativas francesas com mais de 34% dos votos, de acordo com as primeiras projeções.

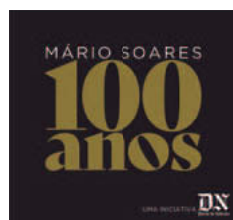
97

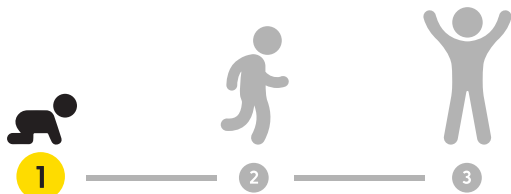
ANOS
O pintor e ceramista Manuel Cargaleiro morreu ontem, em Lisboa, aos 97 anos. Nascido em Vilha Velha de Ródão em 1927, tornou-se um dos nomes mais conceituados da arte portuguesa na cena internacional. A a sua obra foi fortemente inspirada no azulejo tradicional português.

19,10

METROS
Os 19,10 metros que lançou nos Campeonatos de Portugal, em Coimbra, valeram a Jéssica Inchude o 'passaporte' para os Jogos Olímpicos de Paris 2024 no lançamento do peso.

92

POR CENTO
O tempo máximo de resposta foi ultrapassado em cerca de 92% nas consultas de cardiologia no segundo semestre de 2023, com mais de 23.448 utentes a aguardarem a primeira consulta no final deste período, revelou ontem um relatório da Entidade Reguladora da Saúde.

1.7.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

PACIÊNCIA

Martínez define a estratégia para o "mata-mata", mas sem revelar o sistema

SELEÇÃO NACIONAL A dúvida vai manter-se até perto da hora do jogo: Portugal jogará com três centrais ou quatro defesas? O selecionador não revelou a decisão, mas deixou claro que para eliminar a Eslovénia é preciso ter a intensidade e vontade de ganhar que faltou com a Geórgia.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Quatro defesas ou três centrais? Esta é a grande dúvida em torno da seleção nacional para o jogo desta noite (20h00, RTP1 e SportTV), em Frankfurt, frente à Eslovénia, a contar para os oitavos de final do Euro 2024. Nos três jogos da fase de grupos Portugal foi a única seleção a alterar o sistema tático nos três jogos, sendo que no total das 32 equipas da competição apenas a Ucrânia alterou o seu sistema tradicional, mas só por uma vez, quando o selecionador, Serhiy Rebrov, decidiu mudar o 4x2x3x1 dos dois primeiros desafios com a Roménia e Eslováquia para o 3x5x2 utilizado no decisivo duelo com a Bélgica.

E se o saldo da equipa das quinas até foi positivo do ponto de vista dos resultados nos jogos com a República Checa (2-1, com sistema de 3x4x3) e a Turquia (3-0, em 4x3x3), as coisas não correram muito bem com a Geórgia (0-2, no regresso ao 3x4x3). Contudo, houve algo em comum que foi possível verificar com a utilização dos três defesas: a dificuldade da equipa de Roberto Martínez em ultrapassar defesas com linhas baixas e que concedem pouco espaço junto à sua baliza.

O selecionador nacional não desfez, no entanto, as dúvidas sobre o sistema que irá utilizar diante dos eslovenos nem em relação ao onze que irá apresentar, mas mostrou-se mais claro em relação àquilo que é preciso para conseguir o apuramento para os quartos de final. "Precisamos de ter paciência, não podemos querer marcar golos sem jogar bem, o que para mim é manter a baliza a zero", assumiu Roberto Martínez, que deixou ainda um alerta a todos: "Se a Eslovénia marcar, o jogo vai tornar-se muito mais difícil."

> "Vamos ter de ser pacientes e temos de tentar ao máximo cansá-los com bola, fazê-los correr", assumiu Bruno Fernandes sobre a estratégia para eliminar a Eslovénia.

No que diz respeito ao discurso, há total sintonia dentro da seleção, tendo em conta que a ideia do treinador foi semelhante à de Bruno Fernandes. "Vamos ter de ser pacientes, porque sabemos que eles defendem com um bloco baixo, são muito agressivos e fortes fisicamente. Por isso temos de tentar ao máximo cansá-los com bola, fazê-los correr", vincou o médio, sublinhando que os eslovenos "também são muito bons no contra-ataque, com dois avançados que combinam muito bem", aos quais é preciso "dar o menor espaço possível", pois são adversários "muito perigosos no contra-ataque".

Roberto Martínez destacou ainda que "a Eslovénia é uma seleção que joga como um clube", o que lhe permite ter "uma sincronização defensiva muito boa", mas também "são muito perigosos, com ataques muito rápidos, beneficiando da excelente ligação entre Sporar e Sesko". E depois há a questão que, garante o selecionador nacional, estará já aprendida como uma lição da derrota com a Geórgia e que tem a ver com "a mesma intensidade" e "vontade de ganhar" que o adversário, que assume não foi o ideal nessa partida. "Temos de estar ao melhor nível possível e competir bem, porque os eslovenos acreditam sempre e são muito competitivos". E, nesse sentido, Martínez diz ter "gostado da capacidade de trabalho dos jogadores" e da forma "como reagiram à derrota".

"Agora, estamos preparados"

À semelhança do que aconteceu nas partidas com a República Checa e a Geórgia, Portugal vai voltar a enfrentar um adversário que joga com um bloco muito baixo, bem junto à sua área, e com as linhas muito juntas. Bruno Fernandes considera que as críticas à seleção sobre o futebol lento e pouco objetivo da equipa das quinas são injustos. "Quando os blocos são tão baixos, não há espaço entre as linhas e é difícil que a bola entre, por termos de lateralizar um bocadinho", começou por dizer o futebolista do Manchester United, que garante que "não se pode forçar", sendo preciso a tal "paciência com bola" de que falava.

Assim sendo, reforça a ideia de que, "cansando a Eslovénia e tendo bola", a seleção nacional está

Roberto Martínez não revelou a decisão sobre o sistema a utilizar com a Eslovénia.

Barça diz adeus a Cancelo e João Félix

O Barcelona anunciou ontem que João Félix e João Cancelo não vão fazer parte do plantel para a nova temporada, terminando desta forma os respetivos empréstimos. Contudo, minutos depois de terem sido publicadas as mensagens, elas foram apagadas das redes sociais e do *site* oficial do clube. Os dois atletas receberam a notícia ao serviço da seleção nacional no Euro 2024, precisamente a poucas horas de defrontarem a Eslovénia. A confirmar-se a saída, ambos regressam aos clubes com os quais têm contrato, Félix ao Atlético de Madrid e Cancelo ao Manchester City, sabendo depois disso que clube irão representar em 2024/2025. O avançado João Félix representou o clube catalão em 44 jogos, tendo marcado 10 golos, enquanto o lateral João Cancelo realizou 42 partidas pelos *blaugrana* e marcou quatro golos.

MIGUEL A. LOPES/LUSA

"mais perto de fazer golo". E recordou a derrota sofrida a 26 de março num particular em Ljubljana, naquele que foi o primeiro desaire da era Roberto Martínez. "Nesse jogo, a Eslovénia também defendeu muito bem, mas temos de encontrar soluções que nos levem ao sucesso", sublinhou Bruno Fernandes, que garantiu que Portugal sabe "o que tem de fazer" para conseguir o apuramento para os quartos de final.

Ao quarto jogo no Euro 2024, Roberto Martínez assegurou que "agora a seleção está preparada como equipa", reforçando a ideia de que "não existe desconfiança" dos jogadores em relação às suas ideias. "Com a Geórgia não foi o que queríamos, mas fomos os primeiros do grupo e tivemos seis pontos", disse, admitindo que "agora é preciso ter bem presente a lição do jogo com a Geórgia", sendo o mais importante "saber o que se pode fazer" durante a partida. E nesse sentido rematou: "Este jogo é de *mata-mata*, por isso peço desculpa, mas temos de ganhar."

carlos.nogueira@dn.pt

Bruno Fernandes fala da "soneca" e dos objetivos

Bruno Fernandes definiu ontem como grande objetivo para este Euro 2024 levar o troféu para Portugal. "O objetivo mínimo é ganhar todos os jogos, e isso significa ir até à final e ganhá-la", assumiu o médio, lembrando que nenhuma seleção está na Alemanha "a pensar que se quer ir embora mais cedo, e Portugal muito menos". Nesse sentido, garantiu que a equipa das quinas "não receia" nenhum adversário, pois "o objetivo será sempre ganhar", sendo que nesta fase a eliminar "não há tempo para pensar no que passou, mas sim em como será".

Depois de uma temporada muito longa e desgastante, o futebolista do Manchester United revelou o segredo em relação à boa forma física que exibe nesta altura: "Descansar. São muitas sonecas durante a tarde...", disse, sorridente, assumindo que gosta de "estar sempre a competir". "Falei muitas vezes com o nosso *staff* e perguntam-me muitas vezes qual a maneira de encontrarmos um equilíbrio, mas se eu puder competir de três em três dias, melhor, pois sinto-me mais preparado mentalmente para as dificuldades", sublinhou.

Questionado sobre se o golo que marcou à Turquia, a passe de Cristiano Ronaldo, mostra um CR7 mais altruísta, Bruno Fernandes lembrou "um golo em que assistiu Quaresma em 2012". "Numa situação de um para um com o guarda-redes, qualquer avançado do mundo tem o seu foco em fazer golo. Se tivesse decidido chutar, as redes da baliza também teriam balançado", vincou.

Opinião
Mojca Nemec van Gorp

Crescimento do futebol na Eslovénia

Depois de a Eslovénia se ter qualificado para o Campeonato Europeu de Futebol de 2024, todo o país, incluindo adeptos ocasionais, como eu, foi apanhado pela febre do futebol. Pessoas de todas as idades estão agora a ver os jogos e a torcer pela nossa seleção nacional. Esta é a segunda qualificação da Eslovénia para o Campeonato da Europa, 24 anos após a sua estreia.

Historicamente, os eslovenos têm demonstrado uma paixão notável pelo jogo, apesar do tamanho relativamente pequeno do país em comparação com outras potências do futebol europeu. A história do futebol esloveno começou em 1991, quando a Eslovénia declarou a independência em relação à Jugoslávia, o que marcou o início da trajetória da seleção nacional em torneios internacionais. Desde então, a popularidade do futebol cresceu, com programas de base a prosperar e a desenvolver jovens talentos em todo o país.

O futebol, como um dos principais desportos coletivos da Eslovénia, transcende o mero campo desportivo – é um fenómeno cultural. Fora dos relvados serve como força unificadora na sociedade eslovena, colmatando diferenças regionais e divisões políticas. O ambiente durante os jogos, seja nos estádios ou em casa, é elétrico, de tanta expectativa e orgulho. Em todo o país há transmissões ao ar livre de jogos de futebol do Euro 2024 e as pessoas reúnem-se em grande número para torcer juntas. Vestem-se com as cores nacionais, agitam bandeiras e cantam canções, incluindo a famosa *Kdor ne skace ni Sloven'c* ("Quem não salta não é esloveno"), criando uma atmosfera comemorativa e patriótica.

Durante o jogo decisivo contra a Inglaterra, no estádio de Colónia, para a qualificação para os oitavos de final, na semana passada, mais de 12.000 adeptos eslovenos explodiram de entusiasmo quando a Eslovénia garantiu o seu lugar na fase seguinte. Os jogadores de futebol da seleção eslovena, sob a liderança do selecionador Matjaz Kek e com jogadores de renome, como Jan Oblak e Benjamin Šeško, tornaram-se instantaneamente heróis nacionais. Esta é a primeira vez na história do país que a seleção nacional se classifica para a fase eliminatória de um grande torneio de futebol.

O próximo jogo contra Portugal, nesta segunda-feira, tem um significado especial para os entusiastas do futebol esloveno. Portugal, uma potência do futebol com jogadores lendários como Cristiano Ronaldo e Pepe, apresenta um desafio formidável. No entanto, para a Eslovénia este jogo não se trata apenas do resultado em campo; trata-se de mostrar o potencial da equipa e demonstrar orgulho por fazer parte deste torneio. A vitória por 2 a 0 sobre Portugal num amigável, em março deste ano, em Ljubljana, alimentou o otimismo.

Como embaixadora, pretendo enfatizar o papel do futebol numa perspetiva mais ampla de política externa. No tumultuoso clima geopolítico atual, marcado por numerosos conflitos armados, o poder unificador do futebol torna-se cada vez mais importante. A Eslovénia e Portugal, enquanto aliados comprovados com ideias semelhantes na cena global, mostram frequentemente que mesmo os países mais pequenos podem ter um impacto substancial na concretização de objetivos comuns.

Estou realmente ansiosa pelo jogo desta segunda-feira entre a Eslovénia e Portugal e desejo boa sorte a ambas as seleções. Que vença a melhor equipa!

Embaixadora da Eslovénia.

Áustria fica sem Trauner

O defesa central Gernot Trauner é baixa confirmada na seleção austríaca para o jogo de amanhã com a Turquia para os oitavos de final do Euro 2024. O jogador recupera de uma lesão muscular sofrida no jogo com a Polónia, no qual até marcou.

O saxofonista desempregado que anima o Euro

Andre Schnura é um professor de música que ficou desempregado antes do início do Euro 2024 e que encontrou no torneio uma forma de se tornar popular. Com a camisola alemã vestida, com o nome de Rudi Völler nas costas, e saxofone em punho, Andre tem animado os adeptos com a sua música em momentos que têm-se tornado virais nas redes sociais. Agora, o músico vai fazer uma digressão que até já tem nome: "Love is the answer" [o amor é a solução].

Um acrobata destruiu o coração eslovaco

OITAVOS Grande golo de Bellingham a um minuto do fim evitou a eliminação de uma Inglaterra apática, que aproveitou o desgaste da rival para virar o resultado.

TEXTO **NUNO COELHO**

Já se contavam os segundos para o fim em Gelsenkirchen. A Inglaterra perdia desde o 25.º minuto e parecia condenada a nova participação inglória no Europeu, depois de mais uma exibição apática da qual apenas despertara quando o nó já apertava o pescoço e as forças faltavam a uma Eslováquia que se batera até à última gota de suor. Mas quem tem Bellingham pode sempre ter esperança e foi uma acrobacia do jogador do Real Madrid a salvar os "três leões" de um desaire embaraçoso, com um pontapé de bicicleta que levou a partida para prolongamento, onde Kane selou logo a abrir o destino da qualificação. Segue-se a Suíça.

Desde o primeiro minuto ficou evidente que a Eslováquia não estava em campo para entregar a qualificação de mão beijada a um adversário mais poderoso. Ameaçou logo aos quatro minutos, na sequência de um livre, repetiu logo a seguir numa incursão de Hancko com um centro que saiu rente ao poste, continuou aos 12' num remate de Harslin – com a bola a ser aliviada por Trippier quando Schranz se preparava para encostar – e culminou no primeiro golo da partida, numa sucessão inacreditável de erros da linha defensiva britânica que permitiram a Kucka ganhar uma disputa aérea para Strelec, que isolou Schranz para este assinar o seu terceiro tento no Euro com um remate rasteiro com a parte exterior do pé. Estavam decorridos 25 minutos e não tardou até os adeptos ingleses demonstrarem a insatisfação com o que viam.

Em vantagem, a equipa de Calzona cerrou linhas mais atrás, a Inglaterra ganhou alguns cantos, mas a verdade é que foi para o intervalo em desvantagem. A segunda parte foi diferente: os eslovacos estoiraram fisicamente e a equipa de Southgate carregou o tempo todo – mesmo assim, podia ter sofrido o segundo num lance caricato que permitiu uma chapelada de Strelec que passou um pouco ao lado da baliza de um atónito Pickford. Antes, já Foden vira um golo anulado por fora de jogo e depois as oportunidades foram aparecendo na medida em que a energia eslovaca acendia a luz da reserva: Kane de cabeça rematou rente ao poste (78') e Rice acertou no dito (81'), com o 9 a falhar a recarga. Adivinhava-se o empate e ele surgiu, de forma algo cruel, a um minuto do fim, na já referida execução acrobática de Bellingham, que partiu os corações eslovacos.

O golo acabou com a resistência mental da equipa de Calzona – defrontou Portugal na qualificação –, que logo no primeiro minuto do prolongamento voltou a sofrer novo golpe: livre lateral, remate à entrada da área, desvio de Toney e Kane, desta feita a não perdoar, colocando os "três leões" em vantagem. O Golias levou a melhor, mas ainda acabou a sofrer.

O pontapé de bicicleta de Bellingham que virou o jogo.

GEORGI LICOVSKI/EPA

ANGELOS TZORTZINIS / AFP

Nico Williams festeja o terceiro da Espanha frente à Geórgia.

Mbappé quer acabar com a falta de golos. Belgas otimistas

FRANÇA-BÉLGICA O avançado francês revelou que chegou a pensar que iria voltar a casa depois de ter fraturado o nariz. Tedesco espera um duelo "duro".

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Kylian Mbappé revelou ontem que chegou a pensar que estaria em casa neste momento, depois de ter fraturado o nariz no jogo de estreia com a Áustria. "Não sabia bem o que se tinha passado, se tinha partido o nariz, mas quando cheguei ao balneário e me vi no espelho, pensei que ia voltar para casa. Não foi fácil, no início não conseguia dormir, mas agora estou muito contente de estar aqui", revelou o avançado francês, que está pronto para defrontar esta tarde (17h00) a Bélgica, em Düsseldorf.

A nova estrela do Real Madrid admite que os belgas se apresentam neste Europeu após "perderem jogadores importantes", mas avisa que "têm jovens com fome" de vencer. "Sabemos o que temos pela frente e não entramos a ganhar 1-0 por lhes termos ganho no Mundial 2018", avisou Mbappé, assumindo que o histórico entre as duas seleções – os franceses venceram os quatro jogos aos belgas em fases finais – não conta quando as equipas entrarem em campo. No entanto, o avançado está consciente de que são precisos golos – a França só marcou dois na fase de grupos – para seguir para os quartos de final. "É verdade que isso tem sido um problema, admitimos isso, mas agora temos de resolver essa situação e marcar as oportunidades que criamos", sublinhou.

Por sua vez, Domenico Tedesco, selecionador da Bélgica, admitiu que a França "é um adversário duro", mas deixou a certeza de que "o trabalho de um ano e meio não depende de um jogo" como o desta tarde. "Estamos conscientes de que é um encontro muito importante, mas estamos capacitados para ganhar", assumiu o treinador, que ainda não poderá contar com o defesa Thomas Meunier, que recupera de uma lesão numa coxa, no entanto já poderá contar com o médio Axel Witsel.

Spalletti seguro em Itália

Luciano Spalletti vai continuar como selecionador de Itália, apesar da eliminação com a Suíça. A garantia é do líder da federação, Gabriele Gravina: "É impossível resolver os problemas abandonando um projeto de longo prazo."

Encapuzado atrasa reinício do jogo em Dortmund

O início da segunda parte do jogo de sábado entre a Alemanha e a Dinamarca, dos oitavos de final do Europeu, foi atrasado pelo árbitro Michael Oliver devido a um homem encapuzado, com uma mochila às costas, que estava na parte interior da cobertura do Signal Iduna Park, em Dortmund. A polícia revelou que o rapaz esteve sob mira de uma arma durante toda a segunda parte, mas afinal não representou qualquer perigo por estar ali para tirar fotografias.

Desembarque nos quartos começou mal mas acabou em goleada

OITAVOS Autogolo de Le Normand deixou Geórgia na frente mas Espanha venceu tranquilamente. Segue-se final antecipada com Alemanha.

TEXTO **NUNO COELHO**

Mais um autogolo, o oitavo deste Euro, ainda levantou a hipótese de nova surpresa. Mas a Espanha não foi em cantigas e arrumou a proeza georgiana na gaveta de recordações, voltando a golear a equipa de Willy Sagnol, agora por 4-1, e carimbando o bilhete para uma final antecipada frente à anfitriã Alemanha nos quartos.

Em Colónia, num relvado que se foi revelando cada vez mais escorregadio, Espanha, com o onze que De La Fuente tem utilizado, cedo se lançou na procura de um golo, perante um adversário que goleara fora na fase de qualificação (7-1). No seu 5x3x2, a Geórgia cerrou fileiras e mostrou que não estava disposta a permitir nova "brincadeira" à Roja, mesmo que tenha passado por uma série de calafrios desde os minutos iniciais – mostrando que Mamardashvili foi um dos melhores guarda-redes deste Europeu . Só que, na primeira vez que o conjunto de Sagnol conseguiu sair do seu meio-campo, marcou golo. Marcou é forma de dizer: depois de um lance bem construído, o lateral Kakabadze fugiu pela direita, centrou e a bola acabou por desembarcar na barriga de Le Normand, ressaltando para o fundo da baliza e levando à loucura jogadores e apoiantes dos caucasianos (18').

Espanha sentiu o golo, o primeiro que sofreu na competição, quando tinha uma posse de bola a rondar os 85%. As trocas de passes deixaram de surgir com tanta fluidez e os georgianos, entusiasmados, conseguiam dar um festival de "cuecas", embora quase raramente conseguindo transportar a bola. Mamardashvili voltou a impor-se a remates de Cucurella (35') e Nico Williams (38') mas nada pôde fazer a um tiro cruzado de Rodri desferido à entrada da área: a bola passou no meio das pernas de um defesa e foi entrar bem junto ao poste esquerdo da baliza georgiana (39').

A segunda parte não trouxe grandes alterações ao que se passara na primeira. "Kvaradona" tentou surpreender do meio-campo um Unai Simón que se encontrava adiantado mas a bola saiu ao lado (48'). Na resposta, Yamal ganhou um livre frontal. Não passou o teste (da barreira) mas graduou-se logo a seguir na disciplina "cruzamentos", tirando nota 20 para a cabeça de Fabián Ruiz, que em cima da baliza não falhou e colocou Espanha na frente (51').

Mesmo a perder a Geórgia raramente arriscou procurar o empate. Uma boa abertura de Kvaratskhelia deixou em Tsitaishvili em boa posição mas o remate saiu torto (68') e rapidamente se provou que o risco seria fatal. Uma perda de bola, um lançamento longo de Fabián Ruiz e Nico Williams fez o quis: driblou o último defesa e disparou um tiro indefensável, arrumando de vez com qualquer dúvida que existisse (75'). Dani Olmo (84') também entrou para a lista de marcadores, com um remate à entrada da área.

CALENDÁRIO E CLASSIFICAÇÕES

	P	J	G
1.º Alemanha	7	3	8-2
2.º Suíça	5	3	5-3
3.º Hungria	3	3	2-5
4.º Escócia	1	3	2-7

	P	J	G
1.º Espanha	9	3	5-0
2.º Itália	4	3	3-3
3.º Croácia	2	3	3-6
4.º Albânia	1	3	3-5

	P	J	G
1.º Inglaterra	5	3	2-1
2.º Dinamarca	3	3	2-2
3.º Eslovénia	3	3	2-2
4.º Sérvia	2	3	1-2

	P	J	G
1.º Áustria	6	3	6-4
2.º França	5	3	2-1
3.º Países Baixos	4	3	4-4
4.º Polónia	1	3	3-6

	P	J	G
1.º Roménia	4	3	4-3
2.º Bélgica	4	3	2-1
3.º Eslováquia	4	3	3-3
4.º Ucrânia	4	3	2-4

	P	J	G
1.º Portugal	6	3	5-3
2.º Turquia	6	3	5-5
4.º Geórgia	4	3	4-4
3.º Rep. Checa	1	3	3-5

TODOS OS JOGOS TÊM TRANSMISSÃO NA SPORTTV

Autárquicas. Há 118 concelhos "em risco". PCP tem 58% das câmaras em "fim de ciclo"

MUDANÇAS Mais de 39% dos presidentes de câmara do PSD atingiram o limite de três mandatos. No PS são mais de 36% e no CDS metade dos eleitos. Na limitação de mandatos, 40% das autarquias mudam de partido. PCP é o partido que, percentualmente, pode perder mais câmaras.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Em agosto de 2025 assinalar-se-ão os 20 anos da aprovação da Lei n.º 46/2005. O que estabelece? "Limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais." No texto lê-se que todos os autarcas estão limitados a apenas três mandatos consecutivos, cada um de quatro anos. E é precisamente este diploma que faz com que as eleições autárquicas do próximo ano (que acontecerão em setembro/outubro) sejam vistas como um ponto de viragem. Afinal, 118 dos 308 autarcas nacionais estão em "fim de ciclo" – eram 145, mas foram saindo.

A análise feita pelo DN mostra que, apesar de o mapa autárquico ter ficado cor-de-rosa em 2021, são também os socialistas que mais presidentes de câmara terão de trocar: 54. São mais 10 do que os do PSD, que tem 44. A CDU terá 11 das suas 19 autarquias obrigadas a mudar – tantos quantos os independentes que estão em funções e, destes, cinco também já estão em fim de ciclo: 12 anos. O CDS, sozinho, governa em seis municípios e em três (Albergaria-a-Velha, Vale de Cambra e Velas, nos Açores) o candidato terá de ser diferente. Na Madeira, o autarca de Santa Cruz, Filipe Sousa (JPP), também vai sair por cumprir o terceiro mandato.

Tradução: PCP tem 58% de câmaras em "risco" – na limitação de mandatos, 40% mudam de partido –, CDS tem 50%, o PSD acima de 39%, PS mais de 36% e há ainda 26% de câmaras lideradas por independentes na mesma situação.

Os dados da Secretaria-Geral do MAI mostram que em 2013 havia 160 municípios com autarcas nesta situação. Em 2017 o número desceu para 41. Em 2021, 145 dos 308 presidentes de câmara eleitos cumpriam já o segundo mandato autárquico, o que significava que em 2025 teriam de sair. Contudo, há exceções, porque alguns destes foram eleitos para serem deputados ou eurodeputados: 15 ao todo (Ovar, Vagos, Santa Maria da Feira, Valpaços, Bragança, Torre de Moncorvo, Câmara de Lobos, Vendas Novas, Nazaré, Arruda dos Vinhos, Vila Pouca de Aguiar, Amadora, Portimão, Trofa e Mafra). O PSD, por exemplo, conseguiu eleger nas listas para a Assembleia da República nomes como Salvador Malheiro (Ovar), Emídio Sousa (Santa Maria da Feira) e Hernâni Dias (Bragança). Depois de eleitos deputados, os dois últimos passaram para o elenco governativo: o autarca da Feira é o atual secretário de Estado do Ambiente e Hernâni Dias passou a ser secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

Já os socialistas 'pescaram' os autarcas de Vendas Novas (Luís Dias), Nazaré (Walter Chicharro) e Arruda dos Vinhos (André Rijo). Para o Parlamento Europeu escolheram os nomes de Carla Tavares (Amadora) e Isilda Gomes (Portimão), com o PSD a recrutar Sérgio Humberto (presidente da Câmara da Trofa) e Hélder Sousa Silva (Mafra).

Mas houve ainda outra estratégia. Em autarquias em que já se perspetivava esta limitação, o candidato em 2021 foi diferente (como Reguengos de Monsaraz, com o então autarca a ser candidato em Évora) ou mudaram apenas de cor política nesse ano (Barcelos, por exemplo, era PS e há três anos passou a ser PSD, ou Mora, que era do PCP e passou a ser socialista).

Lisboa e Porto: motivações por razões diferentes

No entanto, algumas autarquias são mais apetecíveis politicamente. A Câmara do Porto, por exemplo, é liderada por um independente (Rui Moreira) que está no último mandato. E, tendo a cidade portuense já sido governada pelo PSD entre 2001 e 2009 (com Rui Rio, que depois se tornaria líder do partido), os sociais-democratas (que elegem o líder da concelhia do Porto no dia 13 de julho) certamente quererão recon-

"Há um buraco na lei. Nada impede que um autarca limitado se candidate por outro município. Na malha urbana isso é fácil de acontecer. Não há aquela coisa muito identitária [...]"

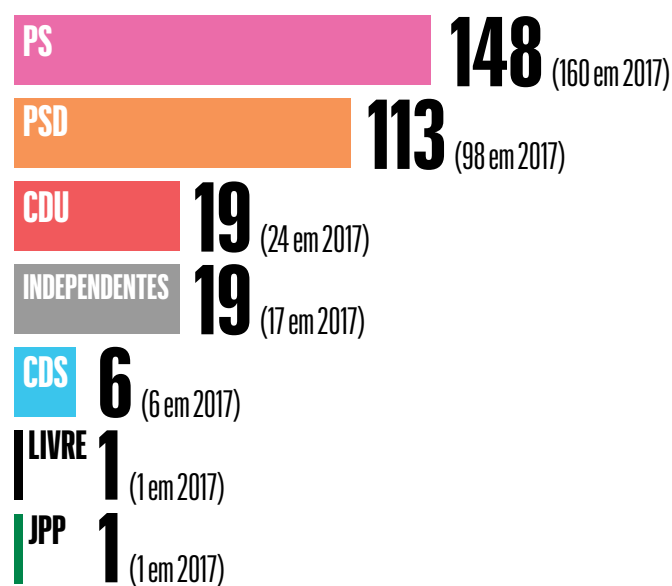
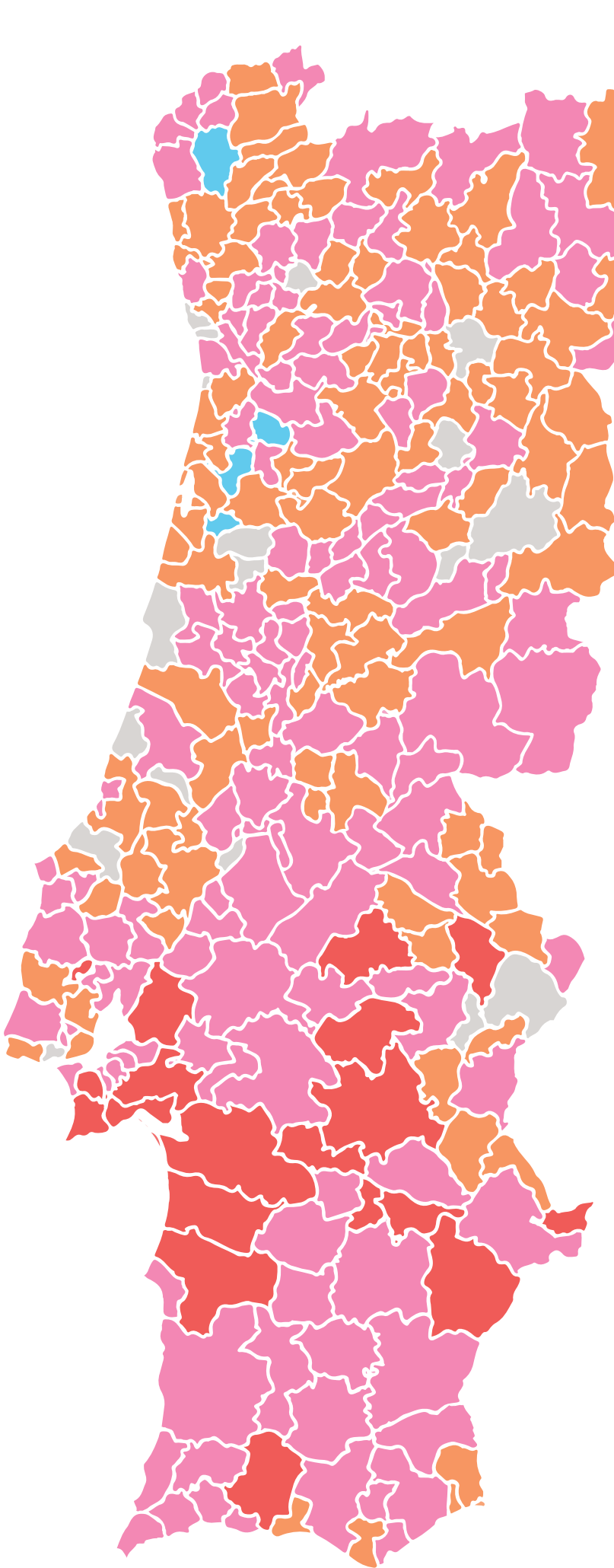
Luís de Sousa
Investigador no ICS

"[O Chega] é um partido de uma pessoa só e ainda está pouco trilhado para as autárquicas, não tem staff para se desmultiplicar para estes cenários mais locais."

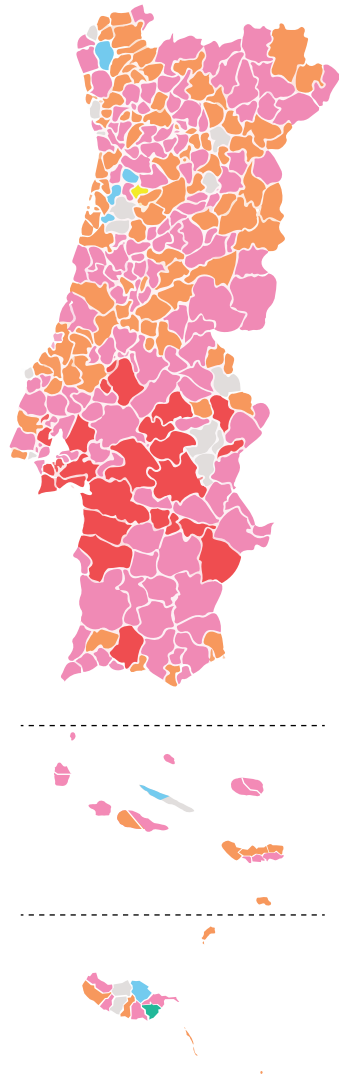
Paula do Espírito Santo
Professora universitária no ISCSP

O retrato autárquico atual

O mapa não deixa dúvidas: o PS é o partido que mais autarquias governa desde 2021, ainda que por uma pequena margem quando comparado com 2017. Apesar de terem perdido a capital para o PSD, os socialistas continuaram a ser a força mais votada no poder local. Logo em terceiro lugar surgia a CDU, com 19 autarcas – tantos quanto os independentes em todo o território nacional. O cenário agora será diferente: o PS deixou de ser governo em março passado e o PSD reconquistou o poder central. Por outro lado, o CDS, que foi afastado das lides parlamentares em 2022, continua a governar seis autarquias sozinho. Estando de regresso à Assembleia da República, o partido de Nuno Melo quererá pelo menos manter a meia dúzia de câmaras que tem. No entanto, há um entrave: os centristas têm três autarcas impedidos de se recandidatarem, por estarem desde 2013 no poder de forma consecutiva. À esquerda, a CDU tem 11 nesta situação e há cinco independentes que também estão limitados.

PRESIDENTES DA CÂMARA

quistá-la para assim ficarem na liderança das duas maiores cidades do país.

O PS tem na calha dois nomes com experiência política: os ex-ministros da Saúde e da Administração Interna, Manuel Pizarro (que concorreu à autarquia em 2013 e 2017 e perdeu) e José Luís Carneiro, que foi presidente da Câmara de Baião. Ao que tudo indica, a experiência autárquica pode ser um trunfo para o ex-MAI, que é visto a Norte como o nome mais forte para concorrer à Invicta.

Lisboa é um desafio diferente: Carlos Moedas, presidente da Câmara da capital, não está impedido de se recandidatar, por ter sido eleito pela primeira vez em 2021. Com isto o PS terá de apostar num nome forte para reconquistar uma autarquia que já foi sua durante vários anos. E se, numa primeira análise, a candidata mais provável parecia ser Marta Temido (entretanto eleita eurodeputada), uma vez que lidera a concelhia, os socialistas terão agora de escolher outra figura. Um dos nomes falados era o de Duarte Cordeiro, mas, tanto quanto se sabe, o ex-ministro não quererá comprometer-se com funções políticas até ver o seu nome limpo no âmbito do caso Tutti Frutti.

12

Trocas É no distrito de Viseu que mais autarquias vão mudar de presidente: 12 ao todo. Segue-se Santarém, com 11. O *top 3* é completado pelo Porto, com 9.

Por isso os socialistas poderão ter de se coligar. Nesse sentido – e ainda que não especificamente só pela autarquia lisboeta –, o Livre propôs criar uma "federação" com PS, BE (que já aceitou o convite), PCP (que aceita reunir) e PAN tendo em vista o "próximo ato eleitoral esperado, as autárquicas de 2025". A ideia, aliás, já tinha sido defendida por Mariana Mortágua, dois dias após as legislativas: "Os partidos do campo democrático, os partidos ecologistas, os partidos da esquerda têm obrigação de manter abertas as portas do diálogo e de procurar convergências" para fazer "oposição ao governo de direita" de PSD e CDS.

No sábado, Paulo Raimundo, líder do PCP, anunciou que o seu partido aceitou estes encontros. No entanto, recusou comprometer-se a dar uma resposta sobre um eventual acordo: "A questão não é a pessoa A, B ou C, não é o objetivo numérico este ou aquele, a questão é os conteúdos, as propostas, as soluções para as populações e um projeto que responda aos problemas das populações." Apesar de, na noite eleitoral, Pedro Nuno Santos ter assumido logo que seria oposição e que não havia possibilidades de uma 'gerigonça 2.0', o líder do PS poderá agora ter que olhar para esta questão de maneira diferente – que não é pacífica no partido.

Além disso, Sintra (governada por Basílio Horta, pelo PS) e Cascais (PSD, Carlos Carreiras) também vão mudar.

À direita há o CDS, que, apesar de ter estado fora do Parlamento, ainda tem seis autarquias próprias (Ponte de Lima, Albergaria-a-Velha, Vale de Cambra, Velas e Santana). Em coligação, contudo, os centristas estão presentes em 17 câmaras municipais. Em 2025, tal como nas legislativas e nas europeias, irão coligados com o PSD. Se esse acordo incluirá ou não a Iniciativa Liberal é, para já, uma incógnita, mas parece começar a haver reuniões entre sociais-democratas e liberais para preparar as autárquicas – o que não agrada aos centristas.

O regresso do CDS à Assembleia da República dá, no entanto, "outra legitimidade" ao partido para se poder coligar, de acordo com a professora Paula do Espírito Santo, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e autora de um dos estudos pós-eleições autárquicas (*As Eleições Autárquicas e Regionais em Portugal*). "Normalmente, o panorama nacional tem alguma influência em eleições autárquicas" e isso pode desempenhar um papel em 2025. Afinal, "o poder mudou em relação a 2021 [passou de PS para PSD]" e esse fator pode refletir-se nas eleições para os órgãos locais. No entanto, ressalva a investigadora, "o plano autárquico é muito baseado na pessoa. É uma forma mais pessoalizada de fazer política", o que faz com que "muitas vezes haja independentes" que se candidatam – algo que não acontece noutros atos eleitorais.

E o Chega neste contexto? Paula do Espírito Santo afirma: "É um partido de uma pessoa só, neste caso André Ventura, e acho que há alguma falta de bases partidárias que permita ter um conjunto de nomes interessante para as autarquias. É um partido ainda pouco trilhado para as autárquicas, não tem *staff* para se desmultiplicar para estes cenários mais locais."

Aveiro, Braga e Santarém obrigadas a mudar

Mas há mais: se Lisboa não será uma preocupação para os sociais-democratas, o PSD já sabe que Aveiro, autarquia governada há vários anos por José Ribau Esteves, terá de mudar. O próprio já assumiu também que sairá "no primeiro dia após o fim do mandato" e que não se recandidatará a outra autarquia. Mais a norte, em Braga, Ricardo Rio está também de saída, tal como o presidente da Câmara de Santarém, Ricardo Gonçalves. O distrito escalabitano é um dos que mais autarquias tem restritas pela limitação de mandatos: ao todo, são 11 as câmaras municipais cujo presidente vai mudar (Almeirim, Benavente, Chamusca, Coruche, Entroncamento, Mação, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha). Só Viseu ultrapassa Santarém, com 12 câmaras obrigadas a mudar.

Apesar de limitados pelo número de mandatos consecutivos, nada impede que todos os autarcas se possam candidatar a outro município e depois voltar à casa de partida. Este "buraco na lei" não é, no entanto, sinónimo de que "uma pessoa que teve sucesso numa autarquia possa replicá-lo noutra", considera Luís de Sousa, investigador no Instituto de Ciências Sociais (ICS-IL). "Em malhas urbanas, é muito fácil isso acontecer. Muitas vezes um presidente de junta está bem-visto ali ao lado e então há um convite ou uma hipótese de candidatura na vizinhança. Não há aquela coisa muito identitária, que nas autárquicas pode ser um pouco penalizadora, mas que se perde em zonas mais urbanas", diz o investigador.

Com ARTUR CASSIANO

Líder do Chega pede aos polícias que "se mobilizem e compareçam no Parlamento".

> "Não vou apelar a que não vão ao Parlamento, porque é um direito de qualquer cidadão e de qualquer polícia poder aderir ou não. A participação cívica é legítima."
>
> ***Bruno Pereira***
> *Porta-voz da plataforma de sindicatos da PSP e associações da GNR*

PSP reforça segurança de deputados. Sindicatos não travam apelos de Ventura

PROTESTOS Sindicatos da PSP e associações da GNR recusam contrariar o Chega. "A participação cívica é legitima", alegam. PSP vai reforçar segurança . "Não é nenhum apelo à desordem", diz Ventura.

TEXTO **ARTUR CASSIANO E VALENTINA MARCELINO**

A convocação para um protesto contra o governo e de apoio às medidas do partido de André Ventura – tentar aprovar no Parlamento o que o Ministério da Administração Interna se recusa – não é liminarmente recusada pelos sindicatos e associações das forças de segurança.

Bruno Pereira, porta-voz dos sindicatos da Polícia de Segurança P e associações da Guarda Nacional Republicana, diz "demarcar-se" dos apelos do Chega, mas não vai apelar aos polícias para não irem ao Parlamento; Paulo Santos, presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), não condena a iniciativa do Chega e defende que os "polícias devem mobilizar-se para todo o lado que entendam que lhes é útil, na defesa da sua condição"; o "inorgânico" Movimento Zero segue até o apelo de André Ventura – "Preciso que venham para o Parlamento, nas galerias e fora do Parlamento, mostrar a força [...] venham do país inteiro" – e pede "mobilização" para quinta-feira, dia 4, "frente à Assembleia da República".

Perante estas crescentes movimentações, fonte oficial da Direção Nacional da PSP garantiu ao Diário de Notícias que será reforçado "o policiamento" da Assembleia da República, "como em qualquer circunstância em que se prevê interesse nos temas em debate"

"Não vou apelar", garante o porta-voz dos sindicatos da PSP e associações da GNR, "a que não vão ao Parlamento, porque é um direito de qualquer cidadão e de qualquer polícia poder aderir ou não. A participação cívica é legítima. É um direito de qualquer um de nós".

> *"O PS tem aqui a hipótese de corrigir uma falha e injustiça histórica e o governo tem aqui a hipótese de corrigir esta injustiça para com os polícias."*
>
> ***André Ventura***
> *Presidente do Chega*

Apesar disso, Bruno Pereira manifesta-se desagradado com "qualquer líder, seja ele quem for", que não se circunscreva "ao seu papel", alegando que "o papel de apelo, seja ele qual for, recai sobre os sindicatos. É preciso não confundir os papéis".

Condena o apelo de Ventura? "O que condeno é a mistura dos planos de ação. Não está correto que se queira instrumentalizar um movimento sindical. Não queria que houvesse qualquer tipo de colagem de qualquer partido, fosse ele qual fosse, à luta dos polícias." E vai ao Parlamento? "Não terei muito provavelmente hipótese, por uma questão pessoal, porque tenho encargos profissionais que me impedirão de lá ir", é a resposta.

Paulo Santos, presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), é claro: "Não condeno a iniciativa do Chega." "Os polícias", defende, "devem mobilizar-se para todo o lado que entendam que lhes é útil, na defesa da sua própria condição". Mas não apela a que não sigam o apelo de André Ventura? E a resposta foi esta: "Apelo aos polícias que acreditem no trabalho desenvolvido no processo negocial."

O presidente da ASPP/PSP sustenta, assim, "a necessidade de esgotar o processo negocial em curso entre quem tem de resolver este problema [o governo] e os sindicatos" para "atingir um propósito concreto e da forma mais segura e célere".

"Queremos mesmo os 400 euros de incremento no risco", acentua. E deixa uma questão: "Caso o projeto-lei [do Chega] seja chumbado, não reforçará a posição do governo e não enfraquecerá a posição dos sindicatos nessa negociação?"

Em total concordância com o partido de André Ventura, o denominado inorgânico Movimento Zero veio já pedir a "mobilização" dos polícias, o que "pode fazer a diferença". Na mensagem publicada no Facebook é feito um apelo "a cada um de vós [polícias] para que estejam presentes em frente à Assembleia da República. É uma oportunidade única para fazer ouvir a nossa voz, para exigir respeito e melhores condições de trabalho".

O Chega propõe, tal como os sindicatos da PSP e associações da GNR, um aumento de 200 euros entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2024, mais 100 euros entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 e outros 100 euros entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2026 – num total de 400 euros.

O Ministério da Administração Interna defende um aumento total de 300 euros no subsídio de risco [o chamado suplemento de missão] para PSP e GNR, e não os 400 reivindicados, sendo que 200 seriam já pagos em julho e os restantes 100 repartidos em duas tranches, em 2025 e 2026.

A diferença entre 400 e 300 euros traduz-se num acréscimo de 4,4 milhões de despesa fixa, que o governo tem recusado.

Na proposta do Chega há um detalhe que é recusado pela plataforma dos sindicatos da PSP e associações da GNR – que "a partir de 1 de janeiro de 2027 o aumento do suplemento de risco" seja "indexado ao aumento do vencimento do diretor Nacional da Polícia Judiciária".

Opinião
Duarte da Costa

Portefólio para uma abordagem alargada da segurança nacional

Como membro da comissão, composta por 21 personalidades nacionais, que em 2023 fez a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e elaborou a proposta de Grandes Opções do CEDN incorporando as novas realidades da segurança global e regional, em particular aquelas que afetam a segurança do continente europeu, defendi uma abordagem alargada do conceito "segurança", como patamar superior e integrador dos fundamentos da segurança interna e externa (englobando a defesa) do Estado Português na atualidade.

A segurança assim considerada consubstancia um fim teleológico do Estado, pois assume que a principal função de uma entidade territorial e política soberana é garantir a segurança e a proteção de seus cidadãos, bem como manter a ordem pública e a estabilidade dentro do seu território, sendo essencial para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, pois sem ela seria impraticável garantir outros direitos e liberdades fundamentais. Assim, a segurança é um objetivo final do Estado, uma vez que todas as outras funções e atividades são, em última análise, direcionadas para assegurar a segurança dos cidadãos. Isso inclui a proteção contra ameaças internas e externas, a manutenção da lei e da ordem, a defesa nacional, a segurança pública e as questões relacionadas com a proteção e bem-estar das pessoas. Portanto, a segurança como fim teleológico do Estado reflete a ideia de que a principal responsabilidade de um governo é garantir a segurança dos seus cidadãos e da sociedade como um todo, criando as condições necessárias para o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar de forma pacífica e organizada.

Um país democrático como Portugal deve garantir uma abordagem securitária discreta, mas percetível, eficaz e pautada pelos princípios democráticos, respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades individuais. Este tipo de abordagem deve comportar um conjunto de garantias que defendam os valores da cidadania democrática:

• A garantia de que todas as medidas de segurança adotadas estejam em conformidade com os direitos humanos, incluindo o direito à vida, à liberdade, à privacidade e à segurança;

• A garantia de que as políticas de segurança são transparentes e sujeitas a escrutínio perante a sociedade e as instituições democráticas, como a Assembleia da República;

• A garantia de que as forças e serviços de segurança devem estar sujeitos ao controle democrático e operar dentro dos limites estabelecidos pela lei e pela Constituição;

• A garantia de que o Estado promove o diálogo e a cooperação entre diferentes forças, serviços e agências de segurança, bem como com outros países e organizações internacionais, para enfrentar as ameaças de forma eficaz e eficiente;

• A garantia de que o Estado adota políticas de prevenção e combate ao terrorismo e ao crime organizado sem comprometer os direitos fundamentais dos cidadãos.

Outro aspeto fundamental no caminho de um conceito alargado de segurança é, no plano interno, integrar os conceitos de *security* e *safety* (vocábulos anglo-saxónicos que poderíamos traduzir, de forma redutora, em "segurança interna" e "proteção e socorro"), numa abordagem ampliada da segurança como um dos fins do moderno Estado democrático, fundamental para garantir uma proteção abrangente e eficaz dos cidadãos e da sociedade como um todo. O conceito de *security* referindo-se ao conjunto de medidas, políticas e ações tomadas por um Estado para proteger a sua população, os seus bens e as suas instituições contra ações de indivíduos ou grupos que buscam causar danos à sociedade, à ordem pública e à segurança nacional, que podem incluir uma ampla gama de atividades, como criminalidade, terrorismo, ciberataques e outros tipos de ocorrências, e o conceito de *safety* referindo-se à proteção das pessoas contra perigos, riscos e ameaças que possam surgir no dia a dia, como acidentes, desastres decorrentes de eventos naturais, problemas de saúde pública, entre outros, e que envolve a prevenção e a resposta a eventos não intencionais que possam causar danos às pessoas, à propriedade e ao meio ambiente.

Para integrar esses dois conceitos numa abordagem alargada da segurança nacional é importante adotar uma visão holística e abrangente, que pode ser feita por meio das seguintes estratégias:

• Abordagem integrada que desenvolva políticas de segurança que considerem tanto os aspetos de *safety* quanto os de *security*, garantindo a proteção abrangente dos cidadãos e da sociedade em todas as suas dimensões;

• Cooperação e coordenação entre diferentes agências e setores envolvidos na segurança, incluindo autoridades de segurança pública, agências de proteção civil, setor da saúde, entre outros, para garantir uma resposta integrada e eficaz a diferentes tipos de ameaças;

• Investimento em medidas tendentes a prevenir e preparar as respostas a ameaças, sejam elas acidentais ou deliberadas, para mitigar os riscos e proteger a sociedade de forma proativa.

Olhando para o horizonte de eventos e tentando vislumbrar uma perspetiva futura de um conceito alargado de segurança nacional, importa que se faça um esforço de coordenação que envolva as esferas da defesa nacional e da segurança interna numa perspetiva de complementaridade, supletividade e subsidiariedade de duplo sentido (conforme os cenários), considerando os seguintes fatores e tendências:

• Ameaças híbridas e complexas: as ameaças à segurança nacional têm evoluído no sentido de se tornarem mais híbridas e complexas, combinando elementos do espectro da guerra, ciberataques, desinformação e terrorismo. Portugal precisará de continuar a desenvolver capacidades para lidar com estas ameaças multifacetadas, integrando recursos e estratégias de defesa e segurança interna;

• Cibersegurança: a proteção contra ciberataques será uma prioridade crescente. Investimentos em ciberdefesa, formação de especialistas e colaboração internacional serão cruciais para proteger infraestruturas críticas e dados sensíveis;

• Colaboração internacional e regional: a cooperação com outros Estados-membros da União Europeia e a NATO será essencial. Portugal deverá continuar a participar em missões internacionais, partilhar informações e adotar padrões comuns de segurança e defesa;

• Coordenação de capacidades das Forças Armadas e das forças e serviços de segurança: a coordenação entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança deve ser aperfeiçoada para responder de forma eficaz a crises nacionais e internacionais e situar-se ao nível mais elevado da governação do Estado;

• Resiliência e preparação contra as crises: a construção de resiliência contra desastres naturais, pandemias e crises de grande escala será uma componente-chave. Planos de contingência, exercícios regulares e a capacidade de resposta rápida são essenciais;

• Tecnologia e inovação: a adoção de novas tecnologias, incluindo inteligência artificial, drones e sistemas de vigilância avançados, pode melhorar significativamente a capacidade de monitorização e resposta a ameaças;

• Segurança energética e ambiental: as questões de segurança energética e as mudanças climáticas terão um impacto direto na segurança nacional. A transição para fontes de energia renováveis e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas serão importantes para garantir a manutenção dos recursos e a segurança a longo prazo;

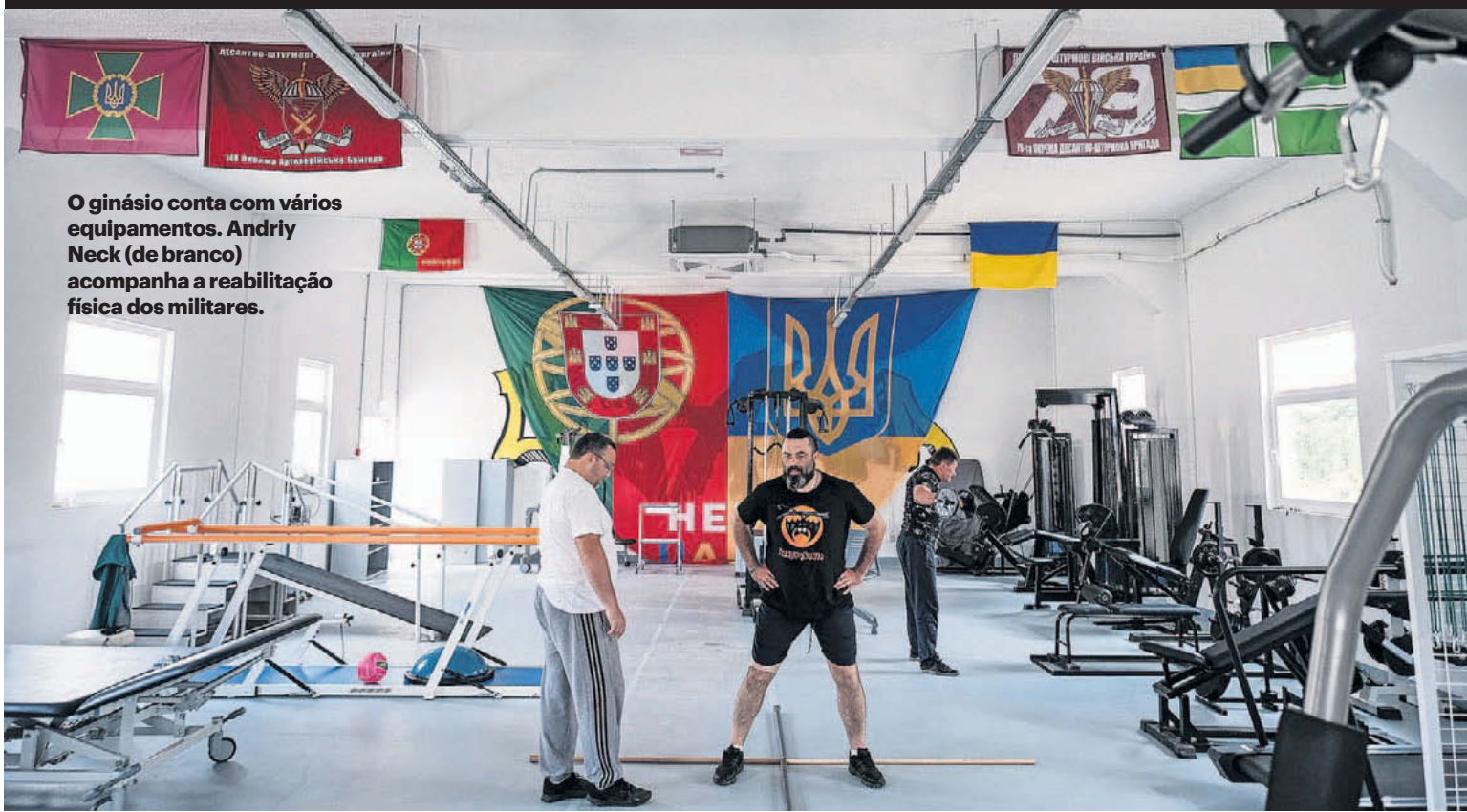
• Comunicação e transparência: a manutenção da confiança pública é vital. As políticas de segurança devem ser transparentes, envolventes e explicadas através de informação pública, garantindo que os direitos cívicos e as liberdades e garantias sejam respeitados, mesmo quando se tomam medidas de segurança que sejam mais percetíveis e impactantes;

• Educação, formação e cidadania: a formação contínua dos profissionais de segurança e defesa, assim como a educação da população sobre questões de segurança e cidadania, contribuirão para uma sociedade mais preparada e resiliente;

• Integração multissetorial: a abordagem de segurança deve ser multissetorial, envolvendo não apenas instituições militares e de segurança, mas também entidades civis, o setor privado e a sociedade civil, garantindo uma abordagem holística e inclusiva e uma proteção às pessoas que queiram viver em Portugal, garantindo a liberdade de circulação internacional, mas também o controle dessa mesma circulação no momento da entrada em território nacional.

Por tudo o que foi referido, seria útil um documento enquadrador que apontasse para um conceito estratégico de segurança nacional indicando caminhos para proteger a soberania e a integridade do país e dos seus sistemas e cadeias de valor contra riscos e sobretudo ameaças externas e internas, que permitisse um planeamento coordenado e eficaz entre diversas agências, organizações e instituições, garantindo uma resposta unificada e eficiente a ameaças complexas, que ajudasse a identificar e avaliar ameaças potenciais, fossem elas militares, económicas, cibernéticas, ambientais ou de outra natureza, que orientasse a alocação de recursos de forma eficiente, priorizando áreas críticas, que contribuísse com diretrizes macro para a estabilidade interna, criando um ambiente seguro que favoreça o desenvolvimento económico e social, que reforçasse a posição do país no cenário internacional, demonstrando um compromisso com a segurança global e a cooperação internacional, e que assegurasse a proteção de interesses estratégicos nacionais, incluindo recursos naturais, infraestruturas críticas e as pessoas.

Em resumo, a perspetiva para a segurança nacional olhando para o futuro envolve uma abordagem integrada, centralizada e abrangente, capaz de responder de forma eficaz e coordenada às ameaças contemporâneas e futuras, enquanto promove a cooperação internacional e a resiliência interna, mantendo assim os índices de segurança interna que nos têm caracterizado. E numa abordagem de cidadania é fundamental perceber que cada cidadão, com o seu comportamento e conduta, é um elemento fundamental na segurança da comunidade, potenciando a criação de um ambiente seguro e acolhedor para todos. E penso que este é o *end-state* a que todos aspiramos.

Presidente da ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

O ginásio conta com vários equipamentos. Andriy Neck (de branco) acompanha a reabilitação física dos militares.

"Estou cansado da guerra." Centro Fénix acolheu os primeiros feridos da Ucrânia

OURÉM O centro de reabilitação para feridos de guerra recebeu o primeiro grupo de 15 militares, em que a maioria traz feridas psicológicas e emocionais. Equipamentos de topo (doados por uma igreja americana) ajudam na reabilitação física. A lista de espera já ultrapassa os mil soldados.

TEXTO **PAULA SOFIA LUZ** FOTOS **NUNO BRITES / GLOBAL IMAGENS**

Maksym caminha descalço entre os passeios de cimento e os canteiros de relva que atravessam o Centro de Reabilitação da Help UAPT, a associação de apoio a refugiados ucranianos, em Ourém. São dias de paz estes que vive por aqui, mesmo que um escaldão nos pés o impeça de calçar seja o que for. Na véspera, ele e o grupo de militares ucranianos (o primeiro de muitos que virão) deleitaram-se na praia de São Martinho do Porto. Espalhou protetor solar por todo o corpo, mas esqueceu-se dos pés. Sorri muito enquanto fala, na frescura dos seus 22 anos acabados de fazer. "Foi o meu melhor dia de aniversário", conta ao DN, relatando aquele 16 de junho já em terras lusas.

Ninguém diria que é o mesmo rapaz que embarcou em Kiev, dias antes, e que durante toda a viagem "não disse uma palavra", tal como recorda Ângelo Neto, da Help UAPT, que vinha sentado a seu lado. "Estes jovens passaram por muito. Chegaram aqui sem falar uma palavra, todos fechados, hoje já sorriem e brincam entre si." Quem os visse na véspera, qual grupo de crianças a jogar à bola na areia, dificilmente conseguiria imaginá-los de arma em punho, na frente de batalha. A maioria destes homens não aparenta qualquer maleita física, à exceção de Artem, que se desloca em cadeira de rodas, ou de um ou outro camarada auxiliado por uma muleta. As feridas são internas, psicológicas.

"O que os psicólogos nos dizem é que esta semana equivaleu a dois meses de tratamento se fosse na Ucrânia. Em termos clínicos, com as máquinas que temos cá, dizem-nos que equivale a um mês de tratamento", afirma Ângelo Neto na manhã em que recebe no centro Nuno Campos, especialista em medicina desportiva, antigo médico da Seleção Nacional de Futebol. "Foi ele quem estabeleceu o plano de recuperação, e isso deixa-nos muito seguros. É verdade de que alguns precisariam de ficar mais tempo, mas este foi um grupo de teste", explica o responsável. "Os próprios responsáveis da Ucrânia não acreditavam que fosse possível que um país tão longínquo e tão pequeno conseguisse montar um projeto como este. A verdade é que Portugal fez aquilo que nenhum outro país conseguiu fazer", sublinha Ângelo, referindo-se ao primeiro centro do género em toda a Europa.

> "Os próprios responsáveis da Ucrânia não acreditavam que fosse possível que um país tão longínquo e tão pequeno conseguisse montar um projeto como este. A verdade é que Portugal fez aquilo que nenhum outro país conseguiu fazer."

Próximos grupos por 60 dias

Depois de encaminhar Nuno Campos para uma reunião com os médicos (que viajaram da Ucrânia com o grupo), há de receber também Anton Gulidin, conselheiro dos Direitos Humanos da Ucrânia. E nesse dia ficará a saber da chegada do segundo grupo de militares que virá para o centro em breve. E esse já virá, "no mínimo, por 60 dias". Ângelo Neto revela ainda ao DN que "este projeto repercutiu tanto na Ucrânia que temos já uma fila de espera de mil soldados para vir". Mas isso é o que conseguimos atender num ano, com capacidade máxima, nos 53 quartos daquele antigo seminário.

A escolha dos militares é feita pelo Ministério da Defesa ucraniano, juntamente com o Ministério dos Direitos Humanos daquele país. Um dos 15 deste primeiro grupo foi feito prisioneiro durante um ano pelas tropas russas. "Saiu da prisão e veio direto para cá." Pouco se mistura com o resto do grupo, é focado nos treinos de ginásio e já disse que está ávido por voltar à linha de combate. E foi daí que veio Maksym. Estava escalado pela artilharia para levar uns documentos aos comandantes, mas acabou por ser substituído por um amigo. Houve um ataque no caminho "e o amigo morreu".

O jovem ainda recupera do choque. Conversa com o DN na biblioteca do centro, no primeiro andar, onde estão localizados os quartos, individuais e partilhados. Conta devagar como sempre quis entrar para o Exército desde pequeno, à conta do exemplo do pai, que desde 2014 se envolveu no conflito. Aos 19 anos, a 25 de fevereiro de 2022, Maksym juntou-se ao Regimento Azov. No final desse ano perdeu o amigo durante o ataque, no ano passado outro camarada ficou gravemente ferido. Já este ano foi-lhe diagnosticado síndrome de Raynaud (afeta especialmente os capilares dos dedos das mãos e dos pés, manifesta-se por vasoespasmo em resposta a situações de frio ou de stresse).

Na Ucrânia tem a namorada à espera. "Estou cansado da guerra. Ainda não sei o que quero fazer da minha vida, mas sei que quero conhecer o mundo, e por isso [procuro] algum trabalho remoto", afirma ao DN, com a ajuda da tradutora Olga Onufran, radicada em Portugal há 13 anos. O marido trabalha numa das empresas de Roman Kurtysh, mentor e presidente da Ukrainian Refugees – UAPT.

A alegria de ser escolhido

Igor, 30 anos, caminha com a ajuda de uma muleta. Tem estilhaços por todo o corpo, mas é a perna esquerda que inspira mais cuidados, devido a uma tromboflebite. Soube que era um dos escolhidos para integrar o primeiro grupo de reabilitação a 18 de maio passado. Nunca tinha estado em Portugal nem sonhara visitar o país. "Já estou a sentir resultados dos tratamentos. Há momentos em que já consigo caminhar um pouco sem a ajuda da muleta", explica ao DN o antigo segurança, que casou já em plena guerra. "Só quero ficar bom, voltar para a linha da frente e ajudar a acabar com esta guerra", sublinha. Quando olha para trás, elege dois momentos como os mais marcantes destes dois anos:

Ângelo Neto, um dos responsáveis da Help UAPT (em cima), e Maksym (22 anos) e Igor (30), dois dos soldados ucranianos que estão em Ourém.

"O primeiro foi quando pela primeira vez dei um tiro para matar. O outro quando vi os meus companheiros morrerem."

O caso que mais impressionou Ângelo, bem como a maioria dos membros da associação, foi o de Artem, o rapaz da cadeira de rodas. "A viagem para cá foi muito dura. Eles fizeram quase quatro horas de comboio, desde a frente de guerra até Kiev, depois mais 10 horas até à fronteira polaca, onde ficámos parados quase oito horas. Se não fosse uma associação portuguesa eles não tinham passado." E depois ainda mais quatro horas até Varsóvia. "Eles nunca deram um sinal de cansaço. Queriam mesmo vir."

Médicos de cá e de lá

O corpo clínico que recebe o diagnóstico e elabora um plano de tratamentos é português. O grupo veio acompanhado de uma equipa de quadro médicos (também militares), juntando-se no Centro Fénix o especialista em reabilitação física Andriy Neck. Veio de Lviv, juntamente com a mulher (também médica), num dos primeiros voos humanitários suportados pela associação. Sabendo que ainda não podem exercer a atividade em Portugal, o casal tem-se dedicado ao apoio técnico na reabilitação. "Se os militares estão a defender o nosso país, o mínimo que eu posso fazer é ajudá-los com o que souber", afirma Andriy. Fala ao DN num enorme ginásio localizado ao fundo da propriedade. Em breve haverá ali também uma piscina. Para além disso, o centro conta com vários gabinetes dedicados à recuperação e fisioterapia, com "máquinas novas, uma delas é a terceira que existe em Portugal, para trabalhar os membros inferiores". Quase todo esse equipamento foi doado por empresas portuguesas, num total de dois milhões de euros. "Ainda começámos a escavar a piscina, mas acabou-se o dinheiro. Falta também instalar os *bungalows* solidários na área de floresta da propriedade", adianta Ângelo Neto. "Nessa altura teremos muito mais capacidade e poderemos acolher não só feridos de guerra (desta ou de outra) como também população vulnerável portuguesa ou refugiados que cá estejam." Para já, a associação está registada como IPSS, não descartando a possibilidade de vir a candidatar-se a fundos públicos no futuro.

Na parede que delimita a propriedade está pintada uma fénix gigante. Sob as asas começam a escrever-se os nomes dos feridos que por ali passarem, de um lado, e do outro os nomes dos mecenas que suportaram a recuperação do edifício e a instalação dos equipamentos. Um dos primeiros será o da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, uma organização americana, presente em Portugal desde os anos 70, com sede na Alemanha. Foi daí que chegou o dinheiro para comprar a maioria dos equipamentos. Juntam-se a Sonae (que apoiou o abastecimento aos cinco centros de refugiados geridos pela associação no último ano) e o grupo ADEO (Leroy Merlin), que financiou a obra de reabilitação.

Esta foi a segunda tentativa do DN para a reportagem no Centro Fénix. A primeira aconteceu poucos dias depois de os soldados chegarem a Ourém, mas os responsáveis ficaram retidos numa reunião de emergência depois de uma alegada ameaça de "um grupo que mandou mensagens a dizer que vinha cá destruir tudo", explicou mais tarde Ângelo Neto.

O grupo de militares regressa à Ucrânia nesta terça-feira, dia 2 de julho. O centro já está à espera dos próximos.

> Um dos 15 militares ucranianos deste primeiro grupo a receber tratamento em Portugal foi feito prisioneiro durante um ano pelas tropas russas. "Saiu da prisão e veio direto para cá."

Um antigo seminário que renasceu das cinzas

Logo que rebentou a guerra, a 24 de fevereiro, a comunidade ucraniana em Portugal começou a mobilizar-se para ajudar quem começava a ficar desalojado. A UAPT nasceu quatro dias depois. Roman Kurtysh , de 38 anos, vive em Portugal há quase duas décadas. Chegou a 19 de setembro de 2003 para um intercâmbio universitário. "A ideia era ficar para ver o Euro 2004. E afinal fiquei muito mais tempo...", contou ao DN o ucraniano que desde há um ano preside à associação.

A seu lado, o luso-brasileiro Ângelo Neto explica a rapidez com que se desenhou este projeto: a 26 de fevereiro fizeram a primeira reunião nas instalações de uma das empresas de Roman. "Apareceram umas 20 pessoas. Falámos e começámos a trabalhar. Dois dias depois estava formalizada." Esta é a história da associação mas também do seu plano de ação. A ideia de criar um centro para refugiados de guerra em Ourém aconteceu pouco antes do Natal, quando a atual proprietária do edifício o disponibilizou de viva voz. Juntaram-se no apoio outros parceiros.

A história foi contada ao DN quando visitámos o centro pela primeira vez, em fevereiro de 2023. Por detrás deste projeto há ainda a história do edifício. O antigo seminário dominicano ganhou expressão num documentário do realizador Filipe Araújo, *O Casarão*, pois o pai, Horácio Araújo, fora um dos seminaristas que ali viveu. No momento em que se dispôs a fazer uma biografia dele deparou-se com um conjunto de memórias que decidiu imortalizar no cinema. "Isso aconteceu a partir do momento em que travei conhecimento com o caseiro, que ainda lá mora, nascido na casa em frente", contou Filipe Araújo numa entrevista à Agência Ecclesia, há cerca de dois anos. E foi ele, António Oliveira, o "guardião" daquele espaço, durante anos abandonado, na Aldeia Nova. É memória viva daquela que foi a casa de figuras conhecidas como João de Melo (autor de *Gente Feliz com Lágrimas*) ou Frei Bento Domingues.

António nunca foi seminarista, mas era "da casa", e por isso assistia às aulas e participava de toda a vida do seminário, fundado em 1940. "Nos anos 60 isto tinha uma vida impressionante, não apenas pelo seminário em si, mas porque os sete hectares de terreno eram cultivados, tornando-o autossuficiente. Foi assim até 1973. Em 1975 passou a ser Casa da Criança" – o equivalente ao que são hoje os centros de acolhimento. "Esteve assim uns 12 anos, a cargo da Segurança Social", recorda António, que agora se alegra com a nova vida que o espaço terá.

Para lá do portão, a quinta que alberga o antigo seminário continua, bem como os projetos. A UAPT tenciona construir ali 15 *bungalows*, uma piscina e, à volta, uma horta comunitária. "A ideia é que fique um centro autossustentável", sublinha Ângelo Neto. "O nosso objetivo é que os feridos de guerra se dediquem à natureza como forma de recuperação, com uma horta biológica, pomar, animais."

"Quando a guerra acabar e tratarmos todos os que conseguirmos, ficará para uso da comunidade local", revela o presidente da direção. E nesse rol incluem-se "vítimas de violência doméstica e crianças em estado vulnerável, entre outras".

Centro de Reabilitação Fénix fica na Aldeia Nova (Ourém).

Em 1908 o mundo recebeu via verde para o SOS

CIÊNCIA *VINTAGE* A 1 de julho de 1908 as delegações de 27 países reunidas em Berlim apontavam o futuro das chamadas de urgência em alto-mar. O sinal informativo SOS ganhava envergadura internacional. Nos 90 anos seguintes manteria o estatuto de salva-vidas.

TEXTO **JORGE ANDRADE**

Ao longo de penosos 10 meses o irlandês James Kavanagh e a sua equipa permaneceram num penedo ao largo da costa sudoeste da República da Irlanda. Para oeste do rochedo de xisto argiloso de 30 metros de altura os olhos daqueles homens assistiam, semana após semana, ao humor truculento do Atlântico Norte. O mesmo mar feroz que nas centenas de anos anteriores àquele 1897 reclamara para as suas águas vidas e embarcações. Ainda em 1847, 90 almas haviam sucumbido ao naufrágio do paquete americano *Stephen Whitney*. Dentro de poucos anos, em 1994, sobre Fastnet Rock, o ponto mais meridional da Irlanda, distante oito quilómetros da costa, brilharia um olho de luz a encimar um farol de granito. Antes, um rústico farol em ferro fundido mostrara-se incapaz face aos humores do mar e da meteorologia. O pedreiro Kavanagh e os seus homens arrastaram para as alturas do penedo 2074 blocos de pedra, mais de 4300 toneladas de uma fortaleza salva-vidas dotada de uma lanterna e aparelho de iluminação. O negrume da costa ganhava um novo brilho, um feixe de luz perscrutador do mar a partir da "Lágrima da Irlanda", assim era conhecido o penedo por ter no seu fado ser o último elo com a terra natal das vagas de emigrantes que deixavam o país no século XIX.

A não grande distância da tábua de salvação do farol de Fastnet Rock, o ano de 1903 assistiu à aflição a bordo do transatlântico dos Estados Unidos *SS Kroonland*. A nave, de 170 metros de comprimento e com dois motores a vapor, que tivera a sua viagem inaugural entre os portos de Nova Iorque e Antuérpia no ano de 1902 via-se, naquela tarde de dezembro, sem uma das duas hélices que a empurrava rumo à Europa. A bordo, Ludwig Arnson, operador do telégrafo sem fios (radiotelégrafo), chamou a si a responsabilidade de salvar o *SS Kroonland*. Arnson socorreu-se do código internacional CQD, um sinal informativo de telecomunicações utilizado para solicitar auxílio em situações de socorro. O transatlântico recebeu o auxílio de um cruzador britânico a navegar na zona. Ludwig Arnson receberia, muitos anos depois, em 1944, a Marconi Memorial Medal of Achievement. O *SS Kroonland* navegaria até 1927 e no decorrer da I Guerra Mundial serviria de transporte às tropas do Exército dos Estados Unidos. Nos quatro anos de conflito entregaria em ambas as margens do Atlântico mais de 38 mil militares. Na época em que o mundo desabava empurrado pelo primeiro conflito mundial, o sinal CQD, adotado pela britânica Marconi International Marine Communication Company, sucumbira ao sinal informativo SOS. Este alcançaria em 1906 o estatuto de sinal universalmente utilizado nas comunicações mar-terra, à boleia do código morse. Três pontos, seguidos de três traços e de outros três pontos, comunicavam uma situação crítica.

O primeiro navio a transmitir um sinal de SOS após a Convenção de Berlim foi o transatlântico britânico *RMS Slavonia*, a 10 de junho de 1909.

Até ao ano de 1906 vários países e organizações decidiam quais os códigos a usar nas suas transmissões. O mais amplamente adotado era o CQD, assumido como sinal de socorro no seio das comunicações da Marconi em fevereiro de 1904, através da sua circular 57: "A chamada a ser feita por navios em perigo ou de qualquer forma que necessitem de assistência deve ser 'CQD'." Antes, os telégrafos terrestres e submarinos adotaram a convenção de usar CQ (*sécu*, do francês *sécurité*) como forma de identificarem palavras de alerta para todas as estações ao longo de uma linha telegráfica. Com o aparecimento da radiotelegrafia, que utiliza sinais de rádio para transmitir mensagens, o CQ viu-se adotado nas comunicações marítimas como uma "chamada geral". A companhia Marconi adicionou-lhe o D, de socorro, em alusão à palavra *distress* ("perda", "aflição").

No mesmo período, SOS surgia regularmente nas comunicações de rádio na Alemanha. O sinal Notzeichen, como era designado, assentava num padrão gráfico simples (...---…). Determinava a convenção do código Morse que três pontos correspondiam à letra S, três traços à letra O. SOS passou a constituir uma mnemónica associada a expressões como *Save Our Souls* ("Salvem as Nossas Almas") ou *Save Our Ship* ("Salvem o Nosso Navio"). Um sinal informativo que ganharia protagonismo global a 3 de novembro de 1906. Reunida em Berlim, capital alemã, a primeira Convenção Radiotelegráfica Internacional abordou temas como as comunicações via rádio e o estabelecimento de padrões internacionais para as comunicações de mar com terra. Vinte e sete países marcaram presença nos trabalhos, entre eles uma delegação portuguesa. Os delegados acordaram que a 1 de julho de 1908 o sinal SOS passaria a ser adotado internacionalmente, em substituição de outros sinais de auxílio, como o CQD.

> Determinava a convenção do código Morse que três pontos correspondiam à letra S, três traços à letra O. SOS passou a constituir uma mnemónica associada a expressões como *Save Our Souls* ou *Save Our Ship*.

Oficialmente, o primeiro navio a transmitir um sinal de SOS após a Convenção de Berlim foi o transatlântico britânico *RMS Slavonia*, num episódio, a 10 de junho de 1909, que envolveu águas em território nacional. Face aos pedidos dos passageiros de 1.ª classe, o comandante Arthur George Dunning cedeu em alterar a rota do navio a caminho de Trieste, no mar Adriático, para um périplo turístico em torno da ilha açoriana do Corvo. Decisão de má sorte: o navio cederia ao nevoeiro castigador e às armadilhas rochosas da costa da ilha das Flores. Encalhado, batido pelo mar, com fogo a bordo, não restou à tripulação do *Slavonia* senão emitir um apelo em forma de três pontos, três traços e três pontos. Um pedido captado pelo paquete alemão *Prinzess Irene* e pelo navio *Batavia*. Também o *Funchal* partiu em socorro e apoio da nave em apuros. Salva a tripulação e os passageiros – não obstante as reiteradas tentativas de suicídio do comandante Dunning, devastado pela perda –, restou ao *Slavonia* sucumbir aos temporais dos meses de outono.

Em janeiro de 1998 o sinal SOS foi oficialmente descontinuado e substituído por modernos sistemas de comunicação via satélite e mensagens de voz. Poucas horas antes, na noite de 31 de dezembro de 1997, soava um alerta: "...---... ...---... Aqui é o *Oak*. Posição 53' 16" norte e 24' 59" oeste. Motor parado. Necessitamos de assistência." O *MV Oak*, uma embarcação de transporte de madeira em trânsito entre o Canadá e Inglaterra, enfrentava uma situação difícil em pleno Atlântico Norte: perdia potência, a carga "dançava" perigosamente a bordo, a tripulação descia para os salva-vidas. Mas a noite de fim de ano não acabaria em tragédia, pois a tripulação seria mais tarde resgatada pela guarda costeira britânica e o navio foi salvo.

O velhinho SOS dava mostras da sua vitalidade num derradeiro suspiro oficial.

Opinião
Paulo Guinote

Bur(r)ocracia

Não sou dos que confunde o sentido original do termo "burocracia", quando aplicado a uma estrutura administrativa, com o seu aparato de regras e procedimentos claros e simples que regula a relação dos cidadãos com o Estado moderno, em particular quando este se foi tornando cada vez mais complexo nas funções e estrutura, com aquilo que atualmente se entende pelo termo, devido à prática quotidiana: uma estrutura labiríntica, com procedimentos obscuros, quase iniciáticos, que limita, dificulta e distorce, mais do que serve, a tal relação entre todos nós e os "serviços" públicos.

Embora não seja ingénuo ao ponto de achar possível uma estrutura tão neutra e impessoal como Max Weber postulava nem considere que, com a complexidade da sociedade atual, é possível uma uniformização total dos procedimentos e do tratamento dos cidadãos, tenho a firme convicção de que um aparelho burocrático útil e eficaz – para aqueles a quem deve servir e ao Estado, cujas funções deve assegurar – é aquele que clarifica, simplifica e facilita as necessidades dos seus utentes, mas também o trabalho dos seus agentes.

Em especial numa idade em que os meios digitais permitem uma facilidade de tratamento de grandes massas de informação, bem como uma inaudita rapidez de comunicações e o desenvolvimento de algoritmos que simplifiquem procedimentos e os fluxos de informação, mais do que impensável, é ineficaz que a burocracia se torne mais impenetrável, lenta e redundante.

Que a burocracia se torne uma "burrocracia", na qual os procedimentos se tornam redundantes, as competências se duplicam e confundem, a circulação da informação fica bloqueada e não é atempadamente partilhada ou que os procedimentos se transformam em exercícios ineficazes de uma crueldade kafkiana, a lembrar *Os Doze Trabalhos de Astérix*.

Há poucos dias, na sequência de uma petição com mais de 13.000 assinaturas, o Parlamento desperdiçou a oportunidade de aprovar uma de quatro resoluções que recomendavam a suspensão ou cessação do projecto MAIA (Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica), que aumentou exponencialmente a "burrocracia" em muitas escolas. Há cerca de um ano, quando um grupo de peticionários foi à Comissão de Educação da Assembleia da República, procurei demonstrar como este projecto esmaga o tempo que os docentes deveriam ter para trabalhar com os alunos, ocupando-o com um aparato de recolha de "evidências" que se traduz em centenas de descritores que fragmentam o ato pedagógico numa deriva positivista estéril que nega aos alunos uma apreciação verdadeiramente integral e humanista do seu desempenho.

Tenho quase a certeza de que Max Weber estava a pensar em pessoas como aquelas que surgiram, em plenário, a defender o desvario quando, em 1909, alertou para os excessos da mentalidade burocrática numa conferência na Associação para as Políticas Sociais de Viena:

> *"É horrível pensar que o mundo possa um dia ser preenchido apenas com aquelas pequenas engrenagens, pequenos homens agarrados a pequenos empregos e lutando por outros maiores (…) Esta paixão pela burocracia... é suficiente para levar alguém ao desespero. (...) é esta a evolução em que já estamos apanhados e a grande questão é (…) o que podemos opor a esta maquinaria para manter uma parcela da humanidade livre desta divisão da alma, deste domínio supremo do modo de vida burocrático."*

Professor do ensino básico.

BREVES

Debate sobre fim da manifestação de interesse

A comunidade é convidada pelo DN Brasil e pela Fábrica Braço de Prata para discutir o impacto do fim das manifestações de interesse e as recentes alterações no panorama da imigração em Portugal. Será no dia 3 de julho, a partir das 19h30, na Fábrica Braço de Prata, em Lisboa. O evento vai marcar um mês de publicação do DN Brasil. É também a data em que completa um mês o plano para as migrações anunciado pelo governo. Já está confirmada a presença de representantes de quatro associações e movimentos sociais: Larissa Nicolosi, da Associação Renovar a Mouraria, Victor Hasten, da Casa do Brasil, Timóteo Macedo, da Associação SOLIM, e Flávio Almada, do movimento Vida Justa, e académicos da área. Outras entidades e autoridades também foram convidadas e o DN Brasil aguarda a confirmação. O evento é aberto a todos os interessados em debater o tema, em especial a comunidade imigrante. A iniciativa foi proposta ao DN Brasil pela própria equipa da Fábrica Braço de Prata. O evento é aberto ao público e todos os interessados são convidados. Não é necessário inscrição prévia.

Cardiologia. 92% das consultas ultrapassam tempo de resposta

O tempo máximo de resposta foi ultrapassado em cerca de 92% das consultas de cardiologia no segundo semestre de 2023, com mais de 23.448 utentes a aguardar a primeira consulta no final deste período, foi ontem anunciado.
De acordo com uma monitorização sobre os tempos de espera no Serviço Nacional de Saúde (SNS), que foi divulgada pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS), no segundo semestre de 2023 foram realizadas 19.642 primeiras consultas de cardiologia nos hospitais públicos, um aumento de 0,3% face ao mesmo período de 2022. Neste período, "os TMRG [Tempos Máximos de Resposta Garantidos] foram ultrapassados em 91,8% das consultas de cardiologia realizadas". No final do segundo semestre do ano passado, 23.448 utentes aguardavam pela primeira consulta de cardiologia, um acréscimo de 52,2% relativamente ao período homólogo, sendo que 86,7% destes com espera superior aos TMRG. Por sua vez, contabilizaram-se 16.207 primeiras consultas com suspeita ou confirmação de doença oncológica, todas realizadas em hospitais públicos, refere o relatório da ERS.

Técnicos pedem demissão do presidente do INEM

EMERGÊNCIA MÉDICA Falta de concurso público para o serviço de transporte aéreo de doentes motiva críticas do ministério e dos técnicos de emergência.

A Associação Nacional dos Técnicos de Emergência Médica voltou ontem a defender a demissão do presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) depois das críticas do Ministério da Saúde sobre o serviço de transporte aéreo de doentes.

Em comunicado, a associação "reitera uma vez mais que o atual Conselho de Direção não reúne qualquer condição que sustente a sua manutenção em funções" e que a sua atuação tem vindo a colocar o INEM "numa situação manifestamente deplorável".

Para a estrutura associativa a questão denunciada pelo Ministério da Saúde "é motivo para a suspensão de funções imediata de Luís Meira e instauração de devido processo disciplinar". "Não esperamos mais do que o presidente do Conselho Diretivo apresente a sua demissão, assumindo o fracasso da sua gestão e assumindo-se como responsável do baixo nível de cuidados médicos de emergência aos portugueses", lê-se no comunicado.

Numa nota enviada à agência Lusa no dia (ontem) em que terminou o ajuste direto do serviço de transporte aéreo de doentes, o Ministério da Saúde esclareceu que o INEM podia ter lançado concurso público para esse serviço com base numa resolução do Conselho de Ministros de 2023, evitando prolongar a adjudicação direta.

Segundo o órgão governativo, desde o dia 2 de abril até agora o INEM não abriu qualquer concurso público internacional para a aquisição do serviço, situação que a tutela afirma não compreender os motivos, uma vez que terá questionado o organismo por diversas vezes mas o INEM "nunca apresentou uma solução".

A associação dos técnicos de emergência médica entende que "o país não pode confiar" numa direção "com tantas falhas e trapalhadas no decorrer de quase uma década".

DN/LUSA

Opinião
José Eduardo Franco

A construção de um Portugal global

O que nos podem inspirar 900 anos de história na consolidação de uma democracia madura

O atual retângulo continental que designamos como Portugal foi, ao longo de milénios, um território de cruzamento, circulação e fixação, mais ou menos longa, de povos e etnias oriundos de "desvairadas partes". Foi, tem sido e continua hoje a ser um espaço de cruzamento de mundos e de homens e mulheres de diversas proveniências.

As origens

Na primigénia projeção de comunidades humanas pelo planeta Terra, aqui se fixaram as primeiras comunidades neandertais dos períodos pré-históricos. Povos antigos, com nomes que encontramos nas crónicas e nas primeiras histórias de Portugal, deixaram marcas de humanização neste território, como Galos ou Galaicos, Turdetanos, Celtiberos, Cónios e os mais conhecidos Lusitanos. Por aqui passaram Fenícios e Gregos. Roma estendeu até aqui o seu império, que estruturou este espaço durante meio milénio sob a *pax romana* e a língua latina. Este território era visto pelos geógrafos clássicos como o *finis terrae*, a parte mais ocidental do mundo conhecido, imaginado e cantado pelos poetas como um local paradisíaco atapetado de relva, em que se situava o jardim das Hespérides, com as suas maçãs de ouro.

Depois dos impérios clássicos, passou a ser cobiçado pelos povos nórdicos, chamados bárbaros pelos Romanos, que estilhaçaram o seu império: Vândalos, Alanos, Suevos, Viquingues, Godos... Por aqui passaram, pilharam e raptaram. Não poucos se fixaram e organizaram comunidades e até reinos, partilharam a sua cultura e receberam uma religião nova, que deu cerzidura para a nova ordem que emergia do caos que a sucessão de invasões e apropriações tinha instalado: o Cristianismo.

A partir de 711, nova vaga de povos – agora do Sul do Mediterrâneo, do Norte de África, e sob um novo estandarte religioso – entra e estabelece-se neste território durante meio milénio: os povos de fé muçulmana. Árabes e Berberes impõem uma nova ordem social e deixam traços marcantes e inovadores no nosso património material e imaterial.

O Portugal atual formou-se por um processo de libertação da ordem estabelecida dos poderes islâmicos para estabelecer a nova ordem: a da *pax christiana*. Há 900 anos este processo começou a ser liderado pelo que podíamos chamar, em linguagem de hoje, uma "família de um pai emigrante" francês, vindo de Borgonha. Henrique conseguiu a nobilitação a que aspirava ao participar no processo de reconquista de territórios aos mouros, ao serviço do rei Afonso VI de Leão e Castela, assumindo a titularidade do Condado Portucalense. O seu filho Afonso Henriques acabou por potenciar e liderar seminais vontades de autonomia entre a nobreza e o povo destes territórios entre Douro e Minho para intensificar o processo de expansão e gizar um novo país independente, com o empenho das forças locais, mas contando, ao longo do seu reinado, com ajudas externas, nomeadamente de Ingleses.

Mas este território em que se desenhava um reino e uma nação, que consolidou as suas fronteiras em cerca de século e meio desde a aclamação do primeiro rei, na Batalha de Ourique, continuará a ser um espaço de cruzamento de povos, através de entradas e saídas de gentes diversas. Serão, desde então, muito significativos os movimentos de saída, que constituem o que nós designamos as sete diásporas portuguesas dos 900 anos de história de existência do projeto-Portugal enquanto país afirmado como tal.

As diásporas, da primeira à sétima

A primeira diáspora foi, desde logo, a diáspora moura, ou seja, a que decorre da expulsão dos poderes e das populações islâmicas na sequência da tomada de posse destes territórios pelos poderes cristãos. Foram empurrados para o Sul de Espanha e para o outro lado da costa do Mediterrâneo, de onde vieram, levando muito do que aqui geraram, durante séculos de permanência, em termos de cultura, linguajares, tradições e memórias.

A segunda diáspora iniciou-se logo na Idade Média e perdurou ao longo de séculos, até hoje. Foi a da *peregrinatio* académica, a prática de enviar bolseiros/estudantes, normalmente financiados pela Corte de Portugal ou pela Igreja, para as universidades europeias (Bolonha, Paris, Oxford, Salamanca, Alcalá de Henares, Leiden...) para qualificar e preencher quadros do país, que exigem preparação académica e cultural. Esta diáspora – que teve momentos com intensidade diversa e que apresentou características diferentes conforme os contextos epocais, em particular no século XVIII, com a diáspora dos estrangeirados, que não só de académicos e cientistas – foi fundamental para trazer ideias novas a Portugal, bem como para promover reformas e atualizações importantes.

A terceira diáspora é a dos agentes do que denominamos o processo de estabelecimento de Portugal no mundo, tradicionalmente definido como o da edificação do império, na sequência das viagens marítimas intercontinentais. Foram os navegadores, os comerciantes, os oficiais do Estado, os povoadores e os colonos. Estes levaram muito da cultura e das práticas vigentes em Portugal e adaptaram-nas aos novos territórios onde atuaram, gerando metamorfoses criativas em interação com as culturas locais.

Associada a esta terceira diáspora, em ligação estreita com a mesma, temos a quarta diáspora: a dos missionários, enviados ao ritmo das viagens de exploração dos oceanos, de novas geografias e gentes. Foram os protagonistas do projeto de planetarização do Cristianismo. Não só trabalharam na evangelização de povos de todos os continentes, mas também, em nome desse ideal, contribuíram para criar aquilo que chamamos uma primeira base global de dados de conhecimento do mundo. Elaboraram as primeiras gramáticas e os primeiros dicionários de línguas desconhecidas dos europeus, escreveram histórias de diversos países do mundo, cartografaram territórios sem mapas, produziram tratados científicos da fauna e da flora autóctones...

A quinta diáspora é mais uma diáspora dramática: a judaica. A expulsão dos Judeus pelo rei D. Manuel I, no dealbar do século XVI, e as sucessivas perseguições movidas pelo Santo Ofício e por sectores inquisitoriais dispersaram importantes comunidades de descendentes de Hebreus que viviam há séculos em Portugal. Como bem denunciou, no século XVII, o Padre António Vieira, que defendeu o seu regresso, Portugal desperdiçou perdulariamente uma comunidade empreendedora e geradora de riqueza, que passou a assessorar a ascensão de grandes impérios, como o holandês e o otomano, onde tinha encontrado acolhimento.

A sexta diáspora é talvez a mais esquecida: a dos exilados políticos. Sabemos que os ciclos de queda e de ascensão de regimes, desde o século XIX, foram geradores de movimentos de saída, nomeadamente de exilados políticos, militares e intelectuais, que eram afetos ao regime revogado. Tal aconteceu em ciclos sucessivos, desde a Revolução Liberal de 1820, passando pela ascensão do miguelismo neoabsolutista, pela reimplantação plena do regime liberal em 1833/34, com novo pico na implantação da República em 1910, acentuando-se com o golpe militar de 1926 e a consolidação do Estado Novo, durante mais de quatro décadas. Finalmente, a revolução abrilina gerou um último movimento de exilados políticos, que tiveram como principal destino o Brasil.

Por fim, a mais conhecida, a sétima diáspora: a da emigração da época contemporânea, composta pelas vagas de portugueses que, desde o século XIX, procuram uma vida melhor em outros países, com oportunidades mais favoráveis de emprego e de salário. Estes contingentes de portugueses levaram com eles a nossa cultura, a nossa língua, os nossos costumes e crenças, que disseminaram e recriaram em comunidades que organizaram em diversos países de acolhimento, com destaque para o Brasil, a Venezuela, os EUA, o Canadá, a África do Sul, a Austrália, a França, a Inglaterra e a Alemanha. Hoje observamos cultos e tradições globalizados, como as Festas do Espírito Santo e a devoção a Nossa Senhora de Fátima, em grande medida graças a esta diáspora.

O Portugal global

Para além dos que daqui saíram nestes 900 anos da nossa história, cumpre lembrar os que aqui entraram para trabalhar na "construção de Portugal". Desde logo os contingentes de escravos vindos de África e de outras paragens, que trouxeram a força de trabalho, mas também práticas culturais e sociais que deixaram marcas na herança cultural portuguesa. Também não podemos esquecer, na celebração dos 50 anos do 25 de Abril, a vaga imensa de 600 mil retornados do império encerrado, vindos das antigas províncias ultramarinas africanas, da Índia, de Timor e de Macau, injetando seiva nova e dinamismos novos e criativos na sociedade portuguesa.

Nestas idas e vindas, assistimos, por fim, nas últimas décadas, à entrada de um contingente significativo de pessoas, de vários continentes, com o estatuto de migrantes e de refugiados da fome e da guerra. Esta nova vaga está a reconfigurar o tecido social e empresarial, sendo possível identificar diversas empresas que contam com mais trabalhadores estrangeiros do que com cidadãos nacionais.

São estas camadas de gentes tão diversas que construíram o Portugal global, que precisa de ser tido em conta no conhecimento crítico dos 900 anos deste país do mundo que é feito de muitos mundos. Portugal tem uma história tão rica e plural que nos pode inspirar na construção de uma democracia madura e integradora da diferença.

Vice-presidente da Comissão Executiva de Portugal 900 Anos e diretor do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta.

SARA MATOS / GLOBAL IMAGENS

Em junho havia 105 mil automóveis para alugar no país, mais 5% face ao mesmo mês de 2023.

Preços do aluguer de carros caem até 30% por excesso de oferta

RENT-A-CAR Elevada concorrência e reforço das frotas têm pressionado as tarifas das empresas de aluguer de automóveis. Setor vai comprar mais 62 mil viaturas este ano.

TEXTO **RUTE SIMÃO**

Alugar um carro este verão será mais barato. Numa altura em que a inflação e o aumento da procura turística pressionam os preços dos serviços ligados à esfera da atividade, o setor do *rent-a-car* entrou em contraciclo. No primeiro semestre do ano as tarifas caíram entre 10% e 30% devido ao aumento do número de veículos disponibilizados pelas empresas de aluguer de viaturas. Ou seja, apesar de a procura continuar pujante, é, ainda assim, insuficiente para responder à atual oferta do mercado. Em junho, a frota de *rent-a-car* disponível foi de 105 mil automóveis, mais 8% quando comparado com o mesmo mês de 2023, e em agosto chegará às 120 mil viaturas (+6% face ao período homólogo).

"A operação de *rent-a-car* nos primeiros seis meses registou um resultado pouco positivo, apesar de impulsionada pela atividade turística e também pelo mercado nacional empresarial e de particulares. A operação está aquém do que era expectável, sobretudo devido ao crescimento significativo do número de viaturas disponíveis para aluguer, o que fez com que os preços praticados tenham ficado abaixo de 2023. A intensa concorrência no setor pressiona os preços e reduz as margens de lucro", explica o secretário-geral da Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor (ARAC), Joaquim Robalo de Almeida.

A beliscar a tesouraria destas empresas está ainda o aumento dos custos operacionais, que dispararam 40% face a 2019, com as rubricas dos custos com frota, massa salarial, comunicações e instalações e *marketing* a assumir o maior peso nas contas.

Depois do melhor ano de sempre para o negócio em 2022, marcado pela falta de carros para alugar devido à crise de escassez de *chips* que afetou a indústria automóvel e que levou os preços a disparar para valores recorde, 2023 começou a dar sinais de abrandamento.

No ano passado as receitas do setor caíram para os 938 milhões de euros, que comparam com os 958 milhões de euros alcançados em 2022. Este ano as perspetivas ditam uma nova quebra nas receitas. "Tendo em conta as reservas já existentes para o verão, podemos dizer que o número de alugueres poderá ser superior a 2023, mas com uma taxa de ocupação por viatura inferior ao ano passado. Considerando a maior oferta de veículos, poderemos ter uma faturação menor ou igual a 2023, mas com maiores custos, o que certamente levará a uma quebra dos resultados das empresas", antecipa Joaquim Robalo de Almeida. Apesar do atual cenário marcado pela elevada concorrência, o número de carros vai continuar a crescer. Este ano o setor irá comprar 62 mil novas viaturas, mais oito mil do que as adquiridas no ano passado. Ainda assim, explica o porta-voz da ARAC, muitas destas aquisições destinam-se a substituir veículos com mais idade.

> O turismo representa 60% do negócio das *rent-a-car*, com os britânicos e alemães a liderar a procura de estrangeiros. Mercado norte-americano é o que mais tem crescido.

Olhando para o perfil do cliente, são os turistas os principais dinamizadores do negócio, representando 60% da operação das *rent-a-car*. "O turismo constitui um pilar fundamental para a atividade , impulsionando a procura e as receitas, especialmente durante a época alta", indica o responsável. "Os turistas britânicos são tradicionalmente grandes utilizadores de serviços de *rent-a-car*, especialmente no Algarve, onde muitos têm residência de férias. Já os turistas alemães valorizam a liberdade de explorar destinos turísticos de forma independente, o que faz do *rent-a-car* uma opção muito procurada. Mas o mercado norte-americano é o que tem registado maior crescimento", aponta.

Carros elétricos são desafio

Além do tombo nas tarifas praticadas, há outros desafios na mira da operação das empresas de aluguer de carros, nomeadamente no capítulo da sustentabilidade. A ARAC explica que foi "significativamente" aumentada a frota de veículos elétricos e híbridos, de forma a responder a uma procura por opções mais sustentáveis, o que também tem impactado os custos, uma vez que os seguros destas viaturas são mais elevados. Também os constrangimentos na rede de carregamentos são sentidos como um obstáculo. "Apesar de algum crescimento da infraestrutura de carregamento, com mais estações de carregamento disponíveis, esta continua a ser claramente insuficiente. A insuficiência de postos de carregamento para veículos elétricos constitui um desafio significativo para a expansão e adoção destes modelos em Portugal, incluindo no setor de *rent-a-car*", lamenta Joaquim Robalo de Almeida.

O representante da associação defende ser urgente proceder à aceleração de postos de carregamento nas estradas principais e apela ao "aumento dos incentivos financeiros concedidos pelo governo para a instalação" destes postos. "A ARAC entende ser necessário um esforço coordenado entre o governo, as empresas privadas e a sociedade. Deveremos ter em atenção a distribuição geográfica, pois a maioria dos pontos de carregamento estão concentrados nas áreas urbanas, deixando as regiões rurais e menos povoadas, na maioria dos casos, desprovidas de qualquer ponto de carregamento de utilização pública", indica.

Ao novo Executivo de Luís Montenegro a ARAC pede ainda a revisão da legislação que regulamenta a atividade de *rent-a-car*, nomeadamente no que respeita à digitalização de reservas e celebração de contratos de aluguer, a articulação de plataformas digitais entre as empresas e as entidades reguladoras de trânsito, o apoio às empresas para instalação de sistemas que permitam a poupança de água na lavagem de viaturas e a revisão da tributação na aquisição de veículos.

rute.simao@dinheirovivo.pt

FRANÇOIS LO PRESTI / AFP

Apoiantes do Reunião Nacional celebram as projeções que dão a vitória ao partido de extrema-direita na primeira volta das legislativas.

Extrema-direita sai na frente e pede uma maioria absoluta no domingo

FRANÇA Projeções dão 34,5% ao Reunião Nacional, de Marine Le Pen e Jordan Bardella. Emmanuel Macron, cuja coligação ronda os 21,5%, pede uma união republicana na segunda volta.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Os eleitores franceses acorreram às urnas este domingo em números não vistos há décadas na primeira volta das eleições legislativas antecipadas, convocadas por Emmanuel Macron após a vitória do partido de extrema-direita Reunião Nacional (RN) nas europeias do início do mês. Mas o tiro saiu pela culatra ao presidente francês, pois as projeções davam 34,5% à força liderada por Marine Le Pen e Jordan Bardella, o candidato a primeiro-ministro do RN, 28,5%-29,1% à aliança de esquerda Nova Frente Popular e 20,5&-21,5% ao campo centrista de Macron. Para a segunda volta, no próximo domingo, fica a decisão dos franceses sobre se darão uma maioria absoluta na Assembleia Nacional à extrema-direita, um pedido que Le Pen fez logo ontem na sua declaração, depois de conhecidos os primeiros números.

"Nada está ganho e a segunda volta é decisiva", vincou Le Pen aos seus apoiantes. "Precisamos de maioria absoluta para que Jordan Bardella seja nomeado primeiro-ministro por Emmanuel Macron dentro de oito dias", prosseguiu a líder do RN, lembrando que Bardella disse que queria ser o "primeiro-ministro de todos os franceses".

Com os eleitores a serem confrontados com as escolhas mais polarizadoras da história recente, a participação disparou. De acordo com a Elabe, prevê-se uma participação de 67,5%, a maior registada numa eleição legislativa de formato regular em França desde 1981. A participação final em 2022 foi de apenas 47,5%.

Estas eleições poderão colocar a extrema-direita no poder em França pela primeira vez desde a ocupação nazi na Segunda Guerra Mundial e dar a Jordan Bardella, de 28 anos, a oportunidade de formar governo. Um cenário que criaria um período tenso de "coabitação" com Macron, que prometeu cumprir o seu mandato até 2027. No entanto, terá mesmo de se esperar pelos resultados finais da segunda volta, pois Bardella garantiu durante a campanha que só formará governo se o RN obtiver maioria absoluta.

De acordo com a lei eleitoral francesa, um candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos válidos e um total de votos superior a 25% do eleitorado registado é eleito na primeira volta. Se nenhum candidato atingir este limite, haverá uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados e qualquer outro que tenha recebido um total de votos superior a 12,5% dos eleitores registados em cada círculo. Na segunda volta é eleito o candidato mais votado.

Nas legislativas de 2022 apenas cinco deputados foram eleitos à primeira volta: um do Juntos pela República, a coligação de Emmanuel Macron, e quatro da aliança das esquerdas. Houve outros candidatos que, logo na primeira volta, conseguiram mais de 50% dos votos, como, por exemplo, Marine Le Pen, mas como a abstenção nos seus círculos foi demasiado alta tiveram de se sujeitar à segunda volta. Este domingo, a líder da extrema-direita conseguiu ser eleita à primeira. O mesmo aconteceu com o secretário-geral do Partido Socialista, Olivier Faure.

Estas regras levaram quase todos as forças políticas a concurso, da direita à esquerda, a anunciarem como procederão na segunda volta. Num comunicado, a coligação presidencial Juntos pela República anunciou que vai apelar aos seus candidatos que ficaram ontem em terceiro lugar para se retirarem da corrida "em benefício dos candidatos capazes de vencer o Reunião Nacional e com quem [partilhamos] o essencial: os valores da República", sem clarificar, porém, a sua posição perante os candidatos da França Insubmissa (LFI), força de extrema-esquerda integrante da Nova Frente Popular. No entanto, no mesmo comunicado é referido que a NFP, que ficou em segundo lugar a nível nacional, está a "pagar a sua aliança com a LFI, conhecida pelos seus excessos antirrepublicanos", e "não terá condições de vencer no dia 7 de julho nem conseguirá governar o país sozinha e na sua forma atual".

À esquerda também se multiplicaram os apelos à desistência dos seus candidatos que passem à segunda volta em terceiro lugar em corridas onde estejam representantes do RN. "A história está a olhar para nós e a julgar-nos. A extrema-direita nunca esteve tão perto de tomar o poder nas urnas no nosso país. Devemos, coletivamente, estar à altura do momento que atravessamos", referiu Raphaël Glucksmann, do Praça Pública, que faz parte da Nova Frente Popular.

ana.meireles@dn.pt

"A segunda volta será decisiva para dar ao Jordan [Bardella] uma maioria absoluta na Assembleia Nacional, para lançar a partir da próxima semana a recuperação da França e o restabelecimento da unidade e da harmonia nacional."
Marine Le Pen
Líder do Reunião Nacional

"Diante do Reunião Nacional, chegou a hora de uma grande união, claramente democrata e republicana, para a segunda volta."
Emmanuel Macron
Presidente francês

"O país deve escolher: agravar o pior das suas divisões, as desigualdades sociais e as diferenças religiosas ou unir-se para formar um único povo dedicado à ajuda mútua e ao bem comum?"
Jean-Luc Mélenchon
Líder do França Insubmissa

"Os resultados constituem um veredicto claro e prova de uma aspiração clara de mudança. [...] Peço aos eleitores para que permaneçam mobilizados num esforço final para uma das votações mais decisivas de toda a história da Quinta República."
Jordan Bardella
Presidente do Reunião Nacional

JOHN THYS/AFP

O Fidesz, do primeiro-ministro húngaro, elegeu 11 deputados nas europeias de junho.

Orbán avança para novo grupo europeu de extrema-direita

PARLAMENTO O húngaro Fidesz juntou-se ao FPO da Áustria e ao ANO da Chéquia, mas precisam de forças de mais quatro países para formar um grupo. Uma delas poderá ser o Chega.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, anunciou este domingo que pretende formar uma nova aliança no Parlamento Europeu, juntamente com o partido de extrema-direita da Áustria e o grupo centrista checo do ex-primeiro-ministro Andrej Babis. "Assumimos a responsabilidade de lançar esta nova plataforma e nova fação. Quero deixar claro que este é o nosso objetivo", afirmou o primeiro-ministro nacionalista numa conferência de imprensa com o líder do Partido da Liberdade da Áustria (FPO), Herbert Kickl, e Babis, do Aliança dos Cidadão Descontentes (ANO), apelando ao apoio de outros partidos.

A nova aliança, apresentada como Patriotas pela Europa, vai precisar do apoio de partidos de outros quatro países para ser reconhecida como um grupo no Parlamento Europeu. Um deles poderá ser o Chega, depois de André Ventura ter dito ontem ver "com bons olhos" a adesão a este novo grupo, e anunciado que amanhã haverá uma reunião da Direção Nacional para que seja convocado um Conselho Nacional alargado do partido a fim de discutir esta possibilidade.

O FPO tem agora seis deputados, o ANO sete e o Fidesz 11, tendo sido os três partidos mais fortes nos seus países nas europeias, o que no total perfaz 24, um deputado acima do mínimo dos 23 necessários para formar um grupo. "Uma nova era começa aqui e o primeiro momento, talvez decisivo, desta nova era é a criação de uma nova fação política europeia que mudará a política europeia", disse Orbán.

Os três homens assinaram um "manifesto patriótico", prometendo "paz, segurança e desenvolvimento", em vez da "guerra, migração e estagnação" trazida pela "elite de Bruxelas".

O Fidesz, de Orbán, era membro do Partido Popular Europeu – família de centro-direita e o maior grupo do Parlamento Europeu –, mas foi suspenso a 20 de março de 2019. A separação foi oficializada a 3 de março de 2021, depois de o PPE ter aprovado uma mudança das suas regras, passando a poder votar a exclusão da delegação inteira de um partido. O húngaro anunciou então que iriam sair do grupo, evitando que a sua expulsão fosse a votos, descrevendo as regras como "claramente um movimento hostil contra o Fidesz e os nossos eleitores". Desde aí, os deputados do Fidesz têm estado como não inscritos.

> Já existem duas famílias políticas de extrema-direita no Parlamento Europeu: o ERC, liderado por Giorgia Meloni, e o ID, encabeçado por Marine Le Pen.

O FPO, de Herbert Kickl, fazia parte na legislatura anterior do grupo Identidade e Democracia (ID), de extrema-direita, que também inclui o francês Reunião Nacional, de Marine Le Pen, e a italiana Liga, de Matteo Salvini, o neerlandês Partido pela Liberdade, de Geert Wilders, ou, por agora, o Chega.

O movimento centrista ANO, do ex-primeiro-ministro e eurocético Andrej Babis, anunciou na semana passada que iria deixar o Renovar Europa, o grupo liberal do Parlamento Europeu onde se encontram partidos como o Renascimento, do presidente francês Emmanuel Macron, o Partido Popular para a Liberdade e Democracia, do ainda primeiro-ministro neerlandês Mark Rutte, ou o português Iniciativa Liberal.

Sonho de união desfeito

Nos meses que antecederam a realização das eleições europeias especulou-se se o Fidesz iria juntar-se ao Identidade e Democracia na próxima legislatura ou se iria optar pelo outro grupo de extrema-direita do Parlamento Europeu, o Reformistas e Conservadores da Europa (ECR), cuja maior força é o Irmãos de Itália, da primeira-ministra Giorgia Meloni, mas onde também se encontram o Lei e Justiça, que até ao ano passado governava a Polónia, ou o espanhol Vox.

A dada altura os húngaros chegaram a indicar que estariam mais próximos do ECR do que do ID, mas o tabu foi desfeito na passada segunda-feira, num encontro em Roma entre Meloni e Orbán, abrindo assim caminho para o anúncio deste domingo. "Não podemos estar numa aliança partidária com um partido romeno anti-húngaro", explicou Orbán, referindo-se à Aliança para a União dos Romenos. "Apesar disso, estamos todos empenhados em promover a cooperação entre os partidos europeus de direita, mesmo que não pertençamos à mesma família na próxima legislatura."

O ECR de Meloni, com os seus 83 eleitos, prepara-se para ser o terceiro maior grupo do Parlamento Europeu, ultrapassando os liberais do Renovar Europa, que têm 75 inscritos, embora a sua líder, a francesa Valérie Hayer, tenha há dias dito que iriam ganhar novos membros. A outra família de extrema-direita, o ID, não vai além dos 51, 30 dos quais do Reunião Nacional.

O anúncio da intenção de criar o grupo Patriotas pela Europa deita também por terra uma ideia defendida por Le Pen durante a campanha, mas também por Viktor Orbán dias depois das eleições europeias: a criação de uma grande família de extrema-direita no Parlamento Europeu. "Se o ECR e o ID se unirem finalmente e se o Fidesz se juntar àqueles, poderemos formar a segunda maior fação do Parlamento Europeu", atrás apenas do PPE, declarou o primeiro-ministro húngaro a 11 de junho.

Para Orbán, a chave seria os partidos que lideram os dois grupos, o Irmãos da Itália, de Meloni, e a Reunião Nacional, de Le Pen, chegarem a acordo para consumar a viragem à direita, que, na opinião do húngaro, se tornou clara nas europeias. Uma união na qual Meloni, até agora, não deu sinais claros de estar particularmente interessada.

ana.meireles@dn.pt

Hungria assume a presidência da UE para fazer a "Europa grande"

BRUXELAS Nas prioridades da presidência húngara, que hoje começa, estão o combate à migração ilegal, o novo pacto europeu de competitividade, o reforço da política de defesa ou uma política de alargamento coerente.

Os frequentes ataques do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, contra Bruxelas e as suas calorosas relações com a Rússia deixaram o país cada vez mais isolado no momento em que este assume a presidência rotativa da União Europeia, nesta segunda-feira. Numa altura em que a União Europeia atravessa mudanças nas instituições com o novo mandato pós-eleições europeias e em que os Estados-membros se veem confrontados com desafios como a competitividade, a defesa e as migrações, a Hungria sucede à Bélgica na presidência rotativa do Conselho.

O logótipo escolhido contém um cubo de Rubik com as cores da UE (azul e amarelo, das estrelas da bandeira) e da bandeira húngara (vermelho, branco e verde).

Entre as prioridades da presidência húngara estão o combate à migração ilegal, um novo pacto europeu de competitividade, o reforço da política europeia de defesa, o foco numa política de alargamento coerente e baseada no mérito e especialmente direcionada para os Balcãs Ocidentais, a soberania e segurança alimentares, o futuro da política de coesão, a melhoria da política agrícola da UE centrada na economia e respostas aos problemas demográficos.

Líder mais antigo na UE, Orbán intensificou recentemente a sua retórica contra a "elite tecnocrática de Bruxelas". "É inacreditável. É como se o réu num julgamento tivesse subitamente assumido a acusação", disse à AFP o seu biógrafo, o veterano jornalista húngaro Paul Lendvai. Embora tenha alertado para não "sobreestimar a importância" dos seis meses de presidência da Hungria, Lendvai prevê que Orbán continuará a bloquear questões-chave, como fez com a ajuda da UE à Ucrânia, ao mesmo tempo que "afrouxará as restrições" sobre questões do Estado de direito nas quais ele tem sido censurado por Bruxelas para desbloquear fundos da UE.

De liberal a "iliberal"

Bruxelas congelou milhares de milhões de euros em fundos para a Hungria, alegando preocupações com a corrupção e o respeito pelo Estado de direito. Ambos os lados também estão em desacordo sobre questões como as migrações ou o apoio à Ucrânia.

Em total contraste com os parceiros europeus, Orbán apoia o ex-presidente dos EUA Donald Trump, com Budapeste a prometer "tornar a Europa grande outra vez" durante a sua presidência, um *slogan* decalcado do "Make America Great Again" usado por Trump nas presidenciais de 2016. Porém, o governo húngaro já veio rejeitar qualquer semelhança, falando antes na "ideia de que a Europa é capaz de se tornar um ator global" no âmbito desta "presidência ativa" da Hungria.

Próximo tanto do presidente chinês, Xi Jinping, como do Kremlin, o nacionalista Orbán tem-se recusado a enviar armas para Kiev. No entanto, o início da sua carreira política, nos últimos dias do comunismo, começou de forma muito diferente. O estudante de Direito, de 26 anos, tornou-se um nome familiar em 1989, com um discurso inflamado exigindo a democracia e que as tropas soviéticas voltassem para casa.

O então partido liberal Aliança dos Jovens Democratas (Fidesz), que cofundou, rapidamente se tornou símbolo das aspirações da Hungria de escapar ao totalitarismo e adotar os valores ocidentais.

Hoje, o Fidesz é visto mais como sendo de direita radical e Orbán critica a "decadência do Ocidente" face ao que chama de *"lobby"* de género e ao influxo de migrantes, que considera potenciais "terroristas".

Primeiro-ministro aos 35 anos, em 1998 Orbán sofreu uma derrota humilhante e inesperada face aos socialistas, quatro anos depois. Quando regressou ao poder, em 2010, começou a reconstruir o Estado húngaro e as suas instituições, com uma nova Constituição que promoveu o seu tipo "iliberal" de democracia. Depois de alterar as regras eleitorais, foi reeleito em 2014, 2018 e 2022, sempre com maiorias de dois terços.

> Líder mais antigo na UE, Orbán intensificou recentemente a sua retórica contra a "elite tecnocrática de Bruxelas".

Alinhar com a Rússia

"Nos últimos 14 anos, Orbán alinhou-se com a ideologia de Vladimir Putin, de que o Ocidente está em desordem", ao mesmo tempo que desmantelava freios e contrapesos, disse à AFP o historiador Stefano Bottoni, da Universidade de Florença. "Isso explica a posição de Orbán" sobre a guerra da Rússia na Ucrânia, afirmou.

Orbán tem sido duramente criticado por parte dos países ocidentais pelas suas opiniões, acusando a NATO e a UE de provocarem uma "guerra mundial". Sob pressão internacional, também tem enfrentado um desafio adicional a nível interno, com a figura da oposição, Peter Magyar, a reunir apoio ao protestar contra o "sistema" de Orbán.

Segundo Andrea Peto, analista da Universidade da Europa Central, "Orbán joga jogos diferentes para públicos diferentes" e garante que as más notícias "nunca chegarão aos seus eleitores", que "apenas se informam através dos meios de comunicação controlados pelo Estado". "O que realmente está a acontecer não importa", afirmou a analista, acrescentando que o único objetivo de Orbán é "manter o controlo" sobre o país, juntamente com o seu círculo próximo de oligarcas.

Depois da Hungria, será a Polónia a ocupar a presidência semestral da UE, no primeiro semestre de 2025, seguindo-se a Dinamarca na segunda metade desse ano.

DN/AFP/LUSA

JEFF OVERS / BBC / AFP

Rishi Sunak deu este domingo uma entrevista à BBC.

Sunak diz acreditar que os conservadores vão ganhar, apesar das sondagens

REINO UNIDO O *Sunday Times*, que apoiou sempre os *tories* desde 2005, escreveu que o país precisa de um "reiniciar radical" após 14 anos de liderança conservadora.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O primeiro-ministro britânico garantiu este domingo que acredita que o seu Partido Conservador vai ganhar as eleições gerais da próxima quinta-feira e que continuará a liderar o governo, apesar do que dizem as sondagens. "Sim. Estou a lutar muito e acho que as pessoas estão a acordar para o perigo real do que significa um governo trabalhista", declarou Rishi Sunak numa entrevista dada à BBC à porta do número 10 de Downing Street.

O Partido Trabalhista, liderado por Keir Starmer, tem surgido à frente em todas as sondagens desde dezembro de 2021, apresentando uma média de 20 pontos de vantagem em relação aos *tories*. No sábado, um levantamento feito pela Opinium para o *Observer* comprova essa tendência: os trabalhistas apresentam 40% das intenções de voto, os conservadores 20%, seguidos do populista Reform UK, de Nigel Farage, com 17%. Um pouco mais atrás, os Liberais Democratas apresentam 13% das preferências, os Verdes 6% e os escoceses do SNP 3%.

Além das intenções de voto, o *Labour* recebeu ontem um apoio quando o *Sunday Times* decidiu apoiar os trabalhistas ao escrever num editorial que o país precisa de um "reiniciar radical" após 14 anos de governo conservador. Uma surpresa, tendo em conta que o jornal, propriedade do News UK, de Rupert Murdoch, apoiou os conservadores em todas as eleições desde 2005.

Mesmo perante estes números e esta perda de apoio entre os *media*, Sunak referiu à BBC ter a seu favor o facto de, segundo ele, o Reino Unido estar melhor do que há 14 anos, quando os conservadores assumiram o poder. "[Este] é um lugar melhor para se viver do que era em 2010. É claro que entendo que os últimos anos têm sido difíceis para todos, tivemos uma pandemia, que ocorre uma vez num século, seguida por uma guerra na Ucrânia, que atingiu as contas de todos, e, claro, isso tem sido difícil para todos", defendeu o líder dos conservadores. "Tem sido difícil, mas agora estamos no caminho certo com a perspetiva de mais cortes de impostos para dar às pessoas mais segurança financeira, e essa é a principal escolha para as pessoas nesta eleição, com base no progresso que fizemos", prosseguiu.

Rishi Sunak defendeu também outra herança criada pelo seu partido nestes últimos 14 anos, o 'Brexit', referindo que sair da União Europeia foi "a coisa certa" para o Reino Unido. "Graças às liberdades que temos como resultado do 'Brexit', somos capazes de regular e reduzir a burocracia de uma forma que apoia o crescimento e o investimento", vincou, recordando que "ultrapassámos agora os Países Baixos, a França e o Japão, tornando-nos na quarta maior economia exportadora do mundo".

ana.meireles@dn.pt

EYAD BABA / AFP

Há palestinianos que têm regressado às suas casas destruídas.

Benjamin Netanyahu culpa Hamas pela falta de acordo para libertação de reféns

ISRAEL Primeiro-ministro e ministro da Defesa iam discutir ontem implementação da "fase C" da guerra.

Benjamin Netanyahu voltou ontem a culpar o Hamas por não existir um acordo para a libertação dos reféns das milícias palestinianas. "Aqui todos conhecem uma verdade muito simples: o Hamas é o único obstáculo à libertação de todos os nossos reféns", afirmou o primeiro-ministro de Israel no início de uma reunião do Conselho de Ministros.

No sábado à noite, o gabinete de Netanyahu reiterou a disponibilidade para aceitar um acordo, desde que os respetivos termos fossem os definidos, no final de maio, com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Ontem, o governante insistiu que Israel conseguirá alcançar todos os seus objetivos na guerra contra o Hamas. "Para aqueles que continuam a ter dúvidas, repito que não há um vencedor substituto", vincou.

Para este domingo estava também prevista uma reunião entre Benjamin Netanyahu e o ministro da Defesa, Yoav Gallant, e o Comando Sul do exército – responsável pela ofensiva na Faixa de Gaza – para discutir a implementação da "fase C" da guerra. "Vou fazer uma avaliação da situação no Comando Sul. Vou acompanhar de perto o progresso dos combates e os nossos planos para completar os objetivos da guerra", referiu o primeiro-ministro israelita antes da reunião semanal com o resto do governo.

Numa entrevista concedida na semana passada ao Canal 14, Netanyahu afirmou que a guerra estava prestes a passar à fase seguinte, no mesmo dia em que Gallant, na sua visita a Washington, assinalou aos seus homólogos norte-americanos que a "fase C" da guerra estava prestes a começar.

O conselheiro de segurança nacional Tzachi Hanegbi também afirmou que o plano pós-guerra estava prestes a ser implementado no Norte da Faixa de Gaza, embora nenhum dos três tenha dado mais pormenores sobre o que a nova fase implica no terreno.

O Canal 12 noticiou ontem, citando fontes de segurança, que a operação militar em Rafah, no extremo sul da Faixa, chegou a uma situação que permite a "retirada tática" da maioria das tropas sem comprometer os seus resultados e que expandiram a zona tampão no Corredor de Filadélfia – a fronteira de 14 quilómetros com o Egito –, onde se espera que Israel mantenha a sua presença para impedir o contrabando.

"As nossas forças estão a operar em Rafah, em Shujaiya e em toda a Faixa de Gaza. Todos os dias estão a eliminar dezenas de terroristas. É uma luta dura que está a ser travada à superfície, por vezes em combates frente a frente, e no subsolo", afirmou ontem Netanyahu.

Fontes de segurança israelitas afirmam também que a operação em Shujaiya, um bairro do Sudeste da cidade de Gaza onde as tropas retomaram uma ofensiva militar na quinta-feira, pela terceira vez desde o início da guerra, face ao regresso do Hamas, poderá durar várias semanas.

Netanyahu sublinhou também este domingo que a guerra não cessará até que os seus objetivos sejam alcançados: a destruição do movimento terrorista palestiniano Hamas, o regresso de todos os sequestrados, a promessa de que Gaza deixará de constituir uma ameaça à segurança de Israel e o regresso em segurança dos residentes do Sul às suas casas. **DN/LUSA**

PUBLICIDADE

avisos, tribunais e conservatórias

AVISO

Para os devidos efeitos torna-se público que, de acordo com o previsto no artigo 138.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, e em conformidade com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, na sua reunião de 10 de janeiro de 2024, encontra-se em discussão pública o procedimento administrativo de aprovação de normas provisórias em parcela de terreno abrangendo uma área de 5029 m², sita na zona norte do concelho, limítrofe ao Município de Odivelas.

A fase de discussão pública vigorará pelo prazo de 30 dias contado a partir do 5.º dia após a data de publicação do presente aviso em *Diário da República*.

Durante o período de discussão pública, o respetivo processo administrativo encontra-se disponível para consulta no Departamento de Administração Urbanística desta autarquia, nos dias úteis e dentro do horário de funcionamento dos serviços, podendo os interessados apresentar sugestões, observações ou reclamações, devendo as mesmas serem formuladas por escrito e dirigidas à Presidente da Câmara Municipal.

Amadora, ao vigésimo dia do mês de março de 2024

A Presidente da Câmara Municipal
Carla Tavares

AVISA-SE E TORNA-SE PÚBLICO que, através do Edital n.º 24/24, afixado em 2024/06/18, foi aberto o período de discussão pública, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar decorridos que sejam 8 (oito) dias sobre a data da afixação do Edital mencionado, relativo ao pedido de licença de loteamento n.º 879/07, para a propriedade sita na Rua Manuel Parada, Sobreda, União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, apresentado por Capaul – Investimentos Imobiliários, Lda., que tem por objeto:

A constituição de 4 lotes destinados à ocupação de Habitação Coletiva, com 3 pisos e 1 piso recuado, originando 24 fogos. Sendo que um dos lotes é de cedência ao Município para Domínio Privado, composto por 6 fogos. Mais se informa que o pedido foi analisado pelos Serviços Municipais, verificando-se que o mesmo cumpre os parâmetros definidos para o local.

Todos os interessados poder-se-ão pronunciar, por escrito, no prazo supraidentificado, mediante requerimento dirigido à Ex.ma Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Almada, a remeter ou entregar no Departamento de Administração Urbanística, sito na Av. D. Nuno Álvares Pereira n.º 67, 2800-181 Almada.

IPOPORTO

Aviso (Extrato)

O Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E., informa que foi publicado: Aviso n.º 13179/2024/2 e no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 124, de 28 de junho, o procedimento concursal (comum) para recrutamento de um profissional para a categoria de assistente graduado sénior Cirurgia Plástica, Reconstrutiva e Estética, área hospitalar.
Mais se informa que o período de candidatura é de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação em *Diário da República*.

IGOR MARTINS / GLOBAL IMAGENS

O avançar dos anos nunca limitou a criatividade de Manuel Cargaleiro.

MANUEL CARGALEIRO
Um artista português no mundo

1927-2024 Cosmopolita, mas não desenraizado (como frisou o Presidente da República), o artista plástico Manuel Cargaleiro morreu este domingo, aos 97 anos. Deixa uma obra pelo mundo repartida.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

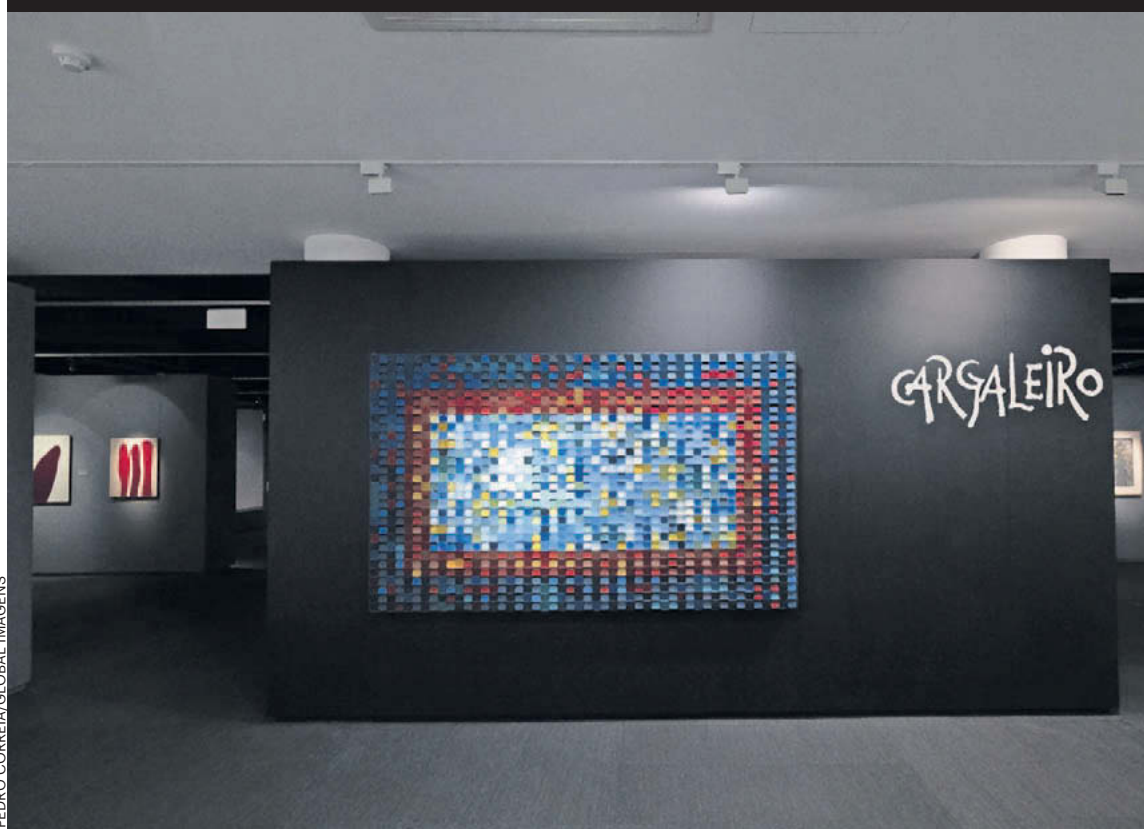
Quem hoje passar na estação de Metro Champs-Elysées-Clémenceau, em Paris, talvez não saiba que o autor do mural que ali se encontra morreu este domingo, aos 97 anos de idade. O mesmo acontecerá decerto noutra estação, bem mais próxima de nós, a do Colégio Militar, em Lisboa, cuja intervenção artística foi toda ela assinada, na década de 90, por Manuel Cargaleiro.

Dir-se-á (e com razão) que esta pressa distraída é a condição natural das cidades e de quem nelas se move, mas a obra que Cargaleiro nos deixa, aqui como em muitos outros lugares, é um legado para a posterioridade. Em nota de pesar pela morte do artista, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou: "De Cargaleiro disse Maria Helena Vieira da Silva que possuía a técnica perfeita, a medida certa, as cores raras; e disse Álvaro Siza Vieira que evidenciava uma alegria invulgar no panorama artístico português."

Manuel Alves Cargaleiro nasceu em 16 de março de 1927 em Chão das Servas, no concelho de Vila Velha de Ródão. Ainda adolescente, faz as primeiras experiências de modelação de barro na olaria de José Trindade, no Monte da Caparica. Realizou os seus estudos em Lisboa, onde frequentou a Escola Superior de Belas-Artes, e faz as primeiras exposições coletivas, primeiro, e individuais a partir de 1952, data em que se apresenta na Sala de Exposições do Secretariado Nacional de Informação, com texto introdutório de Jorge Barradas. Nesse mesmo ano participa na Terceira Exposição de Cerâmica Moderna. No ano seguinte expõe pintura pela primeira vez no Salão da Jovem Pintura, na Galeria de Março em Lisboa, e torna-se professor da Escola de Artes Decorativas António Arroio, em Lisboa, onde permanecerá durante quatro anos. É igualmente neste ano que realiza a sua primeira viagem a Paris e conhece Maria Helena Vieira da Silva, Arpad Szènes e Roger Bissière.

Embora também tenha sido um pintor de referência, Cargaleiro nunca deixou de se considerar, antes de mais, um ceramista, como diz numa entrevista para o livro de Gilbert Elascaut *Manuel Cargaleiro: Lisbonne-Paris, 1950-2000: peintures/pinturas*: "Comecei a minha vida de artista como ceramista e sou ceramista mesmo quando faço pintura a óleo. Não consigo imaginar uma coisa sem a outra. As minhas duas práticas claro que se influenciam mutuamente. Não posso esquecer todos os meus conhecimentos sobre a história da faiança ou sobre a decoração mural quando pinto, assim como não esqueço a minha cultura pictórica quando crio em cerâmica. Está tudo muito ligado, e é isso que constitui a minha especificidade. Eu não copio os meus quadros nos azulejos: pinto diretamente sobre a faiança, sem desenho prévio, como numa tela."

Apesar de um certo reconhecimento nos meios artísticos nacionais, o jovem Cargaleiro tinha sede de horizontes mais amplos. Em 1957 recebeu uma bolsa do governo italiano, por intermédio do Instituto de Alta Cultura, que lhe permitiu visitar Itália e estudar a arte da cerâmica em Faença, Roma e Florença. Por essa época dá a ver o seu trabalho na exposição *Cargaleiro: Cerâmicas*, com texto do escritor Ruben A., na Galeria Alvarez, no Porto.

Em 1959 adquiriu um ateliê na Rue des Grands-Augustins 19, em Paris, onde passou a residir. A capital francesa ainda era, nesse pós-guerra, um dos grandes centros artísticos do mundo, e Cargaleiro viu-se a conviver regular-

PEDRO CORREIA/GLOBAL IMAGENS

mente com grandes nomes, como Max Ernst, Hans Arp, Serge Poliakoff, Alfred Manessier, Sonia Delaunay, Zao Wou-Ki, Maria Helena Vieira da Silva, Arpad Szènes, Roger Bissière, Natalie Gontcharova e Michel Larionov. Só com o "vizinho" Pablo Picasso é que nunca se terá atrevido a falar, apesar de se ter cruzado várias vezes com ele na Brasserie Lipp e no Café de Flore.

Esta convivência nas altas esferas da arte nunca o impediu de estender a mão aos portugueses pobres que chegavam a França em busca das oportunidades que lhes faltavam em Portugal. Numa entrevista à Lusa, em 2017, Manuel Cargaleiro recordaria: "Entravam pela França a pé e depois iam juntar-se ao táxi na fronteira, e o táxi trazia-os a minha casa e deixava-os: 'Está aí um português, procurem-no.' A minha porteira zangava-se. Eram sacos de juta lá com a roupita deles. Eles iam lá bater à porta a dizer: 'Eu sei que o senhor pode arranjar não sei o quê, não sei o quê.' E eu lá os recebia", lembrou o artista. Encaminhava os compatriotas para a associação do Abbé Glasberg, um padre seu amigo que dirigia o Centro de Orientação Social dos Estrangeiros, dedicado ao acolhimento de refugiados e emigrantes, tendo-lhe também oferecido quadros para vender em exposições cujo dinheiro revertia para ajudar estas pessoas.

ANDRÉ ROLO / GLOBAL IMAGENS

GERARDO SANTOS /GLOBAL IMAGENS

PAULO SPRANGER /GLOBAL IMAGENS

Embora também tenha sido um pintor de referência, Cargaleiro nunca deixou de se considerar, antes de mais, um ceramista. "Comecei a minha vida de artista como ceramista e sou ceramista mesmo quando faço pintura a óleo", garantia.

REAÇÕES

"Tendo vivido em Paris desde 1957, Manuel Cargaleiro nunca deixou que o cosmopolitismo significasse desenraizamento. Prova disso é a memória das imagens e das cores da Beira Baixa na sua obra."

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

"Cargaleiro dominou a cor e a geometria de forma marcante, imprimindo à arte contemporânea portuguesa um traço inconfundível."

Luís Montenegro
Primeiro-ministro

"O mestre [Cargaleiro] é uma figura maior da cultura nacional e da cultura albicastrense. É em Castelo Branco que tem a sua fundação e o seu museu, o núcleo mais importante de parte da sua coleção."

Leopoldo Rodrigues
Presidente da Câmara de Castelo Branco

"Fica a enorme saudade, amaciada pela nossa memória coletiva do sorriso que a todos conquistava, a simpatia e amizade, sempre acompanhadas pelo cuidado, o rigor e a excelência. Querido Mestre, em nome de todos os que colaboram na Viúva Lamego, deixamos-lhe o nosso obrigado e até sempre!"

Viúva Lamego

Nas décadas seguintes, Cargaleiro participou em inúmeras exposições individuais e coletivas em diversos países, como França, Brasil, Japão, Alemanha, Itália, Angola, Moçambique, Espanha, Venezuela, Suíça e Bélgica. Em 1980 destacam-se as exposições na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris, e na Maison de la Culture – André Malraux, em Reims. O seu reconhecimento internacional ficaria confirmado em 1984 com a imposição do título de Grand Officier des Arts et Lettres pelo governo francês.

Mas Cargaleiro não descansa à sombra dos louros conquistados. Em 1995 executa painéis de azulejos em diversos locais públicos em Portugal e também para a estação de metro Champs-Élysées-Clemenceau, em Paris. Em 1999 é-lhe atribuído o primeiro prémio do concurso internacional Viaggio attraverso la Ceramica, em Vietri sul Mare, na província de Salerno, o que o coloca como grande referência artística em Itália. No ano seguinte é inaugurado o Museu Cargaleiro, que resulta da parceria entre a Fundação Manuel Cargaleiro e a Câmara Municipal de Castelo Branco, que em 2011 é ampliado para acolher e expor toda a coleção da Fundação. Em 2007, por ocasião dos 80 anos do artista e dos 60 anos da sua atividade, seria ainda realizada uma homenagem no Museu Nacional do Azulejo, em Lisboa, com a inauguração da exposição *Manuel Cargaleiro, Sete propostas para a Arquitectura*.

O avançar dos anos nunca lhe limitará a criatividade. Em 2017 realiza a obra que integra o logótipo para a candidatura de Ravello e da Costa de Amalfi, em Itália, a Capital da Cultura 2020. Na sequência desse trabalho foi distinguido Magister di Civiltà Amalfitana. No ano seguinte participou na exposição coletiva na BRAFA, no espaço da Helene Bailly Gallery, na Tour & Taxis, em Bruxelas. Ainda em 2018 deu início à execução de um painel de azulejos na Fábrica Viúva Lamego, para a ampliação da estação de metro do Champs-Élysées-Clémenceau, com acesso ao Grand Palais. Sonhou até ao fim dos seus dias.

Na sua nota de pesar, o Presidente da República recordou o último encontro com mestre Cargaleiro, ocorrido há poucas semanas: "Continuava a sonhar projetos para o futuro e a acreditar na vida, sempre prestigiando Portugal."

"O modelo que temos seguido conduz-nos a um beco sem saída"

MOODS Autarca de Loulé lidera Secção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Associação de Municípios. E quer que o conceito tenha um significado concreto.

TEXTO **RAFAEL BARBOSA**

PAULO JORGE MAGALHÃES / GLOBAL IMAGENS

A aposta em energias renováveis e acessíveis constitui um dos 17 Objetivos da Agenda 2030.

É preciso "sensibilizar os cidadãos" para a "necessidade de poupar recursos e abrandar o ritmo de consumo". Numa palavra, Sustentabilidade. É o que defende Vítor Aleixo, presidente da Câmara de Loulé e da Secção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Associação Nacional Municípios Portugueses. O autarca garante que Portugal é um bom exemplo na execução da Agenda 2030 da ONU, e que os municípios em particular estão muito envolvidos na concretização dessa estratégia.

"O mundo tem limites físicos e o modelo de desenvolvimento que temos seguido é questionável. Conduz-nos a um beco sem saída, como fica demonstrado, por exemplo, com o problema das mudanças bruscas no clima", argumenta Vítor Aleixo. E foi para evitar um "beco sem saída" que as Nações Unidas implementaram os 17 ODS e que, em Portugal, os municípios se associam, quer na secção específica da ANMP, quer na Plataforma ODS Local, cuja finalidade é monitorizar a evolução dos municípios nas metas estabelecidas.

No último relatório anual conhecido da ODS Local, reconhecia-se que havia resultados muito diferentes entre municípios, ou até na execução dos diferentes ODS dentro de um mesmo município. Mas também se constatava que a maioria (97%) estava já a mais de metade do caminho em relação às metas para 2030, o que fazia prever que seria possível alcançá-las e, nalguns casos, ultrapassá-las.

Os melhores exemplos

O relatório destacava os melhores desempenhos em cada um dos 17 ODS. Alguns exemplos: Bragança, no combate à Pobreza; Aveiro, na Saúde de qualidade; Moimenta da Beira e Vila Velha de Ródão, na Educação; Lisboa, no Trabalho Digno; Porto e Vale de Cambra, na Indústria, Inovação e Infraestruturas; Figueira de Castelo Rodrigo, na Ação Climática; ou Guimarães, na Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Num clima de "cooperação e não de competição", assegura o autarca de Loulé.

Vítor Aleixo tem sempre presente que a palavra Sustentabilidade "circula sem que as pessoas lhe atribuam um significado concreto". E, por causa disso, preenche o discurso com exemplos concretos. Seja a história que conta da comunidade escolar que lhe propôs reaproveitar a água dos balneários para regar a horta comunitária; ou a de outra escola que, depois de instalar painéis fotovoltaicos, fez um "mealheiro" onde depositou as poupanças com a fatura de energia, para depois as reinvestir na colocação de janelas com vidro duplo, maximizando as poupanças de energia.

Mas o desafio da Sustentabilidade tem também de envolver as empresas, diz, lembrando o desafio da autarquia de Loulé para que uma série de empresas, nomeadamente da área da distribuição alimentar, instalassem painéis fotovoltaicos. "As empresas aderiram e conseguimos acelerar as metas de descarbonização e de utilização de energias renováveis". Não se trata de inventar nada de novo, reconhece Vítor Aleixo, antes de "fazer o que já se fazia, mas embebido numa filosofia nova". Que inclui o compromisso de cumprir metas que podem ser avaliadas.

Perceber o que são os ODS

No que diz respeito ao trabalho no seio da ANMP e da Secção de ODS, de que fazem parte um pouco mais de 80 municípios, destaca cinco áreas de ação: os relatórios voluntários locais (que permitem avaliar o percurso), os Laboratórios ODS (parcerias com a Academia na elaboração de projetos) e a cooperação com os países lusófonos; o financiamento; a capacitação; e a comunicação. Relativamente a esta última, insiste ser essencial que "os cidadãos percebam o que são os ODS", também para quebrar "a relação predatória que temos relativamente aos recursos do planeta".

rafael@jn.pt

DIÁLOGO

Dos Sons do Bairro de Famalicão aos projetos da ONU

O primeiro "Diálogo de Sustentabilidade" e pontapé de saída do MOODS está marcado para 5 de julho, no Café Concerto da Casa das Artes, em Famalicão. Um evento organizado em parceria com a autarquia e que terá cobertura e transmissão em direto nas plataformas digitais do DN, JN, TSF, Dinheiro Vivo e no *site* do Movimento MOODS (moods.jn.pt). O primeiro momento será às 14.30 horas, com a apresentação do projeto Sons do Bairro (no jardim da Casa das Artes), para, um quarto de hora depois, o presidente da Câmara Municipal de Famalicão, Mário Passos, dar as boas-vindas. Às 15 horas, será a vez de Domingos de Andrade, administrador da Notícias Ilimitadas, fazer uma apresentação do Movimento MOODS. Às 15.15 horas, Vítor Moreira, diretor municipal, falará sobre "O MOODS no território. O caso de Famalicão" Pelas 15.30 horas, teremos então o "diálogo" entre Jorge Moreira da Silva, diretor executivo UNOPS, a agência da ONU com sede em Copenhaga, na Dinamarca, e Isabel Furtado, CEO da Têxtil Manuel Gonçalves (Grupo TMG). O encerramento, marcado para as 16.30 horas, ficará a cargo de Rui Armindo Freitas, secretário de Estado Adjunto da Presidência do Conselho de Ministros.

LIVROS DA SEMANA

"Corta, corta..." O filme de como a censura destruiu um retrato colonial

CATEMBE O filme mais esquartejado pela censura regressa num livro da investigadora do cinema português Maria do Carmo Piçarra. O DVD que o acompanha permite, muitas décadas depois, ver o filme maldito que Manuel Faria de Almeida fez em 1965 e o Estado Novo desfez por completo.

TEXTO **JOÃO CÉU E SILVA**

Catembe – Esse obscuro desejo de cinema está dividido entre a investigação de Maria do Carmo Piçarra e a reprodução de imagens da realização, do filme e do guião original de Manuel Faria de Almeida. Dessa reunião pode-se compreender hoje aquilo que ainda é possível sobre um filme raro na cinematografia portuguesa sobre a relação com as colónias, que sofreu após a montagem 103 cortes da censura e mesmo assim acabou por ser proibida a sua exibição. Para a autora, o realizador Faria de Almeida cometeu o pecado de a meio da década de 60 querer mostrar temáticas não abordadas antes pelos cineastas nacionais, bem como filmar segundo as novas regras da estética do cinema direto então em voga em Inglaterra. O resultado é, ao mesmo tempo, inovador e desastroso, como exemplifica a autora. Inovador porque vai contra a superficialidade da propaganda oficial e trata a realidade de uma forma disruptiva, com ironia, informação, só que com uma linguagem fílmica que é "danosa para o regime". Desastroso porque aquilo que *Catembe* representa será repudiado por esse mesmo regime, dramaticamente amputado e condenado à invisibilidade.

Uma invisibilidade que é transferida para o pós-25 de Abril e que se manteve até que há um ano a cópia possível foi pela primeira vez mostrada ao público. Para Maria do Carmo Piçarra a razão desta transferência de uma espécie de proibição posterior está em *Catembe* se ter tornado "anacrónico", o que o fez voltar a sofrer o mesmo processo de negação face a um processo de descolonização complexo e de mudança radical dos tempos. Explica: "José Gil refletiu sobre a 'não inscrição' de certos acontecimentos em Portugal e o modo como são obliterados. Escreveu sobre o 'medo de existir' também, que em seu entender é decorrente de 48 anos de vida em ditadura. *Catembe* é um caso de 'não inscrição'. Acredito que o silenciamento e negação de *Catembe* no pós-25 de Abril decorra também da falta de debate sobre a descolonização e do modo como 'governamos a memória', porque persistem as grandes narrativas que não deixam muita margem para uma 'história dos vencidos', como propôs Walter Benjamin."

CATEMBE
Maria do Carmo Piçarra
Tinta da China
(Contém DVD com o filme, os cortes e uma entrevista ao realizador.)

"Sem o projeto FILMar *Catembe* ainda estaria por estrear", afirma Maria do Carmo Piçarra.

Para a investigadora, essa é "a história que, no que respeita ao cinema, me interessa fazer, tanto que, até à minha pesquisa, só José de Matos-Cruz lhe tinha dado atenção. *Catembe* não existia na história do cinema português". Daí que este livro que recupera *Catembe* comece com uma citação de Salazar sobre a censura: "Constitui a legítima defesa dos Estados livres, independentes, contra a grande desorientação do pensamento moderno." Pergunta-se se *Catembe* é um exemplo dessa "desorientação". Responde: "Provavelmente, para Salazar, que serviu de referência para o excesso de zelo dos funcionários do regime, *Catembe* seria um filme com 'exagerada preocupação social' e 'tendência comunizante'. Não sendo assumidamente anticolonial, *Catembe* é o primeiro filme com uma perspetiva crítica da realidade colonial, cujas assimetrias sociais retrata."

Questiona-se se o facto de o cineasta Manuel Faria de Almeida ter nascido nessa colónia e de *Catembe* ser maioritariamente rodado em Moçambique levou a que a película apresentasse uma visão perigosa para a ideologia colonialista do regime ou mais não foi do que um desnorte ou zelo exagerado dos censores. A investigadora recupera a época e enquadra-o: "*Catembe* é filmado quando as guerras de libertação se tinham generalizado nas colónias portuguesas. Assumiu-se então a necessidade de fazer filmes nas colónias diferentes dos documentários e das atualidades de propaganda, que ajudassem a dar a conhecer as colónias a quem vivia na metrópole. O facto de Faria de Almeida ter nascido em Moçambique, somado ao ter sido o melhor aluno da escola de cinema, criou expectativas elevadas sobre poder vir a realizar, finalmente, um tipo de filme em défice."

Na declaração de intenções apresentada ao Fundo do Cinema Nacional para obter apoio financeiro existia o compromisso de salvaguardar o "portuguesismo" e, conta Piçarra, foi considerado que apresentava imagens inconvenientes quanto à convivência racial e à pobreza existente, ou seja, "o filme fazia ajustes de contas indevidos". Partindo desse pressuposto, houve "um excesso de zelo do agente geral Pedro Banha da Silva, resultando na imposição de 103 cortes ao filme, ainda antes da Comissão da Censura se pronunciar", e a "imposição de novos cortes à segunda versão do filme, o que o cineasta rejeitou e o fez entregar a obra e devolver o apoio recebido".

Muitas das partes censuradas são irrecuperáveis e há sequências que se tornaram incompreensíveis: "Faria de Almeida remontou o filme e fez uma segunda versão de *Catembe*, mas foi forçado a destruir o negativo dos cortes. O *trailer*, contudo, permite imaginar o que seria a primeira versão." Maria do Carmo Piçarra desconhece qualquer outro caso de uma censura tão profunda no cinema português.

LANÇAMENTOS

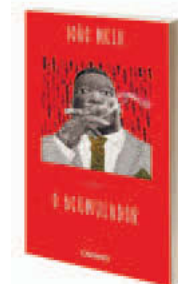
CRÓNICAS E DISCURSOS
António Borges Coelho
Editorial Caminho
244 páginas

A MEMÓRIA RECUPERADA

O historiador António Borges Coelho reuniu num volume vários textos e discursos avulsos que ajudam a fazer um retrato do percurso literário e ideológico do autor. Dividido em nove capítulos, refaz muita da História do país e traça um panorama da sociedade do século XX sem fugir aos "heróis" e aos momentos mais belos e negros da sua vivência. Basta ler a crónica *No Tribunal da Boa-Hora* para se ficar avisado de que a memória é demasiado importante para que se a deixe varrer da atualidade.

O QUE FIZEMOS DA NOSSA LIBERDADE
Joaquim Vieira
Objectiva
463 páginas

EXAME DE MEIO SÉCULO

O jornalista e ensaísta debruça-se sobre os 50 anos de democracia em Portugal. Considera que "nem tudo foi um mar de rosas", não evita abordar as várias facetas de como "usámos a liberdade" neste período, e reflete sobre acontecimentos que perturbam ou encaixam o regime no seu caminho, alguns ainda por conhecer de forma completa e para os quais procura resposta: descolonização, maiorias absolutas, caos na justiça... Uma longa sucessão de temas que têm enredado os portugueses desde o "Dia inicial".

O ACUMULADOR
João Melo
Editorial Caminho
135 páginas

HUMOR, E NÃO SÓ

Coleção de contos do escritor angolano que buscam a identidade do seu país sem esquecer o passado colonial e a breve história de Angola independente, bem como as relações entre homem e mulher. Uma das marcas destas estórias será o humor, que, se levada a leitura a sério, deixa perceber que há muito mais por trás de um sorriso. Não é por acaso que faz um alerta ao referir-se a um dos seus personagens: "Este aviso destina-se desde logo aos leitores sensíveis."

Língua somos todos
Margarita Correia

Até um dia destes!

Estimados leitores do Diário de Notícias, chegou o momento da despedida.

Desde 2020 tenho vindo a partilhar conhecimentos e ideias neste espaço semanal que, generosamente, o jornal me concedeu para partilhar os assuntos que me interessam e preocupam. Este foi um espaço ao qual trouxe questões relacionadas com as línguas, com as comunidades que as falam, com o poder que têm, modos possíveis para a sua gestão. Foi um espaço especialmente dedicado à língua portuguesa nos diferentes países, âmbitos e circunstâncias em que é usada, confrontando visões antigas e mais recentes, mas procurando sempre dignificá-la e promover o seu uso, difusão e desenvolvimento. Este foi, ainda, um espaço dedicado à valorização da literacia, da educação, da escola e dos seus agentes – não sendo uma pessoa religiosa, devo confessar que a educação é a entidade que mais prezo. Valores como a democracia, a igualdade de oportunidades, a cidadania e o desenvolvimento harmonioso das pessoas e das sociedades estiveram sempre no meu horizonte. Procurei sempre contribuir para o reforço da liberdade, a defesa dos direitos humanos, da diversidade, da tolerância e da paz.

> **Este foi um espaço ao qual trouxe questões relacionadas com as línguas, com as comunidades que as falam, com o poder que têm, modos possíveis para a sua gestão.**

A direção do DN entendeu ser agora o momento de dispensar a minha colaboração. Espero que o jornal possa recuperar das contrariedades que tem sofrido e continuar/voltar a ser um dos órgãos de informação que mais prestigiam a língua portuguesa e os seus leitores.

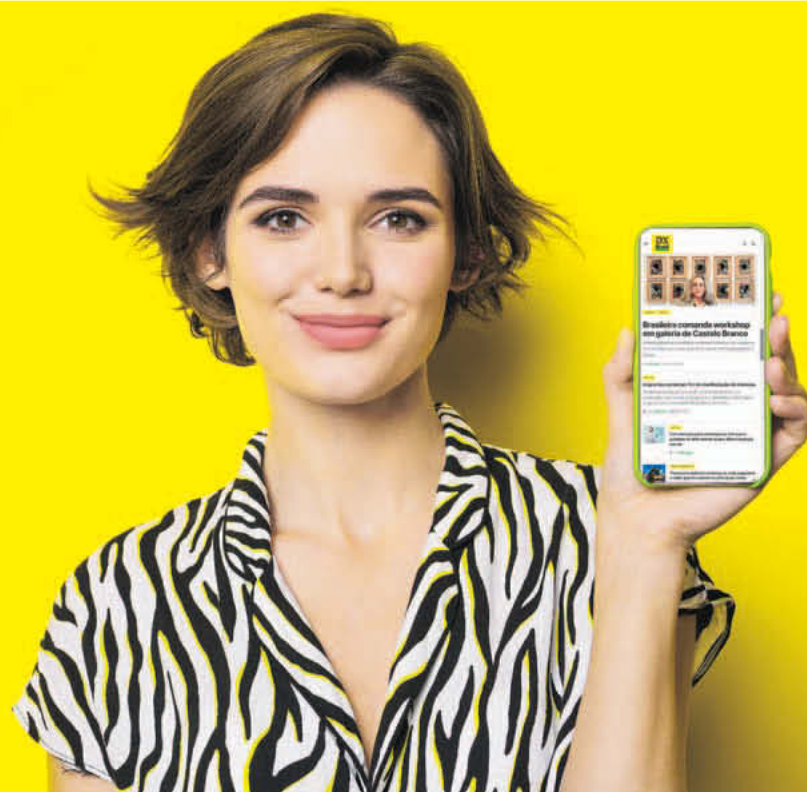
Fazendo um balanço pessoal destes últimos quatro anos, não posso deixar de agradecer a oportunidade que me foi oferecida para refletir sobre os diversos temas que aqui fui trazendo e compartilhando. Agradeço muito a oportunidade de estudar e as aprendizagens que fiz. Porque estudei e aprendi muito ao preparar estas crónicas, descobri muita informação a que, provavelmente, nunca teria tido acesso sem o pretexto de escrever um texto para o DN. Do meu ponto de vista, o balanço não poderia, portanto, ser mais positivo.

Agradeço aos colaboradores e responsáveis do DN com quem fui interagindo ao longo destes quatro anos o profissionalismo, a eficiência, a liberdade de pensamento e expressão e, acima de tudo, o respeito, a simpatia e a compreensão sempre demonstrados.

Agradeço também aos leitores do DN todo o tempo que dispensaram à leitura dos meus textos. Espero ter sido uma boa companhia e que tenha valido a pena.

Bem-hajam!

Até um dia destes!

Professora e investigadora, coordenadora do Portal da Língua Portuguesa.

O The Wine Hotel disponibiliza 22 unidades de alojamento (entre quartos, suítes, um apartamento e uma mansão).

O luxo dos pequenos detalhes com sabor a Alentejo

VIDIGUEIRA Vinhos, azeite e agora um hotel de charme com forte aposta na gastronomia e a possibilidade de fazer *transfer* de avião. A Quinta do Paral abriu há dias, numa casa senhorial do século XIX, o The Wine Hotel, onde mantém o respeito pela tradição alentejana.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

"Acreditamos que é na simplicidade e nos pequenos detalhes que se sente o verdadeiro luxo", diz Sofia Moreira, *general manager* do novo hotel de charme da Quinta do Paral, na Vidigueira, nascido numa casa senhorial do século XIX da propriedade. O The Wine Hotel abriu portas há uns dias com elementos arquitetónicos que espelham o local em que está inserido, em plena planície alentejana, e com elementos contemporâneos.

O empreendimento é constituído por 22 unidades de alojamento e possui três espaços gastronómicos, uma piscina infinita, centro de *fitness* e uma sala de congressos e eventos, tudo rodeado de áreas verdes e cursos de água e com uma paisagem a perder de vista.

Do projeto exterior, assinado, tal como o *design* de interiores, pelo gabinete Saraiva & Associados, realçam-se as arcadas revestidas a tijolo burro, os muros de cal, os ladrilhos de terracota e as tradicionais gelosias geométricas – elementos bem tradicionais da arquitetura alentejana. "Existiu uma preocupação em respeitar a herança histórica da propriedade, quer pela reabilitação e conservação de edifícios, nomeadamente da nossa Casa Senhorial do século XIX, quer na nossa oferta gastronómica, que celebra a tradição e os sabores alentejanos", explica Sofia Moreira em comunicado, lembrando que desde a aquisição de 85 hectares de terras pelo empresário Dieter Morszeck, em 2017, o projeto da Quinta do Paral foi delineado para manter ao máximo o respeito pelas tradições e cultura locais. "No vinho, cuidamos das nossas vinhas velhas, preservamos a biodiversidade existente, somos sustentáveis e apoiamos o saudável desenvolvimento da agricultura – vinha e olival. Quando iniciámos o projeto do hotel, não poderia ser diferente", diz.

Apresentado como "retiro vínico", este novo hotel, com a chancela da Leading Hotels of the World, disponibiliza 22 unidades de alojamento (entre quartos, suítes, um apartamento e uma mansão) com mobiliário predominantemente em madeira, alguns apontamentos de couro e outros materiais nobres, com peças de *design* exclusivo e obras de arte únicas de inspiração vínica, personalizadas pelo artista David Reis Pinto.

A oferta gastronómica é um dos pontos fortes do hotel, com três espaços distintos. O The Wine Restaurant tem o *chef* José Júlio Vintém, do restaurante Tombalobos, em Portalegre, como consultor e promete elevar os típicos sabores alentejanos e uma cozinha genuína e de conforto num ambiente sofisticado.

Junto à piscina está o The Estate Lounge, local onde são servidos os pequenos-almoços, *snacks* e refeições ligeiras. Finalmente, no The Grape Rooftop Bar é possível degustar petiscos clássicos e *snacks*, acompanhados pelos vinhos da Quinta do Paral.

A propriedade dispõe de diversos serviços, como bicicletas elétricas, *valet parking*, *in-room dining*, *turn-down service* e serviço de *butler* personalizado, além de ter preparado várias experiências à volta do vinho, da gastronomia e da cultura da região, desde provas de vinhos, jantares privados, oficinas de cozinha e piqueniques no campo até *transfer* privado, que pode ser feito de carro ou no avião privado da Quinta do Paral, o Pilatus PC12.

No exterior destacam-se as arcadas revestidas a tijolo burro, os muros de cal, os ladrilhos de terracota e as tradicionais gelosias geométricas.

A oferta gastronómica e um dos pontos fortes do hotel, com três espaços distintos.

O *transfer* pode ser feito de carro ou no avião privado da Quinta do Paral.

Mobiliário predominantemente em madeira, com alguns apontamentos de couro.

A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

Diario de Noticias

Fundadores EDUARDO COELHO e CONDE DE S. MARÇAL

INTERCAMBIO LUSO-ESPANHOL — A representação de Portugal EM MADRID

UMA PORFIA DE CARIDADE — MULHERES DE PORTUGAL! Ajudai a cruzada das Misericordias! — PENSEMOS NOS QUE SOFREM!

UMA HOMENAGEM — Tomás Ribeiro

LISBOA-MACAU — O REGRESSO dos heroicos aviadores

O COURAÇADO "TORDENSKJOLD"

A CRISE MINISTERIAL — SITUAÇÃO DE ESPECTATIVA... ... enquanto não chega a Belem a esperada resposta do sr. dr. Afonso Costa — COMENTARIOS, BOATOS E OPINIÕES

Por esse mundo...

Dr. Gomes Teixeira

A QUESTÃO DA PRATA

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 1 DE JULHO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

INTERCAMBIO LUSO-ESPANHOL

A representação de Portugal EM MADRID

O triunfo dum diplomata

e o triunfo dum artista

Como foi recebido NA CAPITAL ESPANHOLA O AUTOR DA "BELKISS"

A Espanha vibrante, harmoniosa, a Espanha que é toda uma partitura de ritmos nervosos, que inventou as castanholas para que houvesse musica dentro das proprias mãos, acaba de receber o maestro português Rui Coelho com alvoroço, com alegria, como quem recebe um portador de novas felizes, de melodias inéditas. O intercambio entre Espanha e Portugal teve uma hora feliz. A musica é a voz da raça. Pôr em contacto a musica de dois povos é provocar um dialogo entre esses dois povos...

Rui Coelho é, justamente, o musico português que recebeu, na sua arte, maiores confidencias da sua raça... Toda a obra de Rui Coelho é uma obra de construção, uma obra que está trazendo á superficie a alma lirica do nosso povo, alma ritmica, alma de cantiga e de prece... Nas sinfonias camoneanas de Rui Coelho, Portugal está presente, Portugal canta os versos dos «Lusiadas»... Nos poemas sinfonicos «Nuno Alvares» e «Alcacer» irmanam-se a cruz e a espada, os ritmos heroicos e os ritmos magoados... Os «lieder» são segredos da nossa paisagem. «O Crisfal» e o «Auto do Berço» fixam dois grandes sentimentos lusos, o sentimento do amor e o sentimento da patria...

A ultima obra de Rui Coelho foi a «Belkiss», essa «Belkiss» que encontrou, na arte de Eugenio de Castro, o reino de Salomão... Rui Coelho escreveu a sua opera, a sua primeira opera em três actos, e mandou-a para o concurso de musica aberto em Madrid. A Espanha cavalheiresca, a Espanha que sabe pôr a justiça acima dum patriotismo mesquinho que é apenas bairrismo, honrou Portugal concedendo a Rui Coelho o primeiro prémio do concurso.

Melo Barreto
ministro de Portugal em Madrid

UMA POREIA DE CARIDADE

MULHERES DE PORTUGAL!

Ajudai a cruzada das Misericordias!

A desgraça não poupa os degraus dum trono, nem respeita os arminhos das mais angustas hierarquias. Tudo invade e tudo nivela

PENSEMOS NOS QUE SOFREM!

D. LEONOR DE LANCASTRE, encarnação suprema da bondade da Mulher lusitana, representa na historia patria o simbolo augusto da **CARIDADE!**

Protectora desvelada dos artistas que acompanhando a «Renascença» se iniciavam nas variadas manifestações da Arte, não descuidava os infelizes, os enfermos, os enjeitados.

D. Leonor, portuguesa de origem, animava, nos seus salões, os poetas como Gil Vicente e artistas como Antonio de Holanda, protegendo, assim, as artes, as letras, as sciencias, incluindo a criação da Imprensa.

Senhora de rara formosura, virtuosa e boa, instruida e simples, resignada na sua infelicidade de Mãe estremosa e Esposa dedicada, simbolizava em si, a mais bela das palavras da lingua portuguesa que, só ela, traduz todo um poema: «Saudade!»

A rainha D. Leonor, apesar de assistir ao assassinio, pelo proprio punhal de D. João II, do Duque de Viseu, seu irmão, e da desastrosa morte do unico filho querido, dedicou o resto da sua vida á Prática do Bem, fundando instituições que têm perdurado através dos seculos, como são o Hospital das Caldas, hoje da Rainha D. Leonor, e a Misericordia de Lisboa, de onde irradiaram as demais para onde quer que os portugueses aproassem!

As Misericordias necessitam, hoje, da cooperação benfazeja da Mulher Portuguesa!

SENHORAS PORTUGUESAS! Cooperai no Ressurgimento das Misericordias! Os obolos que colherdes com a vossa graça e o vosso sorriso serão transformados, como as lendárias rosas da rainha Santa Isabel, em atenuar as dôres dos enfermos, no repouso dos velhinhos e na alegria das crianças!

AJUDAI Á CRUZADA DAS MISERICORDIAS!

Para o brilhantismo do memoravel dia **15 DE AGOSTO, O DIA DAS MISERICORDIAS**, é indispensavel a cooperação de todas as **MULHERES DE PORTUGAL!**

Não poderiamos encontrar melhor incentivo para comover a alma gentil da Mulher Portuguesa do que este apêlo tão eloquente, que uma delas, decerto ilustre, cuja bondade e inteligencia se adivinham nas suas palavras, teve a generosidade de nos enviar.

A obra das Misericordias, a campanha que sustentamos em seu favor, é de molde a ser compreendida e ajudada pelos corações femininos, os que melhor sabem o que é a dôr, os unicos que têm o verdadeiro balsamo para a desventura, os unicos, tambem, que podem dispensar na vida essa rara parcela de felicidade que nos é dado gozar neste vale de lagrimas!...

A Mulher Portuguesa, desde a mais remota historia, é um conjunto de perfeições, misto de candura e de heroismo, que ora ressalta nos mesmos lances de perigo que a Patria afligem, ora brilha como sol no recanto modesto do lar e da familia!

Sabe sofrer e transforma, quando virtuosa, o suplicio que a esmagou em frutos que aproveitam aos desprotegidos da sorte. Assim procedeu a rainha D. Leonor, cujo deadema real quasi sempre lhe serviu de corôa de espinhos! A desgraça não poupa os degraus dum trôno, nem respeita os arminhos das mais augustas hierarquias! Tudo invade e tudo nivela! A dôr é apanagio de humildes e de poderosos. O que é diferente e bem diferente é o resultado da sua acção: para os tibios, o desespero; para os fortes, as lagrimas, a prece, a caridade!...

Não obstante a sua inteligencia e os primores da sua alma de eleição, talvez se a desgraça lhe não tivesse sido tão rude, a obra de D. Leonor tambem não tivesse sido tão completa, que ainda hoje subsiste e se impõe á razão e ao sentimento.

O marido, o «Principe perfeito», o estadista de animo cruel e de vistas largas, o «homem», como lhe chamou Isabel a Catolica, foi impiedoso e barbaro quando o obrigava a terrivel «razão de Estado», ou talvez o atavismo da vingança, herança da mãe—a filha querida do sabio e heroico vencido de Alfarrubeira.

Não tinha afectos aquele coração duro, que, é possivel, para a sua mulher não tivesse amor!... E a filha do infante D. Fernando, prima direita de seu régio consorte, descendente de Nun'Alvares pelo lado materno, simbolizando toda a heroicidade e grandeza de D. João I e do Condestavel, viu-se abandonada, torturada, esmagada pela desgraça, como princesa, como esposa e como mãe, só porque foi a fidelissima companheira dum rei, a quem não buscára a politica outra mulher nas alianças estrangeiras!

Sofreu muito. O punhal e o carrasco não pouparam a sua propria familia! O filho unico, esse principe D. Afonso, jovem de dezasseis anos, já casado com a herdeira do trôno de Castela, morre desastradamente em Santarem, dissipando num golpe de tragedia o sonho ambicioso da hegemonia portuguesa na peninsula iberica!

D. Leonor, quando criou as Misericordias, destinadas ao amparo da desgraça, já a conhecia bem, porque era uma grande desgraçada, tão desgraçada quanto gloriosa mulher!

Entre as portuguesas, o seu nome refulge na vanguarda do heroismo e da bondade. Invocá-lo nesta campanha a favor da sua obra, é um dever de que teve logica intuição outra dama, de espirito scintilante, que se dirige ás Mulheres de Portugal, chamando-as á protecção do benemerito instituto dum dos mais nobres vultos desta Patria querida.

Confiamos no exito do seu apêlo, que agradecemos comovidos. A Mulher Portuguesa, cuja essencia é bondade, favorece o nosso empenho.

Como noutro lugar se diz, um grupo de senhoras promove no aniversario do «raid» Lisboa-Macau uma «quête» em beneficio da sublime instituição da rainha D. Leonor.

Isto ainda mais arreiga a nossa convicção de que o «Dia das Misericordias» ha-de ter o precioso auxilio de todos os corações femininos—esses que Deus criou para demonstrar que a bondade—a formosura da alma—é o resplendor da beleza, logico atributo da mulher, que é a obra-prima da criação.

Mulheres de Portugal, ajudai as Misericordias!

Continua na 2.ª pagina

Mau tempo faz sete mortos no Centro da Europa

As violentas trovoadas, tempestades e chuvas torrenciais que varreram a França, a Suíça, Itália e a Alemanha fizeram pelo menos sete mortos, informaram ontem as autoridades locais. Na Suíça (foto), quatro pessoas morreram e uma está desaparecida após deslizamentos de terras provocados por chuvas torrenciais em Ticino, no Sudeste do país. No Nordeste de França, três idosos morreram no sábado à noite, quando o seu carro foi esmagado por uma árvore no departamento de Aube.

EPA/JEAN-CHRISTOPHE BOTT

Mais dois Canadair podem reforçar combate a incêndios

DISPOSITIVO Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil afirma que estão já contratualizados 70 meios aéreos para atuarem a partir de hoje.

TEXTO **CÉLIA PAULO***

O dispositivo de combate a incêndios rurais vai estar a partir de hoje na máxima capacidade, com 14.155 operacionais, e os meios aéreos podem chegar aos 72, com a possível contratação de dois aviões Canadair.

O comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil, André Fernandes, avançou à agência Lusa que estão "já contratualizados 70 meios aéreos" para atuarem a partir de hoje, "mas tudo indica que haverá um reforço de dois Canadair", totalizando assim 72 aeronaves, um número idêntico ao do ano passado. "Era algo que já estava pensado, é um processo que está a decorrer do ponto de vista da contratação, em que nós estamos a apoiar e a acompanhar a Força Aérea, que tem essa responsabilidade, mas tudo indica que teremos durante esta fase também o reforço de dois Canadair", precisou.

O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) vai ser reforçado, a partir de hoje, pela terceira vez este ano, ao entrar na capacidade máxima, passando a estar em prontidão, até 30 de setembro, 14.155 elementos, divididos por 3162 equipas dos diferentes agentes de proteção civil e 3173 veículos.

Este ano o DECIR tem, entre as novidades, a contabilização dos meios que podem ser mobilizados em caso de necessidade, além dos meios permanentes que estão diariamente no terreno. O comandante afirma que, além dos "14.155 operacionais diários que estão afetos ao dispositivo só para a supressão de incêndios rurais, consta do DECIR o número de meios que podem ser mobilizados caso exista uma situação mais complexa".

"Além dos incêndios rurais, há os incêndios urbanos, emergências médicas e os acidentes rodoviários. Toda a atividade dos bombeiros que importa acautelar, mas sabemos que temos aquele número que, em caso de haver uma necessidade, é mobilizável", disse, precisando que se trata de "meios extra que podem ser alocados a esta questão dos incêndios rurais".

Aquela que é considerada a fase mais crítica de incêndios e que mobiliza o maior dispositivo tem este ano um ligeiro aumento de meios em relação a 2023, com mais 264 elementos para o combate aos fogos.

** Jornalista da Agência Lusa*

BREVES

Jéssica Inchude garante lugar nos Jogos Olímpicos

A portuguesa Jéssica Inchude garantiu ontem mínimos no lançamento do peso para os Jogos Olímpicos Paris 2024, durante os Campeonatos de Portugal, em Coimbra, elevando para 13 o número de representantes do atletismo. Jéssica Inchude ultrapassou a marca necessária no lançamento do peso (18,80 metros) por duas vezes: primeiro, lançou a 19,10 na terceira tentativa do concurso, depois de já ter feito 18,33 e 18,50, para fechar a sua prova com 18,83 metros. Com este resultado, a portuguesa, de 28 anos, não precisa de esperar pelo fecho da qualificação por *ranking* no atletismo, tendo já garantido a sua estreia olímpica por Portugal e aumentando para 62 o número total de apurados da missão lusa, em 14 modalidades. "Estou muito feliz, pois era uma marca que já procurava há muito tempo por estar consistente nos 18 metros em várias provas", referiu a atleta. Jéssica conquistou o título nacional no lançamento do peso e bateu o seu recorde pessoal, que estava nos 18,65 metros. "[Este resultado] dá-me outra responsabilidade, porque 19 metros já não é brincadeira e estou cada vez mais perto do alto nível ", sublinhou.

AfD sem revoluções internas e com postura "pró-Rússia"

O partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD) concluiu ontem o 15.º congresso em Essen, sem revoluções internas e com uma postura "pró-Rússia" crítica às sanções contra Moscovo e ao fornecimento de armas à Ucrânia. Com os dois colíderes Alice Weidel e Toni Chrupalla reeleitos no sábado e com apenas 150 manifestantes fora do recinto onde decorreu o congresso, em comparação com os 70 mil que se concentraram na véspera, o debate sobre a conveniência ou não de o partido contar apenas com um presidente em vez de dois foi adiado.

Em cima da mesa estava um pedido para debater a criação do cargo de secretário-geral no âmbito da "profissionalização" do partido. Com esta solução, Chrupalla, que há dois anos foi eleito com 53% dos votos dos delegados, contra 67% de Weidel, temia ficar sem assento, embora a sua parceira tenha insistido que o político da Saxónia, Leste da Alemanha, onde a AfD é a força líder, ainda era necessário. Finalmente, Chrupalla foi reeleito com mais votos do que Weidel, 82,7% frente aos 79,7%, e foi modificada a resolução para deixar claro que um secretário-geral só será nomeado a partir de 2025, ano das eleições para o Bundestag, ou Câmara Baixa alemã, eliminando-se assim uma possível luta de poder entre Weidel e Chrupalla.

Conselho de Administração - Marco Belo Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Manuel Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro e Mafalda Campos Forte **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

#02 | 01 JULHO 2024 | DNBRASIL.DN.PT

HÁ UMA BOLHA IMOBILIÁRIA?

PÁG. 7

IMPOSTOS: PAGUE SÓ O QUE SE DEVE

PÁG.8 E 9

As principais dificuldades dos brasileiros em Portugal, da burocracia à adaptação a outros costumes, das diferenças de língua e comportamento ao pagamento dos impostos, chegando aos direitos políticos , como votar e ser votado. A palavra-chave para quem vive aqui é humildade.

Especial Viver

FICHA TÉCNICA DIRETOR EDITORIAL **PAULO MARKUN** DIRETOR ARTE **RUI LEITÃO** EDITOR CHEFE **JOÃO GABRIEL DE LIMA** REDAÇÃO **AMANDA LIMA, GISELE RECH, NUNO TIBIRIÇÁ** E **RAYSSA IGLESIAS** SECRETÁRIA DE REDAÇÃO **FLÁVIA CASTRO** PROPRIEDADE **GLOBALMEDIA**
ESTE SUPLEMENTO É PARTE INTEGRANTE DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Viver em Portugal é sinônimo de resistência para parte dos brasileiros

Fila em frente à sede da Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA), em Lisboa.

Nem todos os imigrantes que chegam ao país encontram um paraíso: há quem seja confrontado com falta de oportunidades profissionais, salários baixos, divisão de casa com várias pessoas e xenofobia.

TEXTO **NUNO TIBIRIÇÁ** FOTOGRAFIA **REINALDO RODRIGUES**

uitos brasileiros que decidem iniciar uma nova jornada em Portugal se deparam com desafios: burocracia complexa, regras que mudam a cada momento, escassez de oportunidades profissionais, salários baixos e xenofobia. Em meio a essas adversidades, um dos primeiros e maiores desafios é encontrar moradia.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em Lisboa e no Porto, as duas maiores cidades do país, o valor do metro quadrado aumentou em 50% nos últimos cinco anos. A capital portuguesa é atualmente uma das cidades mais caras da Europa em termos de habitação. O aluguel, chamado de renda, se encontra na faixa dos 21 euros por metro quadrado em Lisboa, contra os 17 euros por metro quadrado de Madrid, por exemplo - sendo que a Espanha possui ainda um salário mínimo 300 euros maior que o de Portugal: 1.050 euros dos espanhóis contra 820 euros dos portugueses.

Num país em que muitas vezes alugar um pequeno quarto significa abrir mão de mais da metade do ordenado mensal já existem brasileiros morando na rua, mesmo empregados. Segundo dados da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), em dezembro de 2022 estava perto de 11 mil o número de pessoas em situação de rua em Portugal. Destas, 10% eram brasileiras, ou seja, aproximadamente 1.100 brasileiros que atravessaram o Atlântico em busca de uma vida melhor, se encontram sem-teto. A mesma estatística apontava uma redução no total de sem abrigo em três anos. Não há números mais recentes disponíveis.

Com o preço dos imóveis, alugar casa é uma realidade dura, qualquer seja a nacionalidade da pessoa à procura de onde viver. No caso dos brasileiros, no entanto, a dificuldade é acentuada pelo preconceito de muitos proprietários, os chamados senhorios.

"Por vezes se negam a receber brasileiros ao ouvir o sotaque na ligação por telefone. Ou aceitam, mas pedem fiador português e três, quatro ou cinco cauções por motivos de pura desconfiança. Isso para alugar um quarto, não só uma casa", conta Talita Borges, 27 anos, que trocou São Paulo por Lisboa em 2018.

Se conseguir casa é uma tarefa laboriosa, lidar com a burocracia portuguesa é igualmente desafiador. Embora o Governo tenha feito movimentos para facilitar a integração de imigrantes advindos dos países de língua portuguesa com a criação da Autorização de Residência CPLP e a validação das carteiras de motorista, os órgãos públicos ainda pecam perante tanta demanda. Em 2023, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tinha pendências com mais de 200 mil imigrantes, a maioria brasileiros. A troca para a Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA) parece ter trazido mais problemas do que soluções para os imigrantes, até o momento. Processos perdidos na transição, demora na emissão de documentos e uma dificuldade ainda maior para conseguir a marcação de atendimento são alguns dos constrangimentos enfrentados, junto com 400 mil processos pendentes.

> De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o valor do metro quadrado em Lisboa e no Porto aumentou quase 50% nos últimos cinco anos. A capital portuguesa é atualmente uma das cidades mais caras da Europa em termos de habitação.

Vindo dos mais diversos lugares do mundo e, por vezes, sem os documentos necessários pela demora dos serviços públicos, os imigrantes têm reduzido ou suprimido o direito de ir e vir. Não podem regressar para visitar as famílias, com medo de serem barrados no retorno a Portugal. Os que dispõem do visto CPLP não podem nem mesmo circular pelo Espaço Schengen atualmente.

Além de dores de cabeça no setor

imobiliário e no processo burocrático português, outras duas barreiras impõem dificuldades para os brasileiros que aqui chegam: a xenofobia e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

"É DIFÍCIL LIDAR COM PESSOAS QUE TE ODEIAM"

Segundo dados da Comissão para Igualdade e contra a Discriminação Racial, as denúncias de casos de discriminação em Portugal cresceram 505% entre 2018 e 2023.

Nascida em São Paulo, Luiza Villena, 29 anos, não demorou muito para perceber que ser mulher e brasileira em Portugal era mais complicado do que imaginava e envolve uma rotina que, por vezes, "beira a humilhação".

Descendente de espanhóis, teve a vantagem de chegar ao país já com a cidadania europeia. O documento em mãos permitiu a Luiza driblar grande parte da burocracia portuguesa, mas não a xenofobia. Pouco menos de um ano após se mudar para Lisboa, teve seu primeiro episódio traumático em Portugal. "Estava na varanda da casa de uma amiga, era noite, por volta das 22h. Ela mora no primeiro andar e estávamos ali conversando, quando sinto algo espirrando na minha cara. Pisco os olhos e, quando abro, minha amiga estava coberta de iogurte e eu também toda suja. No chão da rua, um pote daqueles grandes. Olhamos para cima e nada, mas ficamos indignadas e começamos a bater às portas atrás dos responsáveis", conta. Nenhum vizinho atendeu Luiza e seus amigos.

No dia seguinte, quando acordou, sua amiga se deparou com um papel sob a porta. O conteúdo? Um recado para as brasileiras, que, segundo o remetente, eram "porcas" e não eram bem-vindas ali, chegando a Portugal "para ou se prostituir ou roubar trabalho dos portugueses". Palavras de ordem como "voltem para vossa terra", também constavam na carta da vizinhança do prédio localizado em Campo Grande, em Lisboa. Segundo a jovem, a polícia não quis abrir investigação para descobrir o responsável. "O policial disse 'aqui é assim mesmo. Se vocês vieram pra cá, vocês têm que saber que vocês vão passar por esse tipo de coisa.' Fiquei traumatizada, me senti impotente demais. Não estava aqui há tanto tempo então foi logo um choque, uma revolta muito grande", explica.

> Após o incidente do iogurte, Luiza e seus amigos receberam carta de vizinhos com dizeres como "porcas" ou "voltem para vossa terra". Segundo a jovem, a polícia não quis abrir investigação para descobrir o responsável.

Após o episódio, Luiza passou por diversas situações de xenofobia ao longo dos anos, especialmente no trabalho. A paulistana atuou no setor de vendas de empresas estrangeiras, mas foi em empresas portuguesas que passou os piores momentos.

"Sempre que eu conversava com homens no trabalho, podia ser meu amigo do TI, da manutenção, alguém chegava pra mim e falava: "olha, ele é casado, tá?" Mas só pra mim vinham com esse discurso. Se tinha uma outra amiga minha portuguesa conversando com a pessoa, ninguém falava nada", diz.

A última experiência de trabalho em solo português faz Luiza se questionar se a experiência por aqui vale a pena. "É uma batalha interna que tenho comigo mesmo. Gosto muito de Lisboa, fiz também amigos portugueses nesse tempo, mas me pergunto até que ponto vale a pena, se algum dia vou ter estabilidade emocional aqui, especialmente no trabalho. Talvez se eu tivesse mais condição financeira, já tinha saído. É difícil lidar com pessoas que te odeiam", desabafa.

PEDRAS E SONHOS

Foi perto de Castelo dos Sonhos, município no Pará, que Daiane Baú, 34 anos, construiu os seus próprios sonhos. Nascida no sul do estado paraense, cresceu no meio do mato, idealizando, um dia, ser jornalista. "Lá não tinha energia elétrica, não tinha nada. Lembro que a gente tinha um gerador de luz, que meus pais ligavam todas as noites para assistirmos o Jornal Nacional", diz Daiane.

Alguns anos depois, Daiane se mudou para Curitiba e formou-se em jornalismo. Passou por grandes órgãos de comunicação social, antes de mudar para assessoria de imprensa. Em 2021, chegou a Lisboa para fazer mestrado em Relações Públicas Escola Superior de Comunicação Social na (ESCS) do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL).

Trazia consigo experiência em canais brasileiros como Globo e Band e oito anos de Relações Públicas. A ideia era estudar e adentrar o mercado de RP, mas Daiane não conseguiu inserir-se no mercado de trabalho português. "Procurei estágios em todos lugares, mas ninguém nunca me retornava. Das poucas vezes que finalmente cheguei a fazer entrevistas, três me negaram por não conhecer o mercado português".

No segundo ano do mestrado, Daiane esbarrou no mesmo problema. Após se candidatar a um estágio, perdeu a vaga para outro colega do curso. "Acho que poderiam dar essa oportunidade para quem está disposto a trazer um pouquinho de conhecimento diferente para o mercado deles. Nessa ocasião, perdi a vaga para um colega que não tinha nenhuma experiência no mercado português, assim como eu. Não conheço bem aqui, mas já tenho quase 10 anos de experiência no Brasil. Isso de ser deixada de lado desmotivou muito, chegava em casa arrasada com essas situações" , conta.

Um ano após chegar em Portugal, enquanto terminava os estudos na ESCS, Daiane ainda prestava serviços na área de Relações Públicas para o Brasil. A desvalorização do real ante o euro a fez procurar outras fontes de rendimento. A solução foi empreender de forma criativa, mesmo que fora de sua área de formação e experiência profissional.

"No meio de 2022, estava com essas expectativas todas frustradas e decidi procurar algo que me fizesse feliz. Então, decidi criar a Baú de Afeto, que é uma empresa de cestas de pequenos-almoços e tábuas de frios, algo novo aqui para o mercado de Portugal", relata.

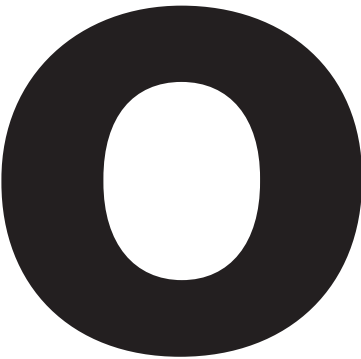
Se por um lado a carreira na comunicação em Portugal não decolou, o Baú de Afeto de Daiane se tornou um sucesso. O empreendimento já levou Daiane a participar de programas na televisão e, nas redes sociais, reúne milhares de seguidores. Enquanto gere o sucesso do Baú de Afeto, Daiane continua a colaborar com o Brasil, especialmente para portais de entretenimento, como a cobertura do Rock in Rio Lisboa e outros festivais. Mesmo focada no atual empreendimento, ainda nutre com paciência o sonho de, um dia, entrar no mercado da comunicação em Portugal.

"Aqui é tudo mais devagar, você nota isso na burocracia, por exemplo, que às vezes não é só devagar, mas também tem muita má vontade com os brasileiros. Não conseguir trabalho, passar por essas situações… são coisas que te fazem chegar em casa triste, querendo arrumar a mala para ir embora. Mas toda essa experiência me fortifica e me amadurece muito. Apesar de eu não estar no mercado de trabalho na minha área aqui em Portugal, é uma experiência que me faz crescer como pessoa, ter mais empatia pelo outro", avalia.

Após chegar na Europa com a bagagem cheia de sonhos, os brasileiros e brasileiras mostram que, assim como no Brasil, viver por aqui também é resistir e ultrapassar as pedras que encontram pelo caminho.

Glossário

Um engano comum entre os brasileiros recém-chegados a Portugal é de que falamos a mesma língua. Há diferenças importantes entre as falas daqui e lá, apesar dos acordos ortográficos. Mas nada que algum esforço não possa resolver, além de uma troca que torna o idioma rico.

TEXTO **PAULO MARKUN**

O português tem peculiaridades e diferenças nos vários países da CPLP. Muitos brasileiros que chegam a Portugal surpreendem-se com certos termos e demoram a assimilar as palavras empregadas aqui.

Há também diferenças significativas na pronúncia. Em Portugal, é geralmente mais fechada e enfatiza as consoantes, enquanto, no Brasil, costuma ser mais aberta e com ênfase nas vogais.

Apesar de a pronúncia das vogais, em geral, ser semelhante, há algumas diferenças. Em Portugal, as vogais "e" e "o" costumam ser pronunciadas com um som mais fechado do que no Brasil.

Em Portugal, "s" soa como "sh" ou "j" em algumas palavras, mas no Brasil é sempre "s". "Festa" soa como "féxta" em Portugal, mas como "festa" no Brasil.

A pronúncia do "r" também muda bastante de um país para o outro, inclusive nas regiões de cada um. Em Portugal, de modo geral, a letra "r" é pronunciada como um "r" rolado, enquanto no Brasil a pronúncia geralmente é feita de uma só vez.

O escritor Eça de Queiroz dizia que o português no Brasil fala-se com açucar. Mas as diferenças vão além do sotaque. O que muitos não sabem é o fato de que a língua acabou por ser o único idioma de mais de 200 milhões de brasileiros por conta de uma determinação oficial publicada em 3 de maio de 1757, com a assinatura do irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Nos séculos XVII e XVIII, o principal idioma falado no contexto do Brasil colônia, superando o português, era a chamada língua-geral, empregada pelos bandeirantes paulistas. Muitos nomes de rios, vilas e cidades do interior de São Paulo, Goiás, Maranhão, Ceará e Amazonas resultaram do uso da língua geral.

Formada a partir da evolução histórica do tupi antigo, dividia-se em dois ramos: a língua geral setentrional (também chamada língua geral amazônica) e a língua geral meridional (também chamada língua geral paulista). A língua geral setentrional deu origem no século XIX ao *nheengatu*, que ainda é falado atualmente no alto Rio Negro, na região fronteiriça entre Brasil, Venezuela e Colômbia. A língua geral é considerada extinta atualmente

O alvo da determinação de 1757 eram os jesuítas que acabaram expulsos do Brasil e sua gestão dos indígenas, que admitia a língua geral, cujo resquício é o sotaque peculiar dos caipiras de São Paulo, além de muitos termos de origem indígena.

Deixando de lado a revisão histórica, aqui está uma lista de termos de uso corrente que são distintos hoje em Portugal e no Brasil:

Aguentar nas canetas: cansado
Apelido: sobrenome
Assembleia Municipal: Câmara de Vereadores
Autocarro: ônibus
Autoclismo: descarga
Azeiteiro: brega, cafona
Banheiro: salva-vidas
Berma: acostamento
Bica: cafezinho
Bicha: fila
Bocado: pouco
Brutal: intenso
Bué: muito
Cacete: pão
Caducado: vencido
Câmara Municipal: Prefeitura
Camisola: blusa de frio ou camiseta de time de futebol
Carrinha: van
Carta de Condução: carteira de motorista
Cartão do Cidadão: documento de identidade
Casa de banho: banheiro
Cena: coisa (quando usado de forma genérica - fui buscar uma coisa/fui buscar uma cena)
Centro de Saúde: posto de saúde
Coima: multa
Comboio: trem
Concelho: município
Contraordenação: infração
Constrangimentos: problemas
Cueca: calcinha feminina
Deitar fora: jogar fora
Descapotável: conversível
Desporto: esporte
Ecrã: tela
Eléctrico: bonde
Empregado de mesa: garçom
Estou/estou sim: alô (ao telefone)
Explicador: professor particular
Fatura: nota fiscal
Fato de treino: moleton
Fiambre: presunto cozido
Finanças: Receita Federal
Fixe: legal
Gajo ou Gaja: garoto ou garota
Giro: bonito
Guarda-redes: goleiro de futebol
Hospedeirao comissário de bordo
Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT): Detran
Instituto dos Registos e do Notariado: Cartório
Junta de Freguesia: Subprefeitura
Levantamento de dinheiro: saque bancário
Loja do Cidadão: local que agrega diversos serviços públicos
Malta: galera
Manuais Escolares: apostilas escolares
Morada: endereço
NIF/Contribuinte: CPF
NISS: inscrição no INSS
Número de Utente: número do cartão SUS
Ordenado: salário
Passadeira: faixa de pedestres
Pastilha elástica: chiclete
Part-time: trabalho parcial
Peão pedestre
Prego: bife no pão
Presunto: presunto cru
Propina: mensalidade
Puto: menino
Queixa: denúncia
Rapariga: moça jovem
Recenseamento: cadastro eleitoral
Rebuçado: bala
Recibo Verde: MEI
Renda: aluguel
Restauração: restaurantes
Roupas de interior: cuecas
Rotunda: rotatória
Sandes: sanduíche
Sanita: vaso sanitário
Sapatilhas: tênis
Saque: roubo
Subsídio de desemprego: seguro desemprego
Subsídio de Natal: décimo terceiro
Subsídios: apoios financeiros governamentais
Sumo: suco de fruta
Talho: açougue
Telemóvel: celular
Ter piada: tem graça
Tosta mista: misto-quente
Trabalhador independente: autônomo
Utente: usuário do sistema de saúde ou de outro sistema
Verniz: esmalte de unha.

Como obter estatuto de igualdade

REDAÇÃO DN BRASIL

IGUALDADE DE DIREITOS PARA BRASILEIROS EM PORTUGAL

O Estatuto de Igualdade de Direitos concede a brasileiros que moram em Portugal um conjunto de direitos similares aos dos cidadãos portugueses nas áreas do trabalho, economia, política, entre outras. Com o estatuto, brasileiros passam a pagar mensalidades universitárias equivalentes às dos portugueses - fora dele, caem na categoria de estudantes internacionais e pagam um valor consideravelmente mais alto.

TIPOS DE ESTATUTO

ESTATUTO DE IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES: concedido aos civilmente capazes com autorização de residência em Portugal. Dá aos brasileiros os mesmos direitos e deveres de cidadãos portugueses.

ESTATUTO DE IGUALDADE DE DIREITOS POLÍTICOS: concedido aos civilmente capazes com residência habitual em Portugal há pelo menos três anos. Brasileiros passam a ter direitos políticos em Portugal, inclusive o de votar e candidatar-se a cargos. Este estatuto só é concedido aos que já possuem o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres Civis, ou de forma simultânea a ele. De acordo com as informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a concessão do estatuto de igualdade de direitos políticos em Portugal implica na suspensão dos direitos políticos do cidadão no Brasil, ou seja, não poderá mais participar das eleições no Brasil, tanto como eleitor quanto como candidato.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

O estatuto pode ser solicitado a qualquer momento por todo brasileiro maior de idade e que tenha Título de Residência ou Certificado de Concessão de Autorização de Residência para Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Porrtuguesa (CPLP). O pedido deve ser feito na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

DOCUMENTOS:

• Imprimir e preencher o requerimento do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres, disponível no site da AIMA;
• Fotocópia do Título de Residência ou Certificado de Concessão de Autorização de Residência para Cidadãos da CPLP;
• Certificado de Nacionalidade brasileira emitido pelo consulado, que pode ser solicitado *online* através do Sistema Consular do Brasil. Basta escolher o país Portugal e em seguida o consulado de sua jurisdição - Lisboa, Porto ou Faro.

Os documentos necessários para o Certificado de Nacionalidade são:
• Passaporte brasileiro original válido;
• Certidão de Quitação Eleitoral (prova do exercício pleno dos direitos no Brasil);
• Certidão brasileira, conforme o caso;
• Certidão brasileira de nascimento, se solteiro;
• Certidão brasileira de casamento, se casado, divorciado ou viúvo.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

> O Estatuto de Igualdade permite aos brasileiros viver em Portugal com direitos similares aos portugueses nas universidades, na política, no trabalho e na economia.

Caso não esteja em dia com a Justiça Eleitoral, o requerente deverá enviar Certidão de Nascimento/Casamento brasileira com prazo de emissão de até seis meses). É necessário também o título de residência português válido ou Certificado de Concessão de Autorização de Residência para Cidadãos da CPLP.

Ainda é preciso um comprovante de residência recente. São aceitos contas de água, luz, telefone fixo, gás, internet ou outro serviço fixo, documento emitido pelas Finanças, Segurança Social, folha do centro de saúde com número de utente/morada ou outros órgãos públicos em que conste o endereço em nome do requerente. Também é válida a declaração de instituição de ensino indicando que o requerente frequenta curso no atual semestre ou atestado emitido pela Junta de Freguesia.

SOLICITAÇÃO

O requerimento, juntamente com todos os documentos, pode ser entregue nos balcões de atendimento ou nas Delegações ou Direções Regionais da AIMA, desde que haja agendamento prévio ou pode ser enviado por correio para os Serviços Centrais da AIMA.

O Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres é gratuito e, de acordo com o governo português, o prazo médio é de 30 dias. Porém, alguns casos, o tempo de espera pode ser de até 1 ano, dependendo da demanda da AIMA.

Este Estatuto não tem prazo de validade, podendo apenas ser extinto por cancelamento da Autorização de Residência ou pela perda de nacionalidade brasileira.

CARTÃO DO CIDADÃO

Com o estatuto, os cidadãos brasileiros têm a possibilidade de requerer o Cartão do Cidadão, documento que inclui os números de identificação civil, fiscal, de utente de serviços de saúde e da Segurança Social e substitui o cartão de eleitor. Este cartão é reconhecido em todo o território nacional e nos países membros da União Europeia (UE).

A solicitação do Cartão do Cidadão deve ser realizada pessoalmente em um balcão do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN). Para efetuar o pedido, é necessário apresentar o Título de Residência válido e o documento que comprova a concessão do estatuto, emitido pela AIMA.

O valor para obtenção do Cartão do Cidadão varia entre 18 e 70 euros, dependendo do tipo de solicitação. As categorias incluem o pedido normal, com um prazo médio de 7 dias úteis, o pedido urgente, que varia entre 3 a 5 dias úteis, o pedido extremamente urgente, com entrega em 1 dia útil, e o pedido de cartão provisório, emitido no mesmo dia.

Habitação com preços altos e sem previsão de baixar

Portugal passa por um período em que há mais procura do que oferta no mercado imobiliário. Por esse motivo, os preços devem se manter elevados, de acordo com o professor e economista Paulo Rodrigues.

TEXTO **RAYSSA IGLESIAS** FOTOGRAFIA **JOSÉ MOTA/GLOBALIMAGENS**

A Comissão Europeia alertou que os preços da habitação em Portugal, que estão sobrevalorizados, continuam a subir. No entanto, o aumento começa a acontecer de forma mais branda. Segundo relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre de 2023, o Índice de Preços da Habitação (IPHab) aumentou 7,6%, o que representa uma diminuição de 1,1 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior.

Os dados divulgados pelo INE também indicam que comprar casa nova ficou mais acessível do que adquirir imóveis já existentes no país. No terceiro trimestre de 2023, a taxa de variação média anual do Índice de Preços da Habitação (IPHab) foi de 9,0%, refletindo uma desaceleração de 1,4 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior. Nesse período, o aumento dos preços das habitações existentes (9,8%) superou o das novas (6,6%).

Mesmo que a subida esteja em um ritmo mais lento, não há uma previsão para queda abrupta nos preços dos imóveis do país. "Há claramente, uma sobrevalorização dos preços, mas não vejo risco de uma bolha imobiliária. Porque temos aqui outro fenómeno que tem a ver com a questão da procura e da oferta. Notamos, de facto, que há uma pressão muito forte da procura, e, ao mesmo tempo, a oferta não tem sido capaz de responder e, portanto, os preços vão se manter elevados." diz Paulo Rodrigues, economista e professor na NOVA Business and Economics.

Além da alta procura, o preço elevado resulta da queda na produção de habitações mais acessíveis e do maior foco em construções de alto padrão. "Houve muita gente especializada na construção, que emigrou. Há uma grande falta de mão de obra, diria eu, nessa área. As empresas que existem têm se dedicado aos segmentos mais elevados, que eventualmente, oferecem mais lucro para elas, com mais rentabilidade. Restando pouco para outra construção mais barata, digamos assim", explica o professor. "É uma queda natural, se nós olharmos a evolução dos preços. Os últimos números do INE indicam isso. Significa que, de facto, há um menor número de vendas, pois com os preços elevados das casas, as pessoas com rendimento mais baixo terão dificuldades para aquisição de casas", afirma Paulo Rodrigues.

Enquanto os preços sobem, as transações caem

Queda nas transações de alojamentos no 3º trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período em 2022 – Dados do INE

As transações realizadas no terceiro trimestre de 2023 atingiram 7,1 mil milhões de euros, 12,2% menos que as do 3º trimestre de 2022. As vendas de habitações às famílias registaram uma redução de 24,7% em 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. Em valor, as transações por famílias corresponderam a 5,8 mil milhões de euros, a percentagem mais baixa desde o 1º trimestre de 2020.

De acordo com o profissional, a inflação e o aumento das taxas de juros são fatores importantes para a queda, pois "se nós pensarmos, portanto, que o ordenado médio não é muito elevado, que a inflação aumentou, os preços dos bens essenciais aumentaram, e o salário, não subiu tanto como a inflação", explica. Mesmo assim, "ainda com o aumento das taxas de juros, significa que ao pedir um crédito para comprar casa, o crédito vai ficar mais caro e salário pode não ser capaz de manter o empréstimo", explica. A redução significativa no número de transa-

ções imobiliárias que causam uma desaceleração sugere que os preços podem estabilizar, mas "não há uma perspetiva de mudança rápida".

O professor Paulo não vê crise habitacional, mas sim, uma crise no acesso a habitação em Portugal. Os altos preços das habitações são justificadas pela pouca oferta de imóveis no mercado. Mas pode haver alternativas para o governo. "Há todo o conjunto de casas vazias, que são do Estado ou que são das Câmaras Municipais, que não estão a ser aproveitadas para garantir, portanto, uma oferta adequada, para que os preços caiam para um nível acessível", ressalta.

O Orçamento do Estado para 2024 já inclui medidas destinadas a reduzir o custo da habitação. O plano "Mais Habitação", que entrou em vigor em 2023, prevê o arrendamento dessas casas, mas com a troca de Governo, algumas medidas podem mudar.

Outra medida é o incentivo à construção civil. "O Governo pode implementar medidas que, de alguma forma, viessem a ajudar empresas do sector imobiliário a terem incentivos para construir mais. Tem de haver um estudo para garantir uma oferta adequada, para trazer os preços para um nível acessível para a economia geral", sugere.

> "Há claramente uma sobrevalorização dos preços e há uma pressão muito forte da procura; ao mesmo tempo, a oferta não tem sido capaz de responder. Portanto, os preços vão se manter elevados."

Como comprar imóveis

REDAÇÃO **DN BRASIL**

COMPRAR IMÓVEIS: FÁCIL, PORÉM CADA VEZ MAIS CARO

A compra de imóveis por estrangeiros em Portugal é facilitada pela legislação portuguesa. O processo é direto, especialmente para quem possui o valor total do imóvel. Quem necessita de financiamento, terá de superar outras etapas, a começar pela comprovação de recursos para os bancos portugueses.

É importante, desde logo, entender a nomenclatura dos imóveis. Em Portugal, as opções vão desde 'moradias' ou 'vivendas', que são casas, até 'apartamentos', 'quintas' (pequenas propriedades rurais) e 'herdades' (fazendas de maior dimensão). Familiarizar-se com termos como T0, T1, T2, que indicam o número de quartos do imóvel, também facilitará essa busca.

Em média, o preço do metro quadrado em Portugal gira em torno de 2.530 euros. Esse valor varia de acordo com a localização e o tipo de imóvel.

Seja à vista ou financiado, alguns documentos são obrigatórios, como Número de Identificação Fiscal (NIF), passaporte, comprovantes de renda, contrato de trabalho quando houver, e uma declaração de idoneidade financeira.

O financiamento bancário, que a recente subida das taxas de juro complicou, tem uma limitação etária. Em 2022, o Banco de Portugal ajustou os prazos máximos para o assim chamado crédito habitação. O objetivo foi de reduzir a maturidade média dos novos contratos para 30 anos. A partir de então, clientes com até 30 anos têm um prazo máximo de reembolso de 40 anos; entre 30 e 35 anos o limite sugerido é de 37 anos. Para quem tem mais de 35 anos, o prazo máximo estabelecido pelo Banco de Portugal é de 35 anos. Na prática, clientes aposentados e acima dos 65 anos não alcançam esse máximo. Também há um limite máximo nos empréstimos para estrangeiros, que corresponde a 80% do valor do imóvel. Adquirir um imóvel em Portugal significa estar sujeito ao pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), o equivalente ao IPTU no Brasil, além do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) no ato da compra, e o Imposto de Selo.

A ajuda de um corretor de imóveis e um advogado pode ser importante, especialmente para quem ainda não reside em Portugal. Estes profissionais podem orientar sobre custos, documentos e trâmites legais.

A figura do consultor imobiliário, que trabalha para o cliente e seria responsável por indicar o melhor caminho para obter financiamento não possui uma avaliação unânime. Vários analistas assinalam que muitas vezes eles podem agir na direção de recomendar o caminho de acordo com outros interesses. No Linkedin existem centenas de ofertas de vagas para consultores imobiliários - todas vinculadas a corretoras de imóveis.

Plataformas especializadas, como Idealista ou Supercasa reúnem anúncios de centenas de imobiliárias e facilitam a busca. Mas sempre é possível recorrer a uma ou mais imobiliárias, demandando com mais detalhes o que se busca. Após a escolha, a formalização ocorre com a assinatura de um contrato-promessa de compra e venda e, posteriormente, a escritura, que confirma a transação.

Comprar um imóvel em Portugal não confere automaticamente direito à cidadania ou visto de residência. O processo para obter esses documentos é separado e não está vinculado à posse de um imóvel. O visto *Gold*, que assegurava a nacionalidade a quem adquirisse um imóvel de 500 mil euros ou mais, deixou de existir em 2023, quando entrou em vigor o pacote Mais Habitação.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS, UMA ALTERNATIVA DE INVESTIMENTO

Os fundos imobiliários em Portugal têm aumentado significativamente seus investimentos em imóveis residenciais. Estes fundos agregam investidores individuais ou coletivos para investir em terrenos e imóveis, visando maximizar os lucros.

Geridos por corretoras especializadas, os fundos podem ser de renda (tijolo), papel (recebíveis) ou híbridos. Os investidores escolhem cotas do fundo para investir, gerenciadas pelo gestor do fundo, conforme estratégia definida. Existem três tipos de fundos: abertos, fechados e mistos. Os abertos têm unidades de participação variáveis, enquanto os fechados têm um número fixo. Os mistos combinam unidades fixas e variáveis.

Em 2023, os fundos de investimento imobiliário portugueses aumentaram sua exposição a imóveis residenciais, representando 17,4% da carteira, impulsionados pela criação de novas sociedades de investimento coletivo imobiliário. No entanto, o impacto dos fundos no mercado habitacional ainda é limitado, representando cerca de 9,5% do volume total de transações de alojamentos familiares em 2023.

"Com residência fiscal, o imigrante deixa de pagar os 25% de tributação"

Ao mudar-se de um país para outro, surgem frequentemente dúvidas sobre taxas e impostos. Para esclarecer algumas questões comuns entre imigrantes brasileiros que residem em Portugal, o DN Brasil conversou com Carla Fortes, advogada brasileira com 22 anos de atividade no Brasil e 6 anos de atuação nas áreas fiscal e de imigração em Portugal.

ENTREVISTA **RAYSSA IGLESIAS**

"Se uma pessoa mudar para Portugal em caráter definitivo, deve efetuar a saída fiscal do Brasil", diz a advogada. Carla Fortes

uem considerado residente fiscal em Portugal?
Em linhas gerais, o Código do IRS estabelece que é residente fiscal em Portugal quem permanece em território português por mais de 183 dias, seguidos ou interpolados, em um período de 12 meses. É importante referir que esse período não tem início e fim no calendário do ano civil , de 1.º de janeiro a 31 de dezembro .É contado a partir do dia da entrada no país. Também é residente fiscal em Portugal quem, tendo permanecido por menos tempo em Portugal, disponha de um imóvel que seja sua habitação própria e permanente, seja por meio de escritura pública de aquisição de imóvel para habitação, contrato de arrendamento ou contrato de trabalho. Nesse caso, é preciso indicar para a autoridade tributária que tem a intenção de ali viver, e a pessoa passa a se tornar residente fiscal em Portugal. Então, esses são os dois critérios de residência fiscal em Portugal.

A residência fiscal acontece de forma automática?
Não é automático. Tem que alterar a sua residência fiscal nas finanças, ou seja, indicar para a autoridade tributária, através de um pedido, e comprovar que tem ou um título de residência, um certificado de residente europeu ou um visto. Atualmente, eles aceitam o próprio agendamento na AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) como uma comprovação de que está regularizado.

E para os imigrantes que possuem Manifestação de Interesse?
Os imigrantes com Manifestação de Interesse ou o visto CPLP (autorização de residência para Pessoas nacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa), que auferem rendimentos do trabalho em Portugal, mas mantêm a morada fiscal no Brasil, estão sujeitos a uma tributação de 25%, sem deduções, tanto para o trabalho dependente (com contrato) quanto para o trabalho independente (recibos verdes).
No entanto, se a pessoa faz uma manifestação de interesse, significa que está em território nacional. Portanto, é inserido o endereço de Portugal na manifestação, apesar de no NIF (Número de Identificação Fiscal) ainda constar o endereço do Brasil. Nesse caso, o imigrante deve obter o comprovante da manifestação de interesse, entrar em contato com a autoridade tributária e fazer a alteração.

Quais as vantagens de fazer esta alteração?
Com isso, o imigrante deixará de pagar os 25% de tributação sem dedução e passará a ser tributado como um residente fiscal, com direito às deduções, por exemplo, por perfil, deduções com as despesas gerais familiares, despesas médicas etc. Passará a ter direito às deduções legais previstas no CIRS (Código do IRS). E aí, em muitos casos, a taxa efetiva de imposto será menor que os 25%.

Todos que possuem rendimento em Portugal têm obrigatoriedade de serem residentes fiscais no país?
Não. Há aqueles que, pontualmente, prestam serviços como não residentes e voltam para o Brasil, onde é o domicílio fiscal deles. Por exemplo, quem aufere rendimento em Portugal através de arrendamento - como investidores que têm imóveis no país - ou pessoas que prestam serviços como professores universitários e médicos brasileiros. Isso também é possível. Neste caso, o que vai acontecer? No ano seguinte àquela prestação de serviço, a pessoa precisa apresentar a declaração de imposto de renda em Portugal.

Ao sair do Brasil, é preciso comunicar a saída fiscal? O que acontece se não houver essa comunicação?
Se uma pessoa mudar para Portugal em caráter definitivo - essa expressão é muito importante -, deve, por obrigação, efetuar a saída fiscal do Brasil para não ser tributada no Brasil também. Caso não tenha feito isso, será tributada nos dois países, porque deixou de cumprir com a obrigação fiscal de reportar a saída.

Quem não comunicou a saída no Brasil, como deve proceder?
Isso é um ponto muito importante porque quem não deu a saída fiscal tem a obrigação de declarar os rendimentos universais. Rendimentos universais é o que a gente chama de *Worldwide Income*, são os rendimentos auferidos em qualquer lugar do mundo. Tanto o Brasil quan-

ARQUIVO PESSOAL

Glossário dos impostos

Portugal: IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
Brasil: IRPF Imposto de Renda Pessoa Física

Portugal: IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis
Brasil: IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

Portugal: IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
Brasil: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

Portugal: IUC - Imposto Único de Circulação
Brasil: IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

Portugal: IS - Imposto de Selo
Brasil: IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

Seja para voltar para o Brasil ou ir para outro país, é importante realizar a saída fiscal de Portugal. Muitas pessoas esquecem de fazer isso ou nem sabem que precisam fazer"

to Portugal adotam essa forma de tributação aos residentes fiscais. Então se a pessoa deixou de dar saída no Brasil, tem sim que reportar os rendimentos.

Como funciona a tributação de um brasileiro aposentado no Brasil que vive em Portugal?
A análise das convenções e das legislações fiscais deve ser efetuada caso a caso. No entanto, genericamente e hipoteticamente, apenas para fins ilustrativos, conforme a Convenção para evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e Portugal, os rendimentos de aposentadoria de aposentados do Brasil só podem ser tributados no Brasil. O único país que tem competência para tributar aposentadorias oriundas da Segurança Social, ou seja, do INSS e aposentadorias públicas, vindas com origem na prestação de um serviço público ou de uma função pública. Este segundo caso aplica-se exclusivamente a nacionais brasileiros. Só podem ser tributados no Brasil. Ou seja, para os aposentados que vivem em Portugal e apresentam a Declaração de Imposto de Renda em Portugal, a declaração sobre os rendimentos da aposentadoria é isenta de tributação. É importante lembrar que são duas obrigações fiscais distintas. Uma obrigação é declarar os rendimentos e a segunda obrigação é pagar o imposto de renda quando aplicável. Então, a declaração de IRS é inerente a essa obrigação tributária. No entanto, sobre os demais rendimentos (dividendos, arrendamentos, juros de capital etc.) incide a tributação em Portugal, ainda que haja a convenção de dupla tributação.

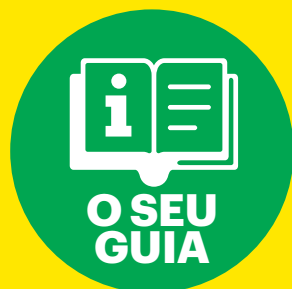
Quais são as implicações fiscais para brasileiros que possuem investimentos em Portugal?
Os brasileiros que possuem investimentos em Portugal devem observar não só a legislação fiscal portuguesa – país de origem de seus rendimentos -, mas também a legislação fiscal brasileira – país de residência - de forma a estar sempre em conformidade com ambas as autoridades fiscais (Autoridade Tributária em Portugal e Receita Federal do Brasil) a fim de evitar erros nos reportes e declarações, já que, apesar de serem países com uma identidade em comum, na esfera fiscal há muitas diferenças. Devem também estar sempre atentos à aplicação das convenções para evitar a dupla tributação entre Portugal e Brasil e é recomendável que estejam amparados por um profissional experiente de forma a evitar erros na aplicação de cada uma das legislações.

Quais as principais obrigações fiscais que os brasileiros devem ficar atentos em Portugal?
É preciso observar as declarações de início, alteração e encerramento da actividade; emitir as faturas ou recibos verdes de forma correta; cumprir pontualmente os prazos para as declarações de IVA (Imposto de Valor Acrescentado), se aplicável; manter os arquivos dos documentos suporte das declarações de IVA para comprovações, se necessárias; manter-se em dia com as obrigações para a Segurança Social.

O que o imigrante prestador de serviço deve atentar-se ao fazer o recibo verde?
Um ponto importante é a declaração do IVA mesmo a zeros. Muita gente torna-se sujeita a IVA porque, às vezes, não entende que mesmo que não tenha tido faturamento, tem que declarar de qualquer forma. A falta de reporte do IVA, ou seja, de declaração do IVA, gera uma multa de 180 euros. Imagina, a pessoa já não faturou nada, passou por três meses difíceis, esquece de fazer a declaração do IVA, e, simplesmente, recebe a cartinha com uma multa de 180 euros pela falta de apresentação da declaração. Este é um ponto de muita atenção.

Quais as isenções do trabalhador independente no primeiro ano de atividade aberta? Existe isenção de IVA?
No primeiro ano de atividade profissional ou empresarial independente, há uma isenção válida por 12 meses para as contribuições para a Segurança Social. Importa mencionar que após os 12 meses, a contar da data de início de atividade independente, começam a incidir as contribuições para a Segurança Social, mesmo que sem qualquer faturamento, com um valor mínimo de 20 euros. Em relação à isenção do IVA, esta aplica-se a profissionais que estão ao abrigo do artigo 53.º do Código do IVA. Beneficiam-se também os contribuintes em regime simplificado de tributação de IRS ou IRC, desde que não pratiquem operações de importação, exportação ou atividades conexas e não tenham atingido, no ano civil anterior, um volume de negócios superior a 15 000 euros.

Em relação aos brasileiros com atividade aberta que decidem voltar para o Brasil. Como proceder?
É importante realizar a saída fiscal de Portugal, muitas pessoas esquecem de fazer isso ou, às vezes, nem sabem que precisam fazer. E depois, se deparam com um problema que não esperavam. Seja para voltar para o Brasil ou ir para outro país, têm que encerrar a relação com a autoridade tributária, para não pagar juros e multas.

É importante ressaltar que as informações prestadas nesta matéria tem o caráter informativo, não podendo ser tomadas como um aconselhamento ou consulta jurídica. Para este fim deve-se procurar um profissional.

CNH ou carta de condução?

REDAÇÃO **DN BRASIL**

CNH BRASILEIRA É VÁLIDA EM PORTUGAL NA MAIORIA DOS CASOS. CONHEÇA AS EXCEÇÕES E COMO FAZER A TROCA

Desde setembro de 2023 há um acordo que garante aos imigrantes oriundos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) o direito de dirigir em Portugal com a carta de motorista do país de origem. Continuam a existir, no entanto, algumas vantagens de trocar a CNH brasileira pela portuguesa. Em certos casos é obrigatório, como com quem pretende trabalhar em empresas de TVDE (as aplicações como o Uber e Bolt) em terras lusitanas.

Os motoristas que quiserem conduzir em Portugal utilizando a CNH brasileira, precisam portar um documento válido e emitido ou renovado nos últimos 15 anos. Além disso, o condutor deve estar na faixa etária entre 18 e 60 anos e a carta de habilitação não pode estar sujeita a apreensão, suspensão, caducidade ou cassação. É importante destacar que a CNH deve possuir as categorias A e/ou B, habilitando o condutor para dirigir carros e motos.

NOS SEGUINTES CASOS, A CNH OBRIGATORIAMENTE DEVE SER MUDADA PARA A CARTA DE CONDUÇÃO PORTUGUESA:

Pessoas que tenham a CNH expirada durante o tempo de residência em Portugal;

Pessoas com mais de 60 anos;

Profissionais (motoristas de TVDE e de veículos pesados);

Quem pretende conduzir em outros países da União Europeia (ao menos que esteja no continente a turismo, o que garante uma permissão de 120 dias com a CNH brasileira).

PARA SOLICITAR A TROCA DA CARTA DE CONDUÇÃO, BASTA SE DIRIGIR AO SITE DO INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES (IMT), QUE É EQUIVALENTE AO DETRAN DO BRASIL. ALI SERÁ NECESSÁRIO APRESENTAR ESTES DOCUMENTOS:

- Título de residência português ou Manifestação de Interesse;
- Cópia da CNH brasileira;
- Atestado Médico - que pode ser marcado em Auto Escolas (Escolas de Condução em Portugal) ou nos centros de saúde públicos;
- Teste psicotécnico;
- Certidão de Autenticidade da CNH (deve ser pedido junto ao Consulado Brasileiro em Portugal). No caso das carteiras de motoristas com QR code no verso, essa certidão não é necessária.

Também é necessário um cadastro no portal do IMT em que são colocados os dados pessoais, a data que fixou residência em Portugal e o local onde deseja ser atendido. O custo da troca é de 30 euros, sem considerar os possíveis gastos com exames médicos e psicotécnicos.

> Para utilizar a CNH brasileira, é preciso portar um documento válido e emitido ou renovado nos últimos 15 anos; condutor deve estar na faixa etária entre 18 e 60 anos e a carteira de habilitação não pode estar sujeita a apreensão, suspensão, caducidade ou cassação.

É importante lembrar que, no ato de troca do documento, apenas uma cópia da CNH brasileira não é suficiente: deve ser entregue o documento original, cujo uso só é aceito enquanto o requerente aguarda a carta portuguesa. Em um possível retorno para viver no Brasil, portanto, deve ser solicitada uma nova: assim como era até julho de 2022 em Portugal, para os membros da CPLP, uma carteira estrangeira no Brasil tem validade de 180 dias.

COMPRAR AUTOMÓVEL

A legislação portuguesa permite que brasileiros residentes no país comprem carros, sejam novos ou usados, tanto em concessionárias, lojas de veículos usados, quanto diretamente com o proprietário ou através de sites especializados. No entanto, é necessário residir com título de residência e ter uma morada fixa no país, pois o endereço do proprietário é um requisito legal e deve estar sempre atualizado no Instituto de Mobilidade e dos Transportes (IMT).

PARA CONDUZIR O PROCESSO DE COMPRA, OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS SÃO:

- Passaporte, Título de Residência ou Bilhete de Identidade;
- Número de Identificação Fiscal (NIF);
- Comprovante de moradia atualizado.

Caso adquira um veículo diretamente de outro proprietário, será preciso realizar a mudança de nome do veículo numa Loja do Cidadão ou no IMT com a presença de ambos e pagar a taxa correspondente.

Se o pagamento à vista não for uma opção, é possível obter financiamento, desde que se comprove renda por meio de contrato de trabalho ou recibos verdes. Em certos casos, a depender do valor da renda, pode ser necessário um avalista.

Ao possuir um carro em Portugal, é obrigatório o pagamento de impostos como o Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto Sobre Veículos (ISV), além da necessidade de um seguro de responsabilidade civil, obrigatório para todos os veículos.

Para vender um carro, é necessário que todos os documentos estejam em dia e que o processo de transferência de propriedade seja feito oficialmente, seguindo as normativas do IMT.

- Antes de efetuar a compra, é recomendável fazer uma inspeção veicular para garantir a qualidade do automóvel.
- Mantenha todos os documentos do carro em dia para evitar multas e transtornos legais.
- Considere os custos adicionais como manutenção, combustível e estacionamento ao calcular o orçamento para a compra de um carro.

Graças ao acordo de reciprocidade firmado entre Brasil e Portugal, os condutores podem circular tranquilamente com seus veículos em território português, sem a necessidade de um documento adicional.

Portugueses residentes no Brasil também são beneficiados, podendo dirigir veículos com suas habilitações portuguesas. A medida é uma mão na roda para turistas e residentes de longa duração que agora podem explorar ambos os países com menos burocracia.

Não há nada similar à Tabela FIPE, referência de preços no Brasil. Os preços precisam ser consultados em sites de revendedores e classificados *online*. Os carros em Portugal tendem a ser mais caros que no Brasil, por conta do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de 23%, e taxas adicionais variáveis. Carros populares como Renault Clio, Peugeot 208, e Volkswagen Polo variam entre 14 mil a 20 mil euros. No Brasil, modelos como Chevrolet Onix, Hyundai HB20 e Ford Ka custam entre 50 mil a 70 mil reais.

O financiamento pode ser feito através de instituições financeiras ou concessionárias, e os juros costumam ser mais baixos do que no Brasil. Em Portugal, giram em torno de 5% a 7% ao ano para carros novos, e cerca de 10% para usados. No Brasil, as taxas são mais altas, variando de 15% a 20% para novos e podendo chegar a 25% para usados.

O seguro pode ser contratado por seguradoras ou concessionárias, com coberturas variadas. O documento obrigatório é mais abrangente do que o do Brasil e contempla até mesmo o atendimento para quem tem um pneu furado - a maioria dos modelos sequer dispõe de estepe, o pneu sobressalente.

Há incentivos para o uso de carros elétricos, como infraestrutura de carregamento e incentivos fiscais. A regulamentação sobre o nível de ruído é mais rigorosa do que a do Brasil, o que afeta os sistemas de som. Os combustíveis são mais caros em Portugal em razão de impostos e dependência de importações.

Como votar e ser votado

REDAÇÃO **DN BRASIL**

BRASILEIROS PODEM VOTAR E SER VOTADOS

Mesmo mantendo laços com o Brasil, que incluem o dever de votar nas eleições presidenciais, os brasileiros em terras lusitanas também têm o privilégio de participar ativamente na política local.

O Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres (leia detalhes na página 5) garante o direito de exercer atividades econômicas, direito ao trabalho sem limitação quantitativa e ao desempenho, também sem limitação quantitativa, de funções nos órgãos de sociedades ou de quaisquer pessoas coletivas. Os brasileiros podem também exercer funções públicas que não sejam apenas de caráter predominantemente técnico, como acontece com os restantes estrangeiros;

O estatuto assegura tanto a chamada capacidade eleitoral ativa, ou seja, direito de voto nas eleições das autarquias locais (para quem tem autorização de residência há mais de dois anos) quanto a capacidade eleitoral passiva, ou seja, a possibilidade de serem candidatos nas eleições das autarquias locais (para os que tem autorização de residência há mais de quatro anos).

O direito de votar nas eleições dos órgãos das autarquias locais depende da inscrição prévia no recenseamento nacional e se estende a cidadãos de países membros da União Europeia, Cabo Verde e nações com acordos de reciprocidade eleitoral.

A participação nas eleições para o Parlamento Europeu, ocorridas recentemente, também é permitida, dando aos residentes a opção de votar em deputados do seu país de origem ou em representantes portugueses.

Quanto às obrigações eleitorais com o Brasil, os brasileiros entre 18 e 70 anos residentes no exterior devem votar nas eleições presidenciais. Para isso, é necessário atualizar o endereço junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), garantindo que o título de eleitor reflita a nova residência.

O artigo 17 do Estatuto determina a suspensão dos direitos políticos no Brasil, caso o brasileiro opte pelo gozo dos direitos políticos em Portugal. O artigo 18 diz: "Os brasileiros e portugueses beneficiários do estatuto de igualdade ficam submetidos à lei penal do Estado de residência nas mesmas condições em que os respectivos nacionais e não estão sujeitos à extradição, salvo se requerida pelo Governo do Estado da nacionalidade". Tal regra não tem *status* de norma constitucional e há juristas que a consideram inconstitucional. De acordo com estes especialistas, os direitos políticos do brasileiro equiparado em Portugal não poderiam ser suspensos no Brasil. O raciocínio oposto justifica a regra - sem ela, uma pessoa poderia até mesmo ser parlamentar simultaneamente nos dois países.

> O Estatuto de Igualdades e Direitos abre caminho para uma participação mais ativa dos brasileiros na vida política local. São acordos que fortalecem os laços entre Brasil e Portugal.

O processo de inscrição é um passo crucial para a integração política. Os interessados devem se dirigir à Comissão Recenseadora na junta de freguesia correspondente, com um título de residência válido. A inscrição no recenseamento é contínua, mas é suspensa nos 60 dias que antecedem cada eleição. Os cidadãos brasileiros sem estatuto de igualdade e de outras nacionalidades precisam se inscrever voluntariamente na junta de freguesia de sua residência, respeitando os períodos de residência exigidos. A inscrição para brasileiros com estatuto de igualdade é automática, enquanto para os demais, é um processo voluntário. Para descobrir onde votar, é preciso consultar o portal ePortugal ou enviar um SMS para 3838 com os detalhes solicitados.

Brasileiros na política em Portugal

Neste ano, nas últimas eleições legisltivas, o Parlamento português passou a ter dois deputados brasileiros. Um deles, Manuel Magno Alves foi eleito através de votos dos portugueses que moram no Brasil, o chamado "círculo de fora da Europa". É comum que candidatos brasileiros representem os partidos políticos nesta categoria.

A novidade deste ano é que um brasileiro concorreu pelas listas de Portugal e foi eleito. É Marcus Santos, do partido Chega. Morador do Porto, é um dos primeiros imigrantes brasileiros a ocupar o cargo de deputado na Assembleia da República Portuguesa. Marcus já possui dupla cidadania, ou seja, concorreu como um cidadão português. No entanto, com o estatuto de direitos e deveres políticos já seria suficiente para a candidatura e eleição.

A brasileira Geizy Fernandes, que concorreu pelo Livre, já havia participado do pleito eleitoral com o estatuto. No entanto, não foi eleita.

Graças ao acordo entre Brasil e Portugal, fruto das relações diplomáticas históricas, os brasileiros que moram em território luso e vice-versa ficam em vantagem em relação às demais nacionalidades neste quesito. Por exemplo, os brasileiros são os únicos cidadãos residentes em Portugal que podem votar em todos os pleitos, desde os municipais, passando pelas legislativas, presidência e parlamento europeu. Outras nacionalidades de fora da Europa até podem votar em algumas eleições, mas, no caso do Parlamento Europeu e para eleger o presidente do país, apenas os brasileiros possuem o direito.